

**Série
Serviço Social**

ADEMIR ALVES DA SILVA
RAQUEL RAICHELIS
coordenadores

Movimentos sociais e Serviço Social: uma agenda permanente de pesquisa

**Mariangela Belfiore Wanderley
Rosângela Dias Oliveira da Paz**
organizadoras



**Movimentos sociais e Serviço Social:
uma agenda permanente de pesquisa**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Reitora: Maria Amalia Pie Abib Andery

educ

Editora da PUC-SP

Direção

Thiago Pacheco Ferreira

Conselho Editorial

Maria Amalia Pie Abib Andery (*Presidente*)

Carla Teresa Martins Romar

Ivo Assad Ibri

José Agnaldo Gomes

José Rodolpho Perazzolo

Lucia Maria Machado Bógus

Maria Elizabeth Bianconcini Trindade Morato Pinto de Almeida

Rosa Maria Marques

Saddo Ag Almouloud

Thiago Pacheco Ferreira (*Diretor da Educ*)

Ademir Alves da Silva
Raquel Raichelis
Coordenadores da Série Serviço Social

MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL uma agenda permanente de pesquisa

Mariangela Belfiore Wanderley
Rosângela Dias Oliveira da Paz
Organizadoras



educ



São Paulo
2022

Copyright © 2022 Mariangela Belfiore Wanderley e Rosângela Dias Oliveira da Paz.

Foi feito o depósito legal.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfourri/PUC-SP

Movimentos sociais e serviço social: uma agenda permanente de pesquisa / Mariangela Belfiore Wanderley;

Rosângela Dias Oliveira da Paz.- São Paulo : EDUC, 2022.

186 p. ; 24 cm - (Série serviço social)

Bibliografia.

A edição tem o apoio da Capes/Proex. A Série serviço social é coordenada por Ademir Alves da Silva e Raquel Raichelis..

ISBN 978-65-87387-72-7

1. Serviço social 2. Movimentos sociais. 3. Assistentes sociais. 4. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais. I. Paz, Rosângela Dias Oliveira da. II. Wanderley, Mariangela Belfiore. III. Série.

CDD 361.3

303.484

361.0023

Bibliotecária: Carmen Prates Valls - CRB 8a. 556

EDUC – Editora da PUC-SP

Direção

Thiago Pacheco Ferreira

Produção Editorial

Sonia Montone

Preparação e Revisão

Rosana Portela

Editoração Eletrônica

Waldir Alves

Gabriel Moraes

Capa

Gabriel Moraes

Imagem de Gerd Altmann por Pixabay

Administração e Vendas

Ronaldo Decicino

educ

Rua Monte Alegre, 984 – Sala S16

CEP 05014-901 – São Paulo – SP

Tel./Fax: (11) 3670-8085 e 3670-8558

E-mail: educ@pucsp.br – Site: www.pucsp.br/educ

APRESENTAÇÃO DA SÉRIE SERVIÇO SOCIAL

Ademir Alves da Silva

Raquel Raichelis



É com grande satisfação que apresentamos às(aos) leitoras(es) esta série comemorativa dos *50 anos do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP (PPG-PUC-SP)*.

Implantado em 1971, o PPG completa, neste ano de 2021, *cinco décadas de existência*, em uma trajetória pontuada por conquistas, desafios e pioneirismo. Sendo um dos primeiros programas de Pós-Graduação criados pela PUC-SP, o primeiro mestrado e o primeiro doutorado do Brasil e da América Latina na área, seu desenvolvimento constitui expressão da própria história do Serviço Social brasileiro e de sua consolidação como área de conhecimento e de pesquisa. Responsável também pela formação dos primeiros mestres e doutores em países da América Latina, Europa e África, mantém-se como referência no país e no exterior, especialmente em Portugal, França, Argentina e, mais recentemente, em Angola.

A *Série Serviço Social* cumpre dois objetivos principais: comemorar meio século de uma trajetória inseparável da maturidade intelectual alcançada pelo Serviço Social brasileiro, para a qual o PPG em Serviço Social da PUC-SP vem contribuindo desde a sua criação; e divulgar o conhecimento elaborado pelos

Núcleos de Estudos e Pesquisas – NEPs¹ que integram a estrutura curricular dos cursos de mestrado e doutorado em Serviço Social e constituem espaços fecundos de reflexão crítica e produção acadêmica sobre temáticas de relevância profissional, política e social.

Reunindo mestrandas(os), doutorandas(os), egressas(os), pós-doutorandas(os), docentes de graduação e pesquisadoras(es) de diferentes áreas, sob a coordenação de uma(um) docente do Programa, os NEPs são componentes curriculares que assumem centralidade na formação e na produção de conhecimento nas áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa. Configurando-se como espaços interdisciplinares, fortalecem o caráter plural e o debate teórico-crítico sobre temáticas da área do Serviço Social, seus fundamentos e teorias sociais que lhe dão suporte.

Cadastrados no Diretório do CNPq, os NEPs desenvolvem as pautas de pesquisa do PPG a partir da particularidade dos seus objetos de investigação e são em grande medida responsáveis pela rica produção acadêmica e bibliográfica dos seus docentes e discentes, funcionando como “radares” que esquadrinham as expressões da questão social que pulsam com a realidade social e interpelam a academia. É possível afirmar que parcela significativa das pesquisas e publicações produzidas pelo Programa é tributária dos NEPs e das relações de cooperação acadêmica estabelecidas na PUC-SP e com universidades brasileiras e estrangeiras, agregando, também, as pesquisas de pós-doutoramento.

Esta Série vem a público em um contexto particularmente grave e desafiador para a pesquisa e para a pós-graduação brasileira, que sofre ataques sem precedentes que ameaçam seu funcionamento, em meio à pandemia provocada pelo novo coronavírus, que se retroalimenta de uma combinação de crises do capitalismo contemporâneo. No caso brasileiro, a crise sanitária associa-se às crises econômica, política e civilizatória e ao ideário neofascista e ultradireitista que reconfigura o Estado e as políticas públicas, com impactos deletérios na política científica e de fomento à pesquisa e à pós-graduação. Paradoxalmente, apesar do obscurantismo, negacionismo e darwinismo social, presenciamos uma efervescência intelectual

1. Nesta série, representados pelos seguintes Núcleos: Seguridade e Assistência Social (Nepsas); Movimentos Sociais (Nemos); Identidade (Nepi); Criança e Adolescente: ênfase no Sistema de Garantia de Direitos (NCA-SGD); Ensino e Questões Metodológicas em Serviço Social (Nemess); Trabalho e Profissão (Netrab); Ética e Direitos Humanos (Nepedh); Política Social (Neppos); Aprofundamento Marxista (Neam); e Cidades e Territórios.

vigorosa dos programas de pós-graduação – seus docentes, discentes, egressos – que, em tempos de capitalismo pandêmico, buscam a reflexão coletiva para resistir e avançar.

A *Série Serviço Social* insere-se nesse esforço político-acadêmico que mobiliza as armas do conhecimento e da crítica social para desvendar o tempo presente e apontar rumos para seu enfrentamento. Composta por 10 coletâneas, na forma de *dossiê* temático, reúne produções acadêmicas de diferentes autorias e modalidades, conforme os textos selecionados pelas(os) docentes e discentes organizadoras(es), veiculando teses e dissertações defendidas no Programa, pesquisas coletivas, artigos, *papers* e outras contribuições vinculadas às duas áreas de concentração – *Serviço Social e Política Social* e a seis linhas de pesquisa: Fundamentos, conhecimentos e saberes em Serviço Social; Profissão: trabalho e formação em Serviço Social; Ética e Direitos Humanos; Política Social e Gestão Social; Seguridade e Assistência Social; Movimentos Sociais e Participação Social.

Com a presente série comemorativa dos *50 anos do Programa*, cuja edição conta com a parceria da Educ e apoio da Capes/Proex, objetivamos contribuir para o debate das questões pulsantes de nosso tempo – com olhos no futuro, valendo-se da memória da experiência histórica –, animando as formas de resistência ao retrocesso histórico neoliberal e ultraconservador e à infame destruição de conquistas civilizatórias, resistindo à tendência de degradação das condições de vida e de trabalho, favorecendo a emersão de propostas criativas para o fortalecimento das lutas populares por acesso à riqueza – material e imaterial – socialmente construída.

Ademir Alves da Silva

Raquel Raichelis

Coordenadores da Série Serviço Social

PREFÁCIO

Renato Francisco dos Santos Paula¹

Que tempos são esses, em que é preciso defender o óbvio?

— Bertold Brecht —

A epígrafe remissiva a Brecht nos pareceu a mais oportuna para iniciar esses breves comentários, à guisa de Prefácio, para a coletânea de textos *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma agenda permanente de pesquisa*, organizada pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, sob o pretexto das celebrações dos 50 anos de existência desse Programa. Certamente Brecht não imaginaria que as preocupações que demonstrara ao tratar da situação da classe trabalhadora na República de Weimar seriam tão “obviamente” generalizadas para os trabalhadores do mundo todo e em tempos históricos tão distintos. Se de um lado, o cenário que inspirou a produção artístico-combativa de Brecht contava com a polarização geopolítica que nos levou a duas guerras mundiais e como bônus fez ascender o nazifascismo, por outro, assistimos contemporaneamente a reedição dessas cenas, simultaneamente como tragédia e farsa, alimentando novas guerras – agora chamadas de guerras híbridas – e amparando a nova roupagem do extremismo neoconservador. E é esse contexto que nos traz até aqui para corroborar o óbvio e dar um salto além dele. O óbvio é a confirmação da relação ontogenética do Serviço Social com os movimentos sociais, e, o avanço diz respeito ao manejo amadurecido e eficaz das análises conjunturais, à incorporação inequívoca de pautas que reafirmam as identidades contemporâneas dos sujeitos políticos e, por fim, ao reconhecimento do compromisso ético-político de uma categoria profissional com a superação de uma sociabilidade pautada na opressão e na autodestruição das formas de vida do planeta. É isso que encontraremos nas páginas de *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma agenda permanente de pesquisa*.

1. Doutor em Serviço Social pela PUC-SP; professor associado da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Curso de Serviço Social e Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Desenvolvimento e Desigualdade (GEPEDD) – renato.paula@gmail.com.

Essa produção vem em boa hora, pois a conjuntura que vivemos tem exigido um esforço de intelectuais de todas as áreas e de todas as partes do mundo para desvendá-la. Não é exagerado dizer que estamos diante da mais grave crise do Capital, desde 1929, e não seria também redundante afirmar que suas inflexões modificaram a arena de disputas do mundo globalizado, não apenas trazendo novos elementos à batalha como também reposicionando sujeitos e fazendo surgir novos personagens. Como se não bastasse, o planeta é surpreendido com a mais grave crise sanitária de sua história, a pandemia da Sars-CoV-2, ou Covid-19, causada pelo Coronavírus.

Uma pandemia se caracteriza pelo seu caráter global. A depender do tipo de enfermidade que causa, a infecção pode ser combatida de várias maneiras, contudo, estamos tratando de um vírus ainda desconhecido pela comunidade científica, portanto, as respostas para seu enfrentamento biológico não puderam ser imediatas, provocando, deste modo, a necessidade de isolamento e distanciamento social entre as pessoas, o que trouxe rebatimentos imediatos para a dinâmica em curso de produção e reprodução das relações sociais ancoradas na infraestrutura econômica. Deste modo, os efeitos insidiosos da crise do Capital se somaram aos efeitos da pandemia e encontraram, em um mundo politicamente polarizado, o terreno fértil para o retorno de perspectivas ideopolíticas anti-iluministas.

Após um curto período de aparente estabilidade na geopolítica mundial – salvo conflitos específicos e de alcance regional – retornam revigorados movimentos reacionários amparados pela emergência de governos e/ou líderes de extrema direita que repõem o ideário neoconservador de cariz neofascista na ordem do dia. Estados Unidos, Brasil, Reino Unido, Hungria, Áustria, Índia, são apenas alguns exemplos. Desde a negação da racionalidade moderna, como mola propulsora do desenvolvimento civilizacional até a difusão de fundamentalismos de toda ordem, assistimos a explosão de atos xenofóbicos; racistas com especial destaque à renovação de movimentos sob a insígnia do supremacismo branco; misóginos; de intolerância à diversidade religiosa e de orientação sexual; teorias conspiracionistas; retrocessos nas pautas relativas a direitos humanos e meio ambiente e assim por diante.

Todo esse quadro inevitavelmente impele os Estados nacionais a repensarem seu papel como agentes responsáveis pela regulação social e pelo “bem-estar” de suas populações. Nesse cenário de incertezas e de um mundo em transição, se redimensionam antigos projetos societais que se renovam, e, ao mesmo tempo, forças e pensamentos políticos ancestrais legitimadores da ordem social de opressões se colocam em confronto com a também emergente e renovada tendência global revolucionária, onde se propaga que o desenvolvimento e a liberdade de cada um sejam também de todos. Mas é evidente que tal disputa não se resume à existência e nem mesmo à análise apenas de seus polos antagônicos. A complexidade dos

tempos contemporâneos nos mobiliza à capacidade de enxergar as dissonâncias, os matizes, as incongruências e similitudes expressas dentro e fora de cada sujeito coletivo que se coloca em relação nessa arena. É aí que *novíssimos personagens entram em cena* em um cenário totalmente modificado: a estrutura dos Estados nacionais, com suas instituições e seu *modus operandi*, é alterada; os novos modos de produção e reprodução social, com destaque ao uso exponencial de tecnologias cibernéticas e de inteligência artificial, exemplificadas pelo fenômeno da Indústria 4.0 e pela *uberização*, agudizam a exploração da força e das relações de trabalho, onde a emergência do precariado (e nele, o infoproletariado) é apenas uma de suas expressões; as formas tradicionais de circulação e consumo de mercadorias mediadas pelo chamado capitalismo de vigilância e pela desterritorialização dos mercados, a exemplo do fluxo das criptomoedas, exponenciam a autoalienação, manejando nossas subjetividades; a produção do entretenimento e informação e a capacidade de cada cidadão, individualmente, produzir e socializar conteúdos de seu interesse com públicos ilimitados pela internet, como é o caso dos serviços de *streaming*, das plataformas digitais, como *youtube* e das redes sociais, como *facebook*, *instagram*, *twitter*, *whatsapp* e *telegram*, ditam as regras de convivência e sociabilidade, manipulando nosso modo de pensar e agir com consequências estrondosas como, por exemplo, definir o resultado de eleições presidenciais, seja no Brasil, nos Estados Unidos ou no Reino Unido.

Todo esse *museu de novidades* nos impõe a difícil tarefa de pensar e entender o tempo presente e, sem sombra de dúvida, exige que o pesquisador esteja atento aos detalhes que carrega consigo, as chaves heurísticas da problemática investigada, assertiva “obviedade” presente nas dimensões constitutivas do Serviço Social desde que a *intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional* se fez presente entre nós. É, deste modo, então, que prática política e ação investigativa se conectam e obras como essa que temos em mãos se tornam relevantes. Não foi por acaso que Yamamoto, na rotina do seu brilhantismo, afirmou:

A dinamicidade dos processos históricos requer a permanente pesquisa de suas expressões concretas informando a elaboração de propostas de trabalho que sejam factíveis, isto é, capazes de impulsionar a realização das mudanças pretendidas. Em outros termos, o domínio teórico-metodológico só se atualiza e adquire eficácia quando aliado à pesquisa da realidade, isto é, dos fenômenos históricos particulares que são objetos do conhecimento e da ação do assistente social. (Yamamoto, 2003, p. 273)

Por isso, diante da conjuntura de um mundo em transição, analisar interesses, forças políticas e suas manifestações se torna um profícuo exercício no sentido

de contribuir com inferências lógico-rationais acerca dos rumos que as sociedades podem tomar, o que certamente qualifica os conteúdos próprios da formação em Serviço Social, ao mesmo tempo que credencia a profissão para o diálogo qualificado com os sujeitos políticos que compartilham dos princípios de um mesmo projeto societal. Nesse sentido, análises acerca do ativismo brasileiro e suas formas históricas de participação tendem a não se esgotar no tempo, assim como a História, que já teve seu fim várias vezes decretado, e, no entanto, segue resistente, também as arenas onde acontecem os confrontos políticos persistem em um *continuum* de reiterações e rupturas que animam desde a luta de classes até a renovação do pensamento social.

Nessa coletânea de textos, os leitores observarão que nada foi esquecido. Os capítulos compõem uma miríade de temas e perspectivas analíticas e teórico-metodológicas que nos levam a afirmar sua pertinência sob dois principais aspectos: 1) superam as análises correntes sobre ativismo e associativismo civil que costumam se concentrar nas manifestações mais evidentes dos fenômenos sociais, ainda que dialoguem com pautas identitárias; e, 2) estabelecem a apropriada relação entre conjunturais ciclos de protestos (que no Brasil da última década tem assumido características pulverizadas e difusas) com a organicidade dos movimentos sociais, nos permitindo, deste modo, superar falsas dicotomias como a recorrente oposição que se imputa entre os ciclos de protestos e manifestações de rua com as lutas e embates institucionais, equívoco tão presente nas análises que se rendem ao maniqueísmo e a conclusões aligeiradas sobre os fenômenos sociais.

É, pois, sobre a crítica ao processo estrutural de produção das desigualdades e de reprodução do sistema vigente de opressões que as reflexões deste livro são amalgamadas. Assim, os leitores encontrarão, como nós encontramos, um potente combustível de renovação das esperanças pela construção de uma nova ordem societária, afinal, nada que se cultiva no campo das lutas sociais perece, basta que tenhamos a sabedoria para identificar as formas diferenciadas pelas quais os resultados se apresentam.

REFERÊNCIA

IAMAMOTO, Marilda Vilela (2003). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez.

APRESENTAÇÃO

Mariangela Belfiore Wanderley
Rosangela Dias Oliveira da Paz

Este livro é comemorativo dos 50 anos do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP e, especialmente, dos 34 anos de existência do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais – Nemos.

Ao longo do tempo, passaram pelo Núcleo docentes, pesquisadores e estudantes da PUC-SP e de outras Universidades brasileiras e estrangeiras, militantes dos movimentos sociais, dentre outros, criando espaços criativos de trocas, análises, projetos de pesquisa, os quais foram se consolidando ao longo de sua trajetória.

Os artigos que compõem essa publicação foram escritos por docentes, pesquisadores e estudantes, muitos deles em tempos da pandemia de Covid-19, numa conjuntura adversa, porém, não impeditiva da construção do conhecimento.

O artigo *A trajetória do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais* (Nemos) ao longo de seus 34 anos de existência percorre a história do Núcleo desde a sua criação, 1987, com referência às memórias de nossa querida professora doutora Maria Lúcia Carvalho da Silva. Há uma riqueza de informações, que perpassam mais de três décadas, trazendo à cena rico leque de ações, produções e encontros com uma diversidade de sujeitos, abrindo o primeiro capítulo deste livro.

A pesquisa *Serviço social e movimentos sociais: um estudo no âmbito da formação profissional* teve como objetivo problematizar e elucidar como a formação profissional na área de conhecimento do Serviço Social tem formado os profissionais assistentes sociais para atuarem junto aos movimentos sociais. Coordenada pelas professoras doutora Mariangela Belfiore Wanderley e doutora Rosangela Dias Oliveira da Paz, compuseram a equipe de pesquisa docentes, pesquisadores e pós-graduandos com apoio do Plano de Incentivo à Pesquisa – PIPEq da PUC-SP. Os resultados da pesquisa indicaram a necessidade de se dar continuidade aos estudos dessa temática tão rica e importante, considerando-se, inclusive, a conjuntura sociopolítica de desmontes, negacionismos, violência e criminalizações de movimentos sociais.

Uma instigante reflexão sobre *O paradigma dos comuns como alternativa ao capitalismo neoliberal* é apresentada pela autora Caroline Rodrigues da Silva,

trazendo abordagens sobre “os comuns”, feitas desde o Norte e o Sul global, buscando historicizá-las e diferenciá-las. Para tanto, pesquisou definições e análises para explicitar o que se entende por “comum”, em diferentes autores e na produção científica sobre essa temática.

As polêmicas sobre as “Frentes” de luta entre movimentos sociais e partidos políticos levaram a autora Francisca Genilce Gomes, no capítulo que tem como título *Frente Única e Frente Popular: o debate da articulação*, a problematizar estratégias e táticas da esquerda a partir de uma pesquisa histórica sobre os sentidos e significados da Frente Única e Frente Popular.

O artigo *Determinações históricas e condições do trabalho social na política de habitação na gestão Luiza Erundina: entre o passado e o presente*, de autoria de Marisa Almeida Blanco, Nuria Pardillos e Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, compõe a pesquisa do Nemos, intitulada “Marcas do Trabalho Social na Política de Habitação de Interesse Social na cidade de São Paulo: impasses e desafios da atuação profissional do Serviço Social”. O artigo aborda o papel e o lugar do trabalho social na gestão da prefeita Luiza Erundina enquanto referência histórica para o exercício profissional no campo da habitação, em especial na construção metodológica das estratégias de intervenção em diálogo com os movimentos sociais.

Na sequência a esse debate, o artigo de Cleonice Dias dos Santos Hein e Rosângela Dias Oliveira da Paz, *Atuação do assistente social com movimentos de moradia: reflexões sobre o trabalho social na experiência com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-|SP)*, explicita a concepção de trabalho profissional com um importante movimento de moradia da cidade de São Paulo a partir da trajetória de vida e da fala de participantes do movimento.

O Nemos tem se dedicado a estudar e debater a questão geracional nos movimentos sociais, em particular, buscando compreender a participação dos jovens na cena política e nos movimentos sociais. É com esse recorte que o artigo – *Juventudes em Protagonismo no Brasil*, de Aline Paes de Araujo e Paloma Azevêdo de Oliveira, focaliza a pluralidade da juventude brasileira, suas pautas e reivindicações, em especial após as manifestações de junho de 2013.

O tema das lutas contra o racismo estrutural da sociedade brasileira e suas expressões nos movimentos sociais tem centralidade nos estudos do Nemos. Nessa perspectiva, o artigo de Matilde Ribeiro, *O protagonismo do Movimento Negro e das Organizações de Mulheres Negras na construção de políticas de igualdade racial*, traz à reflexão o papel das políticas públicas de igualdade racial e o processo de negociação das reivindicações do Movimento Negro e as organizações de mulheres negras perante as estruturas do Estado Brasileiro.

Por fim, o artigo *Agronegócio e Agricultura familiar: projetos agrícolas em disputa no campo*, da professora doutora Marize Rauber Engelbrecht, é fruto do seu pós-doutoramento no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP e dos diálogos com o Nemos sobre os projetos em disputa na sociedade brasileira, em particular no mundo rural, no qual os projetos agrícolas de desenvolvimento são distintos e opostos, entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa.

Essa publicação traz a público os estudos, pesquisas e debates do Nemos. Uma contribuição àqueles que militam, atuam e pesquisam sobre movimentos sociais.

Convidamos, pois, a uma boa leitura, desejando que possam contribuir para o enriquecimento das temáticas e ações aqui apresentadas.

Organizadoras

SUMÁRIO

A trajetória do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) ao longo de seus 34 anos de existência, **19**

Mariangela Belfiore Wanderley, Rosangela Dias Oliveira da Paz

Serviço social e movimentos sociais:

um estudo no âmbito da formação profissional, **35**

Mariangela Belfiore Wanderley, Rosangela Dias Oliveira da Paz

Pesquisadores: *Cleci Elisa Albiero, Douglas Alves dos Santos, Grazielle Nayara Felício Silva, Luciene Pazinato da Silva, Marize Rauber Engelbrecht, Priscilla Beralda Moreira de Oliveira, Priscila Nunes Rezende, Rodrigo Aparecido Diniz, Silvia Cristina Arantes de Souza, Tania Elias*

O paradigma dos comuns como alternativa ao capitalismo neoliberal: apontamentos teóricos, **55**

Caroline Rodrigues da Silva

Frente Única e Frente Popular: o debate da articulação, **73**

Francisca Genilce Gomes

Determinações históricas e condições do trabalho social na política de habitação na gestão Luiza Erundina: entre o passado e o presente, **89**

Marisa Almeida Blanco, Nuria Pardillos, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz

Atuação do assistente social com movimentos de moradia:

reflexões sobre o trabalho social na experiência com a

União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), **113**

Cleonice Dias dos Santos Hein, Rosangela Dias Oliveira da Paz

Juventudes em protagonismo no Brasil, **137**

Aline Paes de Araujo, Paloma Azevêdo de Oliveira

O protagonismo do movimento negro e das organizações de mulheres negras na construção de políticas de igualdade racial, **155**

Matilde Ribeiro

Agronegócio e agricultura familiar: projetos agrícolas em disputa no campo, **167**

Marize Rauber Engelbrecht

A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS (NEMOS) AO LONGO DE SEUS 34 ANOS DE EXISTÊNCIA

Mariangela Belfiore Wanderley¹

Rosângela Dias Oliveira da Paz²

Para Maria Lúcia Carvalho da Silva (*in memoriam*)

A publicação deste livro é também uma homenagem à professora doutora Maria Lúcia Carvalho da Silva, uma das fundadoras do Nemos³, afetivamente chamada de Malú. Apresentamos para fins de estudo e análise crítica acadêmica, neste texto, partes de um depoimento (Carvalho da Silva, 1987/2012)⁴ deixado por ela, que demonstram a criação, organização, trajetória e produção do Nemos.

Retomamos, assim, o marco histórico do Nemos, como relatado pela professora Malú, em cinco momentos constitutivos, abrangendo o período de 1987 a 2012, e complementando com o percurso dos anos 2013 a 2021.

Malú nos relata que o **primeiro momento**, de 1987 a 1990, focou o estudo e a reflexão de referências teóricas em vertentes marxistas, “fundamentais à

-
1. Doutora em Serviço Social. Professora associada da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Chefe de gabinete da Reitora da PUC-SP (2021-2024).
 2. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Professora e coordenadora do Nemos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
 3. Foram fundadores do Nemos os professores doutores Maria Lúcia Carvalho da Silva, Nobuco Kameyama e Salvador Sandoval Meirelles. Posteriormente, compuseram a coordenação do Nemos juntamente com a professora Malú, a professora doutora Mariangela Belfiore Wanderley e a professora Rosângela Dias Oliveira da Paz. Atualmente é coordenadora do Nemos a professora Rosângela Dias Oliveira da Paz e Vice-coordenadora a professora Mariangela Belfiore Wanderley.
 4. Carvalho da Silva, M. L. (1987/2012). *Um registro/quase depoimento*. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) – um espaço de formação acadêmica em movimento. São Paulo, PUC-SP. Não publicado.

compreensão e análise dos Movimentos Sociais”. O grupo se concentrou, em 1987, na categoria “Estado” e realizou seminários sobre essa concepção em autores como Marx, Lenin, Gramsci, Althusser, Claus Offe, Guilherme O’Donnell e outros: viu-se o Estado como “instrumento da classe dominante do poder político que tem o monopólio da violência, burocracia, controle e da manutenção da ordem e do status quo”. Analisaram-se ainda, segundo ela, “os aparelhos de Estado no setor público e os aparelhos ideológicos de Estado no setor privado ou da sociedade civil”, além do “Estado e a revolução para a supressão ou transformação do Estado burguês e, ainda, as características do Estado Burocrático-autoritário”.

Na sequência, o Nemos tratou das “tendências teóricas contemporâneas nos estudos dos Movimentos Sociais”: analisaram-se as contribuições de Marx que situam “os Movimentos Sociais como luta de classes, tendo em vista a conquista das liberdades sociais, resgatando-se as categorias ‘práxis’, ‘projeto’, ‘ideologia’, ‘direção’ e ‘organização’”. Malú relembra que o grupo aprofundou tais categorias em Lenin, Gramsci e Lukács, abordando questões sobre partido político, o papel de vanguarda do intelectual orgânico, hegemonia, direção cultural e consciência de classe. Também foram estudados autores contemporâneos que, embora vinculados à linhagem marxista, buscaram atualizá-la ou questioná-la: Alain Touraine, Alberto Melucci, Manuel Castells, José Álvaro Moisés, Lúcio Kowarick e Pedro Jacobi. Dentre os brasileiros, viu-se que, “para José Álvaro Moisés, o Movimento Social tem um potencial de transformação que se dá no plano político em confronto com o Estado”.

No ano seguinte, 1988, Malu relata que as categorias analisadas foram cidadania, poder local e participação, “intrinsecamente inter-relacionadas”. De acordo com ela, privilegiou-se o estudo da concepção de cidadania em três autoras: Maria Vitória Benevides (1994), entendida como “cidadania ativa”; Evelina Dagnino (1994), “cidadania como estratégia política”; e Vera Silva Telles (1994), como “cidadania enraizada nas práticas sociais e regida pelas exigências de equidade e justiça”. O estudo sobre cidadania se alargou a partir da abordagem sobre direitos humanos e direitos sociais, “enquanto conquista histórica dos trabalhadores e mediação para a transformação social”. Desse modo, prossegue, “a luta por uma cidadania plena pelos Movimentos Sociais é entendida como a que institui cidadãos portadores de direitos e deveres e, sobretudo, ‘criadores de direitos’ e coparticipes da gestão pública”. Considera-se assim a cidadania como exercício e construção permanente: segundo Dalmo Dallari (1998, p. 14), “um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo”. E ainda nos diz Malú:

A participação, entendida como processo, envolve a interação contínua entre os diversos atores, o Estado, outras instituições políticas e a própria sociedade. Cabe ressaltar que essas relações são complexas e contraditórias, vinculando-se a todos os atores, bem como a aspectos estruturais e de cultura política que podem favorecer ou dificultar a participação. A partir desse entendimento, o Nemos passou a estudar a participação em suas diferentes modalidades, como a participação comunitária, a participação popular e a participação cidadã, focalizando, contudo, a participação política, enquanto um direito consagrado na Constituição Federal de 1988 e, desse modo, inserida no quadro da cidadania, com todo corolário de direitos inerentes a este “status” e na prática de relações democráticas.

Para a análise sobre “poder local”, foram utilizados textos de Celso Daniel, Vicente Trevas e Tania Fischer. Malú reforça que esta *última* autora compreende o poder local, no contexto da gestão pública, como “relações de forças por meio do qual se processam alianças e confrontos entre atores sociais” (Fischer, 1992).

O depoimento de Malú aponta que, em 1989, o trabalho do Nemos teve como centro a investigação das relações de poder e Movimentos Sociais, tomando Foucault e Gramsci como referências principais:

Em Foucault, apreendeu-se que o poder não é analisado como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, mas, como tendo uma existência própria e formas específicas no nível mais elementar ou molecular. Em Gramsci, o poder aparece primeiramente através da luta revolucionária, personificado na conquista do Estado, em seguida, propõe a relação do partido com as massas como estratégia fundamental da revolução, continuando o poder centralizado no Estado. Finalmente, Gramsci afirma que a questão revolucionária não é mais a “tomada do poder”, mas, se insere na formação de uma nova civilização, de uma nova história, de um novo sujeito, na construção do socialismo.

Malú considera os anos de 1990 a 1994 como o **segundo momento**, de “importantes contribuições” para o Nemos. Ela menciona o intercâmbio estabelecido em 1992 com o “Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania” (Gendec), da Faculdade e Pós-Graduação de Educação da Unicamp – Campinas/SP, coordenado pela professora doutora Maria da Glória Gohn, referência brasileira nos estudos sobre Movimentos Sociais. Para ela, a parceria (que durou dez anos), “para melhor definir as funções de um núcleo temático sobre

movimentos sociais, voltado à formação de docentes e pesquisadores” e também para “efetivar relações de entrosamento com núcleos congêneres, tendo em vista a realização de trabalhos e estudos conjuntos”, sempre foi “das mais relevantes”.

Em 1993, recorda Malú, a PUC-SP definiu os Grupos e Núcleos de Estudo e Pesquisa como modalidade curricular permanente de atividade programada, passando a conferir créditos semestrais aos participantes: o Nemos se institucionalizou e foi credenciado no Diretório do CNPq, sendo reconhecido anualmente desde então.

Em relação aos temas de estudo, após 1990, o Nemos se aprofundou nas categorias “cidadania”, “participação” e “poder local”, introduzindo a categoria “democracia”. Pela primeira vez o grupo realizou uma pesquisa empírica, abordando as duas gestões municipais do PT em Diadema (SP) “sob o aspecto das relações do poder político local com a sociedade civil local, principalmente os Movimentos Sociais, tendo em vista a construção de um projeto democrático popular, uma nova cultura política local”. Quanto à “democracia”, verificou-se inicialmente com Noberto Bobbio que “a democracia representativa e a democracia direta não são dois sistemas alternativos, mas dois sistemas que podem se integrar, reciprocamente”; na sequência, ao investigar as dimensões e tipos de democracia e as relações movimentos sociais e democracia, chegou-se a Alain Touraine, que propôs a democracia como “a política do sujeito”, “não se apoiando somente nas leis, mas, sobretudo, em uma cultura política participativa”.

Malú considera que o encerramento do segundo momento do Nemos se dá em 1994, quando a Profa. Dra. Mariangela Belfiore Wanderley assume a coordenação do Núcleo e passa “a compartilhar as dificuldades e os desafios que se apresentavam para a consolidação do Nemos” – dificuldades que, ela considera, “repousavam no fato da temática de movimentos sociais estar em crise na academia, que se voltava para outros temas emergentes do cenário que se configurava desde o final dos anos 1980”:

Compunham este cenário: os processos acelerados de globalização, o desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação, o domínio do neoliberalismo econômico, a expansão das ONGs, a efetivação de formas institucionalizadas participativas, as mudanças de relações dos movimentos sociais com o Estado e outros atores sociais e políticos, como os partidos políticos, a rearticulação de novas formas de dominação, a reestruturação do mundo do trabalho, a imposição de novos mecanismos de ação dos mercados e de agentes financeiros, a reconfiguração de práticas socioculturais e de outros fenômenos em sociedades crescentemente complexas.

O Nemos buscou resistir a esse cenário, pois considerava que não havia “crise terminal, desaparecimento ou dissolução” e sim “vivências de novas reconfigurações” dos Movimentos Sociais: um processo de fluxos e refluxos, “em virtude de serem históricos, dinâmicos e mutáveis”. O Nemos não via o fim dos Movimentos Sociais pois concordava com Touraine, que os considerava “a trama e o coração da sociedade”.

Os anos de 1994 a 1998 compõem, para Malú, o **terceiro momento** do Nemos, caracterizado principalmente pela publicação de dois cadernos⁵ do Núcleo – que ela define como um esforço coletivo para produzir e divulgar dos textos sobre os temas abordados, além de ampliar a visibilidade do próprio Nemos. Segundo seu relato, a estratégia naquele momento, ao invés de focar no estudo de obras teóricas, foi promover seminários, conferências e debates para “conhecer mais diretamente as propostas e realizações de ONGs, Movimentos Sociais e Centros de Pesquisa”.

Assim, ela destaca atividades realizadas ao longo de 1995 com entidades como a Central de Movimentos Populares – CMP (sobre desafios da conjuntura), a Fase/SP (sobre os Movimentos Sociais de São Paulo no contexto sociopolítico da cidade), a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (sobre relações entre ONGs e Movimentos Sociais) e o Instituto Cajamar (sobre a formação política das lideranças dos Movimentos Sociais). Quanto às conferências, ela menciona a copromoção pelo Nemos, em 1996, de exposição do Prof. Dr. Alberto Melucci, da Universidade de Milão (Itália) sobre “Movimentos Sociais, sociedade complexa e identidade individual e coletiva” e uma entrevista exclusiva do palestrante sobre “a sociedade complexa no contexto do processo de globalização, da informática, da democracia, da cidadania planetária, entre outras, bem como métodos de pesquisa para colher a ação social em movimento”⁶. Malú cita ainda a conferência “Associativismo civil: local e global”, com a Profa. Dra. Ilse Scherer-Warren (Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC), pesquisadora referência sobre a temática e fundadora do primeiro Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais do Brasil. Do mesmo ano, ela destaca também os debates “Teorias dos Movimentos Sociais” (com a Profa. Dra. Maria da Glória Gohn, da Unicamp), “Movimentos Sociais e comportamento político” (com o Prof. Dr. Salvador Sandoval Meirelles,

5. O primeiro caderno denomina-se “Movimentos Sociais em estudo e debate”, de 1996, e, o segundo, “Movimentos Sociais na contemporaneidade”, de 1997.

6. Os textos da conferência e da entrevista, encontram-se publicados no Caderno 2 do Nemos e apresentam um perspectiva analítico-teórica dos movimentos sociais em meio à sociedade complexa contemporânea.

da PUC-SP), “Participação cidadã: elementos sociológicos” (com o Prof. Dr. Jean Rossiaud, da Universidade de Genebra, Suíça) e “Movimentos Sociais e políticas sociais” (com o Prof. Dr. Jean Lojkine, da Universidade de Paris, França).

Em 1998, além de apresentações dela e da pesquisadora Rosângela Dias Oliveira da Paz em eventos acadêmicos nas Universidades de La Plata e de Mar del Plata (Argentina), se deu o início da participação do Nemos no projeto “Desigualdades e Rupturas Sociais”, pesquisa⁷ comparativa de seis metrópoles internacionais (Paris, Nova York, Varsóvia, São Paulo, Abdjan e Antananarivo), no Programa Capes/Cofecub. Ela relata que os temas da investigação (que contou com o Nemos até 2003) versavam sobre pobreza, exclusão social, redes familiares e sociais, alteridade e solidariedade, a partir de cada realidade específica. Malú reforça que o Núcleo sempre estudou movimentos sociais urbanos, mas que “a presença de participantes com projetos de pesquisa sobre sujeitos e ações coletivas na realidade rural” motivou “aproximações do estudo da questão agrária brasileira, do MST, da Comissão Pastoral da Terra – CPT, das Mulheres Camponesas, dos Pequenos Agricultores”.

Durante o **quarto momento** do Nemos, que ela delimita entre os anos de 1998 e 2007, o Núcleo passou a realizar seminários sobre análise de conjuntura nacional e internacional com o Prof. Dr. Luiz Eduardo Wanderley, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais (PUC-SP), renomado estudioso de Movimentos Sociais que a partir de então teve uma relação permanente assessorando o Nemos. De acordo com ela, no final do século XX, em 2000, a análise de conjuntura tratava do surgimento de movimentos antiglobalização ou altermundistas, como o movimento realizado em Seattle (EUA) em 1999 contra a Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) – o primeiro, ela aponta, a se projetar para o mundo “via mídia (internet), realizando suas articulações e mobilizações em redes com extensão global”. Sobre tais movimentos, ela afirma:

É necessário explicitar, segundo Gohn (2003, p. 33), que o “movimento antiglobalização nega a forma como a ordem capitalista instituída se reproduz e não a ordem em si”. Ao se constituir, o movimento antiglobalização se apresenta como um novo ator sociopolítico, que realiza grandes manifestações de rua, de composição muito heterogênea, com um novo repertório de

7. A pesquisa teve como coordenador geral o professor doutor Serge Paugan, do INED – Paris – França, e por coordenadora, em São Paulo, a professora doutora Maura Pardini Bicudo Vêras, da PUC-SP, propondo-se a estudar as desigualdades socioespaciais, políticas, econômicas e culturais, bem como os vínculos, rupturas e reconstruções sociais do tecido urbano e espaços públicos, pelos diferentes sujeitos individuais, familiares, comunitários e coletivos mais abrangentes.

demandas e conflitos sociais, criando uma forte rede de resistência expressa em atos de desobediência civil e propostas alternativas à forma atual de globalização, considerada como fator principal de exclusão social existente. (Gohn, 2003)

Ela pondera ainda que os protestos antiglobalização tiveram sempre como alvo “os ícones do capitalismo” e propunham “um outro estilo de vida, baseado no respeito às diferenças culturais, à solidariedade, à justiça e à igualdade”⁸. No entanto, observa Malú, a partir do ataque terrorista aos prédios do World Trade Center de Nova York, em 11/9/2001, o Movimento Antiglobalização passou a atuar, de modo propositivo, pela paz mundial. Ela considera que os movimentos antiglobalização tornaram patentes “que as lutas sociais voltaram à cena internacionalmente, como fonte de pressão por transformações do atual modelo civilizatório, alicerçado na ‘cultura do lucro’”.

Do extenso campo dos movimentos antiglobalização (“mas de caráter distinto destes”), Malú destaca o Fórum Social Mundial (FSM) realizado em 2001 em Porto Alegre (RS). Foi significativo para o Nemos, ela conta, o seminário “FSM de Porto Alegre e os novos desafios aos Movimentos Sociais: um outro mundo é possível”, do professor Antonio Martins. Mostrou-se o FSM-Porto Alegre como um evento de composição heterogênea (uma “rede de redes”) que, além dos protestos contra “a globalização neoliberal excludente e perversa”, apresentou “experiências inovadoras desenvolvidas por ONGs, Movimentos Sociais, sindicatos, comunidades locais organizadas”. Nesse sentido, o evento buscou construir um contraponto ao Fórum Econômico Mundial (FEM), realizado anualmente em Davos (Suíça), voltado “somente aos interesses do mercado e à hegemonia do pensamento único”: “Dessa forma, o FSM-Porto Alegre também se constituiu um novo sujeito político que luta por uma outra sociedade democrática – participativa, justa, solidária, igualitária”. O Nemos participou do FSM como delegado nas edições de 2002, 2003 (ambas em Porto Alegre) e 2009 (em Belém, PA) e o acompanhamento das edições seguintes passou a integrar a programação temática do Núcleo.

Nos anos subsequentes, o Nemos abordou temas como Economia Solidária e Orçamento Participativo, discutiu as proposições do Fórum da Reforma Urbana e do Fórum Nacional pela Reforma Política a participação da sociedade civil e de novos atores políticos nas políticas democráticas nascentes em São Paulo. Malú recorda que o Núcleo estudou ainda conceitos como sociedade civil, movimentos

8. No Nemos, Malú destaca o seminário do Prof. Dr. Massimo di Felici (USP) sobre os movimentos antiglobalização da Europa.

sociais e redes sociais na construção de espaços públicos, cidades, territórios e sujeitos, em textos e seminários com estudiosos dessas temáticas – como os professores *Sérgio Costa*, *Ana Cláudia Chaves Teixeira*, *Pedro Pontual*, *Adrian Gurza Lavalle* e outros. O Nemos passou a participar também, em 2001, do Observatório dos Direitos do Cidadão, criado pelo Instituto Polis e pelo Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP⁹ para acompanhar e analisar as políticas públicas da cidade de São Paulo. Entre os projetos desenvolvidos, de 2003 a 2006 o Nemos realizou pesquisa¹⁰ de campo com lideranças dos Movimentos Sociais e Fóruns que compõem o Observatório no intuito de “contribuir para a organização e articulação dos Fóruns e Movimentos Sociais”, além de “fortalecer as relações entre Universidade, Fóruns, Movimentos Sociais e ONGs, na construção de alternativas engajadas de pesquisa, assessoria e intervenção na política pública”. De acordo com ela, os resultados deram a conhecer “o perfil de lideranças de organizações de defesa da cidadania, identificar os agentes formadores dessas lideranças, conhecer especificidades de suas organizações”, além de “compreender a relação dos movimentos e fóruns com os poderes Legislativo e Executivo Municipais de São Paulo” e “entender os significados, motivações e implicações da luta e da trajetória pessoal para cada liderança”.

Já no biênio de 2005 a 2007, o Nemos orientou a pesquisa de iniciação científica “Os atuais desafios dos Fóruns e Movimentos Sociais na cidade de São Paulo”, que compõe o Observatório de Direitos do Cidadão. Ao mesmo tempo, o Núcleo elaborou análises críticas de três cadernos do Observatório dos Direitos do Cidadão referentes à área de Movimentos Sociais: sobre Conselhos (nº 12), sobre Participação em Subprefeituras (nº 25) e sobre Fóruns e Movimentos Sociais (nº. 27).

Ainda em 2005, quando da denúncia de corrupção do chamado “mensalão”, durante o governo democrático popular do Presidente Lula, o Nemos realizou um seminário de análise de conjuntura sobre essa crise ético-política para a democracia brasileira e, particularmente, sobre as relações PT, Movimentos Sociais e Estado. Malú aponta os questionamentos levantados na ocasião:

Para onde vai o movimento social brasileiro? – Como está se reconfigurando? – Qual o novo modo de fazer política? – Qual a participação de coletivos juvenis e das redes sociais nesta situação de crise? – Como repensar a

9. Atualmente, Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da PUC-SP.

10. Esta pesquisa denominada “Fóruns e Movimentos Sociais na cidade de São Paulo” foi publicada no caderno nº. 27 do Observatório, em setembro de 2006.

representatividade nas eleições, o sistema de alianças partidárias para a governabilidade? – Como realizar a reforma política? Como superar a histórica cultura política autoritária brasileira?

A partir de tal cenário, Malú nos conta que o Nemos decidiu conectar mais a análise da conjuntura brasileira com a latino-americana e a mundial, com o objetivo de “conhecer as novas respostas participativas dos movimentos sociais no enfrentamento da questão institucionalização versus autonomia, em suas relações com partidos políticos e governos”, além das “novas formas de expressão de sociabilidade consequentes à revolução tecnológica”. Como primeira iniciativa voltada a um estudo de reforma política, e buscando conhecer as relações movimento social e partido político, em 2006 o Nemos realizou uma entrevista sobre o assunto com três pessoas: um membro de partido político, um dirigente de movimento social e um estudioso/militante de movimento social. Segundo Malú, *a análise do material revelou uma relação “tensa” e “ambivalente”* entre movimentos sociais e partidos, “cujo foco parece estar na questão cooptação e institucionalização/autonomia dos movimentos sociais”. Nesse contexto de análise de conjuntura, crise e reforma política, em 2007 o Nemos participou do Encontro da Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción al Desarrollo – (Acop), em São Paulo.

O ano de 2007 também marcou o 20º aniversário do Nemos, que foi celebrado com evento acadêmico além de um balanço de sua trajetória. Para Malú, as discussões enfatizaram que “os movimentos sociais contemporâneos estão efetivamente em processo de mutação em sua dinâmica interna e externa”, deixando patente “a necessidade de construção de uma nova agenda temática e propositiva de um novo projeto de sociedade democrática – participativa, na qual assumam-se, efetivamente, como sujeitos políticos”.

O **quinto momento** do Nemos percorre os anos de 2008 a 2015, período que teve como tema recorrente o aperfeiçoamento da democracia participativa no sistema político brasileiro e os desafios postos aos movimentos sociais, a participação política e suas relações com o Estado e os partidos políticos.

Em 2008, a temática “Movimentos Sociais e Reforma Política” abordou as reações e desafios desses sujeitos políticos, com destaque para autores como Leonardo Avritzer, Maria Victoria Benevides, Evelyn Dagnino e Maria Lucia Duriguetto, que têm em suas obras reflexões sobre a reforma política, cidadania, disputa pela construção democrática e a participação na reforma do Estado.

Nesse período, o Nemos participou da Conferência Internacional Democracia e Desenvolvimento na América Latina, Movimentos Sociais, Partidos Políticos e ONGs no cenário de mudanças da América Latina – organizada pela Alop – Associação Latino-americana de Organizações de Promoção do

Desenvolvimento com o objetivo de promover a integração dos diversos países latino-americanos, fundada na justiça e equidade, com a presença de novos atores, de natureza transversal, numa perspectiva de longo alcance. O grande desafio estava na integração regional, tema em disputa, e nas agendas nacionais, regionais e setoriais distintas dos Movimentos Sociais. Buscava-se construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre os países da América do Sul, bem como o fortalecimento e proteção da democracia.

Em 2009, o Nemos voltou suas reflexões para a análise da conjuntura nacional, referenciada na crise global e as mobilizações sociais para seu enfrentamento. Ao mesmo tempo, aprofundou estudos teóricos, de modo a alicerçar conhecimentos em autores internacionais, tais como Alberto Melucci, sociólogo italiano, cuja obra, a partir dos anos 1980, analisa os Movimentos Sociais, suas contradições e redefinição de suas formas de ação. Sidney Tarrow, sociólogo e cientista americano, que juntamente com Charles Tilly, também sociólogo americano, analisaram as determinações estruturais de protestos, ameaças e constrangimentos que explicam a emergência e evolução dos movimentos sociais. E, ainda, Alain Touraine, sociólogo francês, que desenvolveu importantes contribuições teóricas e analíticas sobre Sujeito e Democracia na América Latina. Dedicou-se à análise das potencialidades políticas e sociais subjacentes às ideias de Sujeito e Ator Social em movimentos sociais como o Neozapatista, de Chiapas, e o dos Trabalhadores Rurais sem Terra, dentre outros.

O Seminário “Crise, Conjuntura e Movimentos Sociais” teve como temas a participação, o controle social e a representação, com participação de Evaniza Rodrigues, Silvio Caccia Bava e Luiz Eduardo Wanderley, encerrou esse ano.

Adentrando à primeira década do século XXI, o contexto histórico levou ao estudo e reflexão sobre o agir democrático participativo dos movimentos sociais e suas reconfigurações na realidade de metropolização do espaço urbano. Além disso, as questões relacionadas às formas de demandas e lutas da sociedade civil organizada em movimentos sociais e redes de mobilizações civis toma destaque. Contribuição importante é trazida por Maria da Glória Gohn, em seu livro *Os Movimentos Sociais e as redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo* (2010).

Outras temáticas foram discutidas como a globalização contra-hegemônica, alternativas à crise econômico-financeira, com epicentro nos Estados Unidos, porém com impactos globais, de caráter estrutural. Atingindo pilares básicos do capitalismo neoliberal, a crise pode ser entendida, nas palavras de Luiz Eduardo Wanderley (2009) como criação, momento de decisão, busca de soluções a serem enfrentadas na busca de novas veredas.

O Nemos participou do I Seminário Internacional e III Seminário Nacional – Movimentos Sociais, Participação e Democracia, na Universidade Federal de Santa Catarina, que contou com a presença de Sidney Tarrow. Finalizando 2010, houve uma aproximação com o Centro de Estudos da Metrópole, no diálogo com o professor Eduardo Cesar Marques, autor do livro *Redes sociais, segregação e pobreza* (2010). O eixo trabalhado pelo autor diz respeito à questão da produção e reprodução da pobreza urbana no contexto das cidades contemporâneas.

No cenário do início da segunda década do século XXI, o Nemos propôs-se a estudar e refletir sobre os movimentos sociais na perspectiva do reencantamento da política, do aperfeiçoamento da democracia participativa e do desenvolvimento sustentável. Foi ímpar a presença e contribuição da professora Dra. Ilse Scherer-Warren, da Universidade Federal de Santa Catarina, que ministrou uma Atividade Programada, abrangendo as temáticas: sociedade civil, teorias americanas, novos movimentos sociais, pós-colonialismo na América Latina e redes de movimentos sociais e políticas emancipatórias.

Democracia participativa, Movimentos Sociais e Questão Ambiental foi o tema desenvolvido em 2012, enfocando as proposições dos movimentos sociais brasileiros no diálogo com movimentos sociais latino-americanos, com destaque para os modelos de desenvolvimento e seus impactos na questão ambiental. E, ainda, buscou-se analisar as relações entre Movimentos Sociais e Estado numa perspectiva de compreender as reconfigurações do protagonismo político dos Movimentos Sociais.

Um importante Seminário foi realizado, tendo como tema os Conflitos Urbanos e a Criminalização dos Movimentos Sociais, com a participação de representantes do Movimento “Pinheirinho” (São José dos Campos/SP), Central de Movimentos Sociais e Instituto Pólis. Uma vez mais ficou explícito que o projeto de sociedade passa pela discussão da destinação e disputa de terras (urbanas e rurais). Nesse período, tivemos a participação do professor Adrian Laval, da Universidade de São Paulo, que apresentou um desafio importante para os atores sociais no contexto da democracia participativa e a representação de um novo conjunto de atores e espaços de crítica – novos atores, novos lócus, novas funções.

Fechando esse ciclo, momento em que o Nemos completava 25 anos, deu-se continuidade aos temas da participação, democracia, sociedade civil e Estado, objetivando compreender as novas reconfigurações do protagonismo político dos Movimentos Sociais no contexto da consolidação da democracia brasileira e os novos repertórios de participação social.

A Atividade Programada “Para Pensar a Construção Democrática” foi ministrada pela professora doutora Evelina Dagnino (2013). Foram também realizadas Rodas de Conversa sobre o tema da participação, com lideranças dos

movimentos sociais. Foram debatidas questões sobre o Estado, o papel das defensorias públicas, a relação com partidos políticos, o perfil das lideranças e a institucionalização dos movimentos sociais.

O ano de 2013 foi marcado pelas manifestações de junho, tendo a questão urbana como base das manifestações. De novo, viu-se a participação da juventude, formas de manifestação não hierarquizadas, sem comando central, o uso de redes sociais para mobilização e organização das ações. A pressão das ruas apontava a necessidade de mudanças estruturais utópicas, com mais participação direta. Na agenda das ruas, prevaleciam a reforma política, a soberania popular, as desigualdades de sexo, gênero, raça, etnia; o questionamento das instâncias de participação; a disputa pela qualidade de vida nas cidades, dentre outras demandas. Foram inúmeras as análises sobre as manifestações de rua, os atores coletivos no pós-2013 e as novas exigências políticas no contexto da cidadania, participação e democracia.

Em 2014, a professora Rosângela Dias de Oliveira Paz assume a coordenação do Nemos. O tema dos Movimentos Sociais e a conjuntura, as manifestações de rua, espaços participativos e agenda de pesquisa, foram essenciais naquele momento. Destaca-se, aqui, o debate *A conjuntura e os movimentos sociais*, com palestra do advogado Ricardo Gebrim, com ênfase na questão da Reforma Política. Deu-se continuidade aos estudos, debates e pesquisas, algumas delas apresentadas no XIV ENPESS, na Mesa Coordenada “Movimentos Sociais e as manifestações de rua: espaços participativos e agendas de pesquisa”.

Encerrando esse momento, em 2015, ampliou-se a temática que já vinha sendo trabalhada, trazendo as questões dos Movimentos Sociais e outros atores no Pós-2013, perante as novas experiências políticas no contexto da cidadania, participação e democracia.

O **sexto momento** do Nemos, período de 2016/2021, foi marcado pelos estudos, pesquisa e debates sobre a democracia e os movimentos sociais urbanos, no contexto da crise econômica e política brasileira, do golpe parlamentar que levou ao *impeachment* a presidente Dilma Rousseff, a eleição de Jair M. Bolsonaro (2018), e ainda, a pandemia da Covid-19 (2020), além do aprofundamento das desigualdades sociais e os riscos postos à democracia brasileira.

Diante da conjuntura de desmonte dos direitos sociais e das políticas públicas de proteção social, de fechamento dos espaços institucionais de participação, do aumento da violência e da criminalização dos movimentos sociais, o Nemos priorizou estudar as recentes produções teóricas sobre movimentos sociais no Brasil e na América Latina, as expressões de resistências, nas pautas de lutas e articulações

políticas de coletivos e movimentos sociais na defesa da democracia, nos recortes de gênero, raça e geracional (juventudes), em particular dos movimentos urbanos de moradia e os desafios para a atuação profissional.

Os estudos têm cotejado a produção sobre democracia, movimentos sociais e o paradigma dos comuns ancorado em autores como Christian Dardot e Pierre Laval, Jacques Rancière, Evelyn Dagnino, Andréia Galvão, Luciana Tatagiba, Breno Bringel, Geoffrey Pleyers, Atilio Boron, Adrian Lavalle, Angela Alonso, Leonardo Avritzer, Carla Almeida, Ana Claudia Teixeira e José Antônio Moroni, dentre outros. Importante, também, o estudo e debate sobre a constituição de frentes de luta, como a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo.

A discussão sobre as reconfigurações dos movimentos sociais, a partir das manifestações e protestos de 2013, continua na pauta do Nemos, em especial a apropriação e incorporação das tecnologias digitais da informação e comunicação na mobilização e organização dos movimentos sociais, o uso das redes e mídias digitais para a afirmação dos sujeitos coletivos e a disputa de projetos políticos na sociedade, no cenário das desigualdades sociais e de acesso à internet.

Nesse período recente, ganhou centralidade, em nossos estudos, a compreensão sobre a crise da democracia brasileira, os projetos em disputa na sociedade, os desafios postos à sociedade civil e os movimentos sociais para a resistência, suas estratégias de mobilização, organização e articulações políticas no enfrentamento coletivo dos retrocessos políticos e do conservadorismo em curso no Brasil.

Em 2017, o Nemos completou 30 anos. As comemorações foram marcadas pela realização do Colóquio *Movimentos Sociais: Lutas, Aprendizados e Desafios*, com uma homenagem à professora doutora Maria Lúcia Carvalho e Silva, e contou com a participação de movimentos sociais, professores e alunos que debateram as lutas, aprendizados e desafios que marcaram os movimentos sociais nos últimos 30 anos.

Em 2018, entrou na agenda de estudos a necessária formação política nos movimentos sociais, contamos com a valorosa colaboração dos pesquisadores Pedro Pontual, Hugo Fanton e Ivânio Dickmann, focalizando o aprofundamento teórico sobre os processos, fundamentos e metodologias de formação política nos movimentos sociais, revisitando a educação popular, com o objetivo de subsidiar a formação de uma futura pesquisa.

Constavam, também, nos estudos do Nemos, em 2020, as experiências de Mandatos Coletivos e Compartilhados nos legislativos municipais, as relações com os movimentos negros, feministas e ambientais, que inovam no desenho e nas relações entre os movimentos e a representação legislativa.

A pesquisa coletiva ganhou centralidade na dinâmica do Nemos, envolvendo alunos, professores, com o apoio do Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) da PUC-SP.

Uma primeira pesquisa, iniciada em 2016, intitulada *Marcas do trabalho social na política de habitação de interesse social na cidade de São Paulo: memória, impasses e desafios da atuação profissional do Serviço Social*, focaliza a intervenção profissional do Serviço Social na política habitacional no município de São Paulo, cobrindo o período de 1989 a 2015, na qual busca-se conhecer as marcas do trabalho social, problematizando os limites e possibilidades em diferentes espaços ocupacionais, como prefeitura, assessorias técnicas, empresas prestadoras de serviços e associações de moradores e as relações com movimentos de moradia.

A segunda pesquisa, *Serviço Social e movimentos sociais: um estudo no âmbito da formação profissional*, realizada nos anos 2018 a 2020, teve como objeto a análise de uma disciplina específica dos cursos de graduação em Serviço Social, denominada *Classes e Movimentos Sociais*, a partir de uma amostra de Universidades Públicas e Privadas que possuem cursos de Serviço Social presenciais, existentes nas seis regionais da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abeps).

A formação política dos participantes dos movimentos sociais tem sido uma preocupação recorrente em nossas análises de conjuntura e no estudo sobre movimentos sociais, específicos. Nessa direção, em 2018, elaboramos e, iniciamos em 2019, o projeto de pesquisa *Experiências, trajetórias e narrativas de formação política – juventudes e movimentos sociais na cidade de São Paulo*, que objetiva conhecer os processos de formação política voltados para a juventude nos movimentos sociais e coletivos.

Importante registrar que o Nemos estuda e produz conhecimento a partir do diálogo permanente com os movimentos sociais. Assim, fazem parte de nossas atividades a promoção de mesas de debate, oficinas, seminários, rodas de conversas com lideranças, participantes dos movimentos sociais, coletivos e grupos populares, uma relação de troca de saberes. Na mesma direção, o Nemos articula-se com redes de pesquisa e fóruns de profissionais e movimentos sociais, em especial a Rede Democracia & Participação; BR CIDADES e o Fórum de Trabalho Social em Habitação SP.

Por fim, registramos aqui as palavras atuais da querida Malú, sobre a entrada no século XXI e no terceiro milênio:

Há um lugar privilegiado: o da troca e da reinvenção.

Troca como mudança, como lugar de diferença, de encontro entre repertórios e realidades distintas, plenamente conectadas.

Reinvenção como um novo começo, hora de reaprender a olhar ou ver a história que só se faz em movimento, a conceber um outro mundo melhor, a viver e conviver comunicativamente, solidariamente, amorosamente.

Só pela troca e pela reinvenção será possível objetivar um processo de desenvolvimento verdadeiramente humano, equânime, justo e emancipador, fundado ou enraizado na revalorização da ética.

Neste sentido, a meu ver, o diálogo entre os assistentes sociais de todas as gerações vem significar uma possibilidade concreta e promissora de troca e reivindicação (2011)¹¹.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita (1994). Cidadania e Democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 33.
- CARVALHO da SILVA, M. L. (1987/2012). *Um registro/quase depoimento*. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) – um espaço de formação acadêmica em movimento. São Paulo, PUC-SP – não publicado.
- DAGNINO, Evelina (1994). “Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania”. In: DAGNINO, E. (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- DALLARI, Dalmo (1998). *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo, Moderna.
- FISCHER, Tânia (1992). Poder local: um tema em análise. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 4.
- GOHN, Maria da Glória (org.). (2003). *Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, Vozes.
- GOHN, Maria da Glória (2010). *Os Movimentos Sociais e as redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. São Paulo, Vozes
- MARQUES, Eduardo (2010). *Redes Sociais, Segregação e Pobreza*. São Paulo, Editora UNESP e Centro de Estudos da Metrópole.
- NEMOS/PUC-SP (2006). *Fóruns e Movimentos Sociais na cidade de São Paulo*. Observatório dos Direitos do Cidadão. Instituto Polis, Caderno n. 27.
- ____ (1997). *Movimentos Sociais na contemporaneidade*. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC-SP.
- ____ (1996). *Movimentos Sociais em estudo e debate*. São Paulo, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, PUC-SP.

11. Aula inaugural ministrada na Unifai – Centro Universitário Assunção, Faculdade de Serviço Social – 11 de fevereiro de 2011.

TELLES, Vera da Silva (1994). Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. *Revista Pólis*, n. 14.

WANDERLEY, Luiz Eduardo (2009). “Crise como momento de reflexão e criação”. In: BEOZZO, J. O e VOLANIN, C. J (orgs.). *Alternativas à crise por uma economia social e ecologicamente responsável*. São Paulo, Cortez.

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: UM ESTUDO NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL¹

Mariangela Belfiore Wanderley
Rosângela Dias Oliveira da Paz

Pesquisadores

Cleci Elisa Albiero

Douglas Alves dos Santos

Grazielle Nayara Felício Silva

Luciene Pazinato da Silva

Marize Rauber Engelbrecht

Priscila Nunes Rezende

Priscilla Beralda Moreira de Oliveira

Rodrigo Aparecido Diniz

Silvia Cristina Arantes de Souza

Tania Elias

A graduação em Serviço Social tem formado os profissionais assistentes sociais para atuarem junto aos movimentos sociais? Essa foi a pergunta que levou o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos sociais – Nemos – do PEPG em Serviço Social/PUC-SP, a realizar uma pesquisa (2018-2020), que teve como objetivo problematizar e elucidar como a formação profissional na área de conhecimento do Serviço Social tem formado os profissionais assistentes sociais para atuarem junto

1. Artigo fruto do Relatório de pesquisa, coordenada pelas professoras doutoras Mariangela Belfiore Wanderley e Rosângela Dias Oliveira da Paz.

aos movimentos sociais. Para tanto, procedeu-se à análise de uma disciplina específica dos cursos de graduação em Serviço Social que, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Serviço Social vigentes, é nominada *Classes e Movimentos Sociais*.

Buscando contextualizar e realizar a análise aprofundada do objeto de pesquisa realizou-se, inicialmente, uma imersão na história que contempla o período que vai de 1979, quando tem origem, ainda que preliminarmente, a demanda de inserção da temática dos Movimentos Sociais em discussões acerca dos currículos de formação profissional em Serviço Social, até 2002, quando foram aprovadas, pelo MEC, as Diretrizes Curriculares para a Graduação em Serviço Social. Foi um longo processo de reflexão e debates que envolveu os cursos de Serviço Social, as entidades de ensino, pesquisa e profissionais da área.

Como analisa Iamamoto (2014), o currículo mínimo proposto pela Abess² em 1979 e aprovado em 1982³, foi elaborado:

[...] em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do movimento de reconceitualização latino-americano. O currículo mínimo expressa um processo de transição, parte da resistência acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada no país (1964-85) quanto ao *Social Work*, em sua difundida trilogia, composta por Serviço Social de caso, de grupo e de comunidade. (Iamamoto, 2014, p. 614)

As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social resultaram de amplo debate acadêmico, por meio de oficinas em todo o país e com assessoria da Abess e de professores e pesquisadores.

Retomando a trajetória de construção das Diretrizes Curriculares para o Serviço Social, foi na XXVIII Convenção Geral da Abess, em 1993, realizada em Londrina, que se considerou a premente necessidade de uma revisão do Currículo Mínimo de 1982, como resultado do avanço teórico-crítico construído nesse período, postulando-se uma profunda avaliação do processo de formação

2. Disponível em: <http://www.abepss.org.br>. A Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – Abess – foi criada em 1946 e teve seu nome modificado em 1996, quando passou a denominar-se Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade. A ABEPSS está organizada em Grupos Temáticos de Pesquisa e dentre eles há o GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social.

3. Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social vigente em 1982 (Parecer CFE nº 412, de 04.08.1982 e Resolução n.º 06 de 23/09/82).

profissional. “Com base na compreensão de que uma revisão curricular supõe uma profunda avaliação do processo de formação profissional, face às exigências contemporâneas” (Abess/Cedepss⁴, 1996, p. 58).

Entre 1993 e 1996⁵, em diversas discussões e reflexões coletivas, envolvendo os cursos de Serviço Social e a categoria profissional em geral, foram debatidas diretrizes para a formação do assistente social, considerando-se as transformações e exigências contemporâneas.

O documento que continha as diretrizes gerais para a graduação em Serviço Social, ainda denominado de Currículo Mínimo, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da antiga Abess, em 8 de novembro de 1996. Nele, estão expressos avanços importantes relativos à compreensão do significado social da profissão e a adesão à tradição da teoria crítica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica, dentre outras.

Foi esse documento que tomou o formato de Diretrizes Curriculares, em 1999, pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social⁶, tendo em vista o encaminhamento para a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

A proposta apresentada pela Abepss ao CNE sofreu, no entanto, no processo de aprovação por aquele Conselho, em 2001/2002, substantivas mudanças que comprometeram o projeto original, no que tange à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social⁷, dentre outros.

É fundamental essa contextualização para que se possa entender como, estando em curso, na década de 1980, a democratização da sociedade e do Estado brasileiros, as transformações societárias, a presença e atuação dos sujeitos sociais e políticos na cena brasileira, as reflexões sobre o Serviço Social como área de conhecimento, em pouco mais de duas décadas, criaram um terreno fértil para

4. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss), criado pela Abess, na década de 1980.

5. Nesse período, segundo documento da Abepss de 1996, foram realizadas 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmica filiadas à Abess, 25 oficinas regionais e 02 nacionais. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>.

6. Essa Comissão foi composta pelas professoras Maria Bernadete Martins Pinto Rodrigo, Marilda Villela Iamamoto e Mariangela Belfiore Wanderley.

7. Uma análise dessa descaracterização pode ser encontrada em: Iamamoto, Marilda (2014). A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez.

as transformações que ocorreram, também, no âmbito da formação profissional do assistente social. Foi um período de dinamismo social intenso, de conflitos e mudanças sociopolíticas e econômicas, exigindo novas repostas da profissão.

Os questionamentos abrangem todos os campos. A crise dos grandes paradigmas e modelos teóricos levou as Ciências Sociais a questionarem seus fundamentos teórico-metodológicos [...] novos sujeitos sócio-políticos ocuparam a cena [...]. No Serviço Social foram ricos os debates decorrentes do Movimento de Reconceituação, quando concepções de Serviço Social foram confrontadas, questionadas e reconstruídas. (Wanderley, 1993, p. 53)

Havia, à época, uma profunda crítica ao conservadorismo no Serviço Social, resultante de sua gênese (1936), umbilicalmente relacionada à Igreja Católica. Para além das fronteiras brasileiras, ampliava-se um movimento de erosão do Serviço Social tradicional. Na América Latina, esse processo foi conhecido como Movimento de Reconceituação, imbricado no próprio processo histórico, social e político, vivenciado pelo continente a partir da década de 1960. Longe de ser homogêneo, caracterizou-se por ser um processo que colocava em disputa o caráter do Serviço Social, num amplo espectro de tendências teóricas, filosóficas, sociais e políticas, significativas do pensamento contemporâneo. No Brasil, o professor José Paulo Netto (1991) cunhou a expressão ‘Movimento de Renovação’, ressaltando os limites e possibilidades da crítica no período da ditadura civil-militar (1964-1985).

A introdução de uma disciplina que tratasse dos Movimentos Sociais surge da atuação crescente de movimentos docentes e estudantis que preconizavam a necessidade de uma formação voltada para a realidade, com ações junto à sociedade civil, por meio de projetos de investigação e prática relacionados às lutas populares. Buscava-se, assim, inovações e reformulações nos currículos dos cursos de Serviço Social⁸.

Para que se possa analisar a inserção da temática dos Movimentos Sociais na formação profissional do Serviço Social se faz necessária a discussão da sua relação

8. O curso de Serviço Social da PUC-SP é um exemplo significativo dessa trajetória. Em 1984, a então Faculdade de Serviço Social realizou uma profunda reformulação do curso, num momento em que a PUC-SP buscava a construção de um novo projeto de universidade, com a revisão de seus Estatutos, reconhecendo a necessidade de produzir um conhecimento vigoroso e ensino qualificado, de formar profissionais, além de competentes, críticos e abertos às interrogações mais profundas do Homem e da Sociedade (Prólogo do Projeto de Estatutos da PUC-SP, 1982). O Projeto de Revisão Curricular da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP está publicado na *Revista Serviço Social & Sociedade* (São Paulo, Cortez, ano V, n. 14, abril de 1984).

com a temática do Desenvolvimento de Comunidade, reinserida⁹ como disciplina no Currículo Mínimo de Serviço Social (Graduação), em 1982, introduzindo a questão e o debate dos movimentos sociais. Constata-se, como já comentado, a intenção de introduzir no currículo dos cursos uma disciplina voltada para as demandas de diferentes sujeitos coletivos presentes na sociedade, numa nova perspectiva que ultrapassasse a forte conotação desenvolvimentista e modernizante do Desenvolvimento de Comunidade.

A XXI Convenção Nacional da Abess (Natal, 1979) é um marco importante nesse processo. Teve como tema o novo currículo de Serviço Social e, naquele momento, discutia-se a necessidade da inclusão de uma nova disciplina que contemplasse o estudo dos movimentos sociais. Havia, no entanto, uma preocupação de algumas IES com a manutenção no currículo da disciplina Desenvolvimento de Comunidade, que abrangia conteúdo para além da disciplina Serviço Social de Comunidade. Complementando esse debate, havia também a preocupação de que fosse mantida a denominação Desenvolvimento de Comunidade¹⁰, desvinculada da “Metodologia do Serviço Social” de modo a não correr o risco de não serem ministrados conteúdos referentes aos movimentos populares.

Estes e outros fatos são reveladores de que, naquele momento, havia permeado as discussões um debate de diferentes (e mesmo divergentes) concepções teórico-metodológicas e políticas acerca da profissão. Aquele evento foi bastante representativo de diferentes grupos e pessoas atuantes na profissão e no meio acadêmico portadores dessas tendências – como, por exemplo, a fenomenológica oriunda da PUC-RJ e a marxista em elaboração pelo ‘Grupo de BH’ na Universidade Católica de Minas Gerais, dentre outras. (Wanderley, 1993 p. 103)

A Convenção de Natal, segundo Netto (1991), pode ser considerada como um paradigma da polêmica instalada no Serviço Social, num período de renovação:

-
9. Um importante marco na discussão sobre as articulações entre o Desenvolvimento de Comunidade e os Movimentos Sociais foi o Seminário Nacional de Desenvolvimento de Comunidade, promovido pela Abess – Região Sul II e o Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP. Uma síntese desse evento encontra-se publicada na *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XII, n. 36, agosto de 1991.
10. A disciplina Desenvolvimento de Comunidade foi ainda objeto de reflexão em dois eventos regionais importantes: o Encontro Regional de Professores de Desenvolvimento de Comunidade (1989) e o Seminário Nacional de Desenvolvimento de Comunidade (1990), ambos promovidos pela Abess – Região Sul II, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Núcleo de Pesquisa e Extensão da Faculdade de Serviço Social da PUC-SP, com apoio da Cortez Editora (*Revista Serviço Social & Sociedade*, Ano XII, n. 36, ago., 1991).

O papel das instâncias organizativas também se modifica: entidades que tradicionalmente tinham referendadas as suas propostas, neste processo veem-se em xeque e são obrigadas a estabelecer uma nova sintonia com parcelas importantes da categoria profissional – tanto no que diz respeito a questões corporativas como, e este é um ponto importante, a temáticas de outra natureza (teórica, ideologia e política). (Netto, 1991, p. 135)

Outra e importante demanda, à época, dizia respeito à atuação profissional para “fora das instituições”:

[...] de um lado a crítica sobre o desenvolvimento de comunidade desvendara seu caráter ideológico, reiterativo e manipulador. De outro, a reconceitualização do Serviço Social apontara para os limites da ação profissional no interior das instituições. [...] apontou a possibilidade de ação do Serviço Social junto aos movimentos sociais, como alternativa de criação de um vínculo orgânico com a classe dominada. (Ammann, 1991, pp. 182-183)

Segundo Netto (1991), a adoção pelo Serviço Social da abordagem comunitária, enquanto “processo” profissional, “não significa, em si mesmo, a transcendência do tradicionalismo, mas contém vetores que apontam para sua ultrapassagem (Ibid., p. 137, nota 55)”. Resulta, pois, de uma conjugação de fatores, a articulação do desenvolvimento de comunidade com os movimentos sociais.

É importante lembrar que, nesse período, o Serviço Social brasileiro fazia sua aproximação à tradição marxista, na busca da superação do pensamento conservador até então dominante.

A reflexão sobre a Disciplina de Desenvolvimento de Comunidade não pode ser desvinculada de toda a questão curricular, da formação profissional e do momento histórico em que se deu, expressão esta do movimento das forças sociais presentes na sociedade brasileira e no debate profissional. (Wanderley, 1993, p. 102)

A inserção da temática dos Movimentos Sociais como disciplina nos currículos dos cursos de graduação objetivava preparar os profissionais para as intervenções nos processos de mobilização e organização popular, que se constituem em um elemento fundamental da dimensão ideopolítica da ação profissional. Essa dimensão pode produzir “efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura que, por sua vez, têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos” (Iamamoto, 2006, p. 68).

Nessa direção, e considerando o projeto ético-político profissional, compartilhamos com Duriguetto (2014) o significado da inserção do Serviço Social nos processos de mobilização e organização popular:

[...] o assistente social, como trabalhador assalariado, e considerando a própria natureza contraditória de sua intervenção profissional, pode atuar no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de suas intervenções. (Ibid., p. 183)

Assim, sem a pretensão de esgotar toda a trajetória e complexidade desse tema e das particularidades desta pesquisa, aponta-se para a formação profissional com competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para o entendimento do processo sócio-histórico da sociedade considerando “a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira”¹¹.

Na esteira deste caminho, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Serviço Social, aprovadas em 2002, pelo MEC, construídas com base nas diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social de 1996, estão vigentes. Após mais de duas décadas de sua implementação, é à luz destas que foram analisadas as atuais matrizes curriculares dos cursos de Graduação em Serviço Social e, especificamente, as disciplinas que têm como conteúdo os movimentos sociais, com vistas a compreender como essa temática tem incidido na formação profissional do assistente social.

Considerando que esta pesquisa buscou desvelar como as relações entre o Serviço Social e os Movimentos Sociais estão explicitadas nos conteúdos das disciplinas de formação profissional dos assistentes sociais, a questão a ser respondida foi assim formulada: como a formação profissional em Serviço Social tem preparado os profissionais para atuarem com movimentos sociais?

Nesse sentido, indagou-se, também: quais as concepções de Movimentos Sociais presentes nos currículos acadêmicos a partir das Diretrizes Curriculares em vigor no processo formativo em Serviço Social? Como se dá a inflexão dos elementos teórico-metodológicos, postos no processo formativo de Desenvolvimento de Comunidade, para as premissas da ementa de Movimentos Sociais aprovadas pela Abepss em 1996?

11. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Estabeleceu-se como objetivo geral conhecer, no que se refere à temática sobre movimentos sociais, os conteúdos curriculares referentes à formação profissional nos cursos de graduação em Serviço Social.

E, como objetivos específicos: (a) construir a trajetória histórica da disciplina de movimentos sociais presentes nas produções acadêmicas no período de 1979 a 2017; (b) identificar como as disciplinas e ementas aparecem nos currículos acadêmicos do curso, a partir da aprovação das Diretrizes Curriculares em vigor; (c) identificar o conteúdo programático presente nas grades curriculares do curso de serviço social em estudo.

A metodologia abarcou um conjunto de técnicas e instrumentos que possibilitaram apreender a realidade investigada a partir dos procedimentos metodológicos adotados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Ao tratarmos de uma investigação científica como etapa de um estudo, este se compõe de “[...] uma tendência histórica determinada, que pode ser travada ou contrarrestada por outras tendências” (Netto, 2011, p. 24). Portanto, o estudo realizado teve como fio condutor a perspectiva teórico-metodológica da teoria social crítica, com a interlocução de autores clássicos e contemporâneos, tanto do Serviço Social como de outras áreas do conhecimento, permitindo-nos aprofundar o estudo.

Partiu-se, neste processo, de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, bibliográfica e documental. Buscou-se investigar mais a fundo o estudo com a pesquisa de campo na qual os sujeitos participantes foram os professores coordenadores dos cursos de Serviço Social e os professores responsáveis pelas disciplinas de Movimento Social. Para essa etapa do estudo, lançou-se mão de um roteiro de pesquisa semiestruturado, contendo questões abertas a fim de conhecer o lugar da disciplina na grade curricular do curso em estudo.

Na contextualização aqui apresentada, destacou-se a trajetória de elaboração e reformulação dos documentos-chave que tratam do ensino e formação profissional dos assistentes sociais, cobrindo o período de 1979 a 2002.

Para a análise dos Projetos Pedagógicos do Curso, tomou-se como referência as Diretrizes Curriculares aprovadas pela Abepss, em 1996, e foram seguidos os seguintes passos:

- a) Pesquisa documental e bibliográfica em:
- Teses, dissertações, revistas e livros da área, com o objetivo de levantar informações referentes a produções e pesquisas sobre currículos no Serviço Social, com foco na disciplina de movimentos sociais;
 - Publicações que tratam das relações entre Desenvolvimento de Comunidade e Movimentos Sociais, no âmbito da composição dos currículos de graduação;
 - Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996/1999;
 - Diretrizes do MEC de 2002;
 - Relatórios GTP Movimentos Sociais e Serviço Social Abepss dos últimos três encontros do ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social ocorridos em 2014, 2016 e 2019.
- b) Levantamento e estudos dos currículos e Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação (PPC) em Serviço Social. Para a definição desta etapa da pesquisa, foi feito um levantamento no *site* do e-MEC, do Ministério da Educação, do número de Universidades Públicas e Privadas que possuem cursos de Serviço Social presenciais, existentes nas cinco regiões brasileiras (Norte, Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste). Após o levantamento do número de cursos de Serviço Social, foram cruzadas as informações com as regionais definidas pela Abepss, que está organizada em seis (6) regiões.

Quadro 1 – Distribuição Regional da Abepss

Regional	Estados
Regional Nordeste	Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe;
Diretoria Regional Sul I	Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul;
Diretoria Regional Sul II	São Paulo e Mato Grosso do Sul;
Diretoria Regional Centro Oeste	Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso;
Diretoria Regional Leste	Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro;
Diretoria Regional Norte	Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Fonte: Organizado pelos autores a partir do site da Abepss (2020).

Uma amostra das Instituições de Ensino Superior foi construída a partir da distribuição dos cursos de Serviço Social, de acordo com as Regionais da Abepss.

Em cada Regional, de acordo com os critérios abaixo, foram escolhidas as IES a serem pesquisadas: uma IES de natureza pública, uma comunitária e uma privada; IES criadas em diferentes tempos (mais antigas e mais novas); IES com cursos presenciais.

No que tange à documentação dos cursos analisados, procedeu-se à identificação e estudo dos Projetos Pedagógicos e das Grades Curriculares, especialmente das disciplinas que tratam dos temas: Classes Sociais, Movimentos Sociais e Serviço Social, para que se pudesse proceder à análise destas.

Essa etapa contemplou coletar informações documentais primárias e o que foi disponibilizado publicamente nas páginas (*sites*) de cada Instituição de Ensino Superior (IES), tais como: Curso/Faculdade, início do curso, natureza, periodização, nome da disciplina, ementa, objetivos, carga horária, referências bibliográficas, período/semestre, professor responsável, concepção de movimentos sociais e programa da disciplina.

Com base nas informações coletadas, cada grupo de trabalho construiu um quadro informativo dos itens elencados. Várias reuniões com a equipe de pesquisadores do Nemos foram realizadas com o objetivo de socializar os dados coletados.

Essa etapa foi fundamental para conhecer as IES e observar suas particularidades no processo de formação profissional, como também demonstrar as diferenças e semelhanças de conteúdos e sua aproximação com as Diretrizes Curriculares/Abepss.

Na sequência, fez-se o contato direto com os coordenadores dos cursos, tendo em mãos a Carta de Apresentação, elaborada pelas professoras Mariangela B. Wanderley e Rosângela D. O. da Paz, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da PUC-SP e coordenadoras do Nemos, solicitando a colaboração das IES, fornecendo informações e documentos como o PPC do Curso de Serviço Social, o Programa da disciplina, o nome e contato do professor (a) responsável.

Terminada essa etapa, realizaram-se as entrevistas com os/as coordenadores dos cursos e/ou professore/as das disciplinas que apresentam em seus conteúdos a temática dos movimentos sociais. Devido à pandemia (Covid-19), as entrevistas foram realizadas por vias digitais: e-mails, aplicativo WhatsApp, gravações em áudio, Skype, entre outras ferramentas.

Foi elaborado um roteiro semiestruturado com questões para as entrevistas, contendo perguntas gerais e comuns a todas as IES, e informações específicas a partir da coleta documental de modo a captar a realidade e as especificidades dos cursos.

Optou-se pela entrevista não diretiva, colhendo as informações por meio do discurso livre deixando o/a entrevistado(a) à vontade para expressar

seus pensamentos, representações e o que conhecem a partir do cargo ou funções que assumiram. A entrevista foi realizada após a assinatura do TCLE, pelos participantes.

Importa relatar que a maior parte da coleta dos dados foi realizada durante a pandemia da Covid-19, ou seja, no ano de 2020. Foram efetuados, neste percurso, contatos, enviadas as informações, reenvios e devolutivas, com alguma dificuldade em obter a documentação e, também, a não disponibilidade de alguns sujeitos/as das IES para entrevistas.

Diante desse cenário, o grupo de pesquisadores reuniu-se várias vezes (de forma remota) socializando os dados e, também, as dificuldades encontradas, avançando no debate para a elaboração da análise. O quadro seguinte contém as IES pesquisadas.

**Quadro 2 – Instituições de Ensino Superior Pesquisadas/
Cursos de Graduação em Serviço Social**

Região Abepps	IES Pública	IES Comunitária	IES Privada
Norte	Universidade Federal do Maranhão (UFMA)		Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ)
Nordeste	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Universidade Católica de Salvador (UCSAL)	Faculdade Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão (FABEX)
Sul I	Universidade Estadual de Londrina (UEL) Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RGS)	Centro Universitário Internacional – UNINTER (sede em Curitiba)
Sul II	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – Campus Baixada Santista	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (FAPSS-SCS)
Centro Oeste	Universidade de Brasília – UNB	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC- GO)	Faculdade Cidade de Aparecida de Goiânia (FAC-CIDADE)
Leste	Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ) Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)	

Fonte: Organizado pelos autores a partir do site do e-MEC (2020).

É importante ressaltar que algumas das universidades contatadas e convidadas a fazer parte do estudo não se dispuseram a participar da pesquisa, o que explica algumas lacunas, conforme consta do quadro acima.

A sistematização dos dados teve como eixo central a análise da disciplina Movimentos Sociais nos Projetos Pedagógicos dos Cursos na sua relação com o ensino, pesquisa e extensão.

A partir dos dados coletados, analisaram-se as informações referentes às disciplinas que abordam a temática dos Movimentos Sociais nas instituições de Ensino Superior (IES). O primeiro passo consistiu na criação de instrumental da pesquisa, o roteiro de coleta de informações documentais, elaborado em conjunto pelo grupo de pesquisadores. Esse roteiro consiste em perguntas sobre: nome da Universidade/Faculdade; nome da disciplina; carga horária; período/semestre; concepção de movimentos sociais; ensino, pesquisa e extensão; relação teoria e prática na disciplina.

Os demais eixos analíticos trataram: do lugar das disciplinas movimentos sociais nas grades curriculares; das disciplinas Movimentos Sociais e a relação com Ensino, Pesquisa e Extensão; das referências bibliográficas das disciplinas em estudo.

Um detalhamento da pesquisa realizada não cabe neste artigo, no entanto, tecemos algumas considerações de elementos presentes neste estudo de expressiva relevância, no que tange à formação e ao debate em relação a temática dos movimentos sociais e especialmente para a trajetória sócio-histórica no Serviço Social.

O resgate histórico, apresentado na elaboração inicial desta pesquisa, descreve, em linhas gerais, a trajetória de luta da categoria profissional em movimento, por romper com traços expressivos fundados no conservadorismo e avançar na perspectiva da produção do conhecimento, na pesquisa e na formação com base na dimensão de “[...] uma atitude teórico-metodológica plena de historicidade” de possível compreensão e apreensão das expressões da questão social e da realidade concreta numa direção sócio-histórica da profissão na luta e crítica pela emancipação dos sujeitos e de ruptura com questões dramáticas da sociedade “[...] brasileira, as quais o Serviço Social se depara cotidianamente no exercício profissional” (Behring, 1997, p. 23).

Neste contexto, entendemos que a questão norteadora: como a formação profissional em serviço social tem preparado os profissionais para atuarem com movimentos sociais? é uma pergunta instigante com muitos entrelaçamentos, porém sem uma resposta uníssona pela proposta curricular flexível em vigência, que busca atender e dar respostas às especificidades regionais e territoriais de cada

unidade de formação. Essa questão provoca a necessária continuidade desta pesquisa, com a definição de outras abordagens metodológicas, que alcancem alunos e profissionais que atuam em diferentes espaços de aprendizagem e profissionais.

Definiu-se como objetivo geral conhecer, no que se refere à temática sobre movimentos sociais, os conteúdos curriculares referentes à formação profissional nos cursos de graduação em Serviço Social.

Os caminhos metodológicos da pesquisa, construídos coletivamente pelo grupo de pesquisadores do Nemos, abarcaram diversas etapas de sua metodologia, como: aproximações teóricas com base em materiais já produzidos referentes ao tema em estudo; aproximações com as Unidades de Ensino tendo por referência as seis regionais da Abepss; a definição dos critérios de seleção das instituições, sujeitos da pesquisa, o estudo dos projetos pedagógicos dos cursos e, por fim, a pesquisa com os coordenadores de curso e professores das disciplinas de movimentos sociais e/ou as disciplinas que se aproximam desta nomenclatura com mediação das Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Abepss de 1996 e 2002.

Com base nos critérios elencados para a seleção das Unidades de Ensino, chegou-se à definição de uma amostra intencional de três (3) instituições por abrangência territorial que compõem as regionais da Abepss, sendo uma instituição de ensino pública, uma instituição privada e uma instituição de cunho comunitário, todas na modalidade presencial, perfazendo um total de dezoito (18) instituições de ensino em Serviço Social participantes do estudo. A amostra representa 3,46% do total de cursos de Serviço Social em andamento na modalidade presencial de um total de 520¹² cursos de Serviço Social.

Os pontos de relevância observados e analisados referem-se ao lugar do debate dos movimentos sociais na grade de disciplinas e a diversidade de nomenclaturas são definidas nessas disciplinas, com a proposta de formação em movimentos sociais, carga horária, diversidade de referenciais bibliográficos e a dinâmica das propostas organizadas.

No geral, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação pesquisados, a disciplina que trata dos Movimentos Sociais é componente obrigatório curricular, localizada em diferentes períodos, com carga horária variada de 60 h a 80 h. Faz parte do escopo curricular do Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira.

A nomenclatura das disciplinas, sintetizada no quadro abaixo, merece algumas pontuações e reflexões.

12. Dados disponíveis na plataforma e-MEC, tendo, como referência, janeiro de 2019.

Quadro 3 – Denominação das disciplinas

Região Abepss	IES	Nome da disciplina
Norte	1. Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1. Formação Sócio-histórica do Brasil e Serviço Social
		2. Movimentos Sociais e Serviço Social
	2. Faculdade Metropolitana da Amazônia – Famaz	3. Movimento Social no Brasil e na Amazônia
Nordeste	3. Universidade Federal de Pernambuco-UFPE	4. Movimentos Sociais Contemporâneos
	4. Universidade Católica de Salvador-UCSal	5. Classes e movimentos sociais
	5. Faculdade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão – Fabex	6. Movimentos Sociais e Serviço Social
Sul I	6. PUC-RS	7. Laboratório de Práticas Coletivas e Movimentos Sociais
	7. Uninter-PR	8. Movimentos Sociais e Serviço Social
		9. Classes Sociais e Movimentos Sociais no Brasil
	8. Universidade Estadual de Londrina (UEL)	10. Movimentos Sociais e Serviço Social
	9. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	11. Classes Sociais e Movimentos Sociais
Sul II	10. Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP	12. Classes e Movimentos Sociais
	11. Faculdade Paulista de Serviço Social – Fapss São Caetano do Sul	13. Classes e Movimentos Sociais
		14. Movimentos Sociais e Organizações Populares
	12. Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) – Campus Baixada Santista	15. Classes e Movimentos Sociais
Centro Oeste	13. Universidade de Brasília – UnB	16. Movimentos Sociais
	14. Faculdade Cidade de Aparecida de Goiânia-FacCidade	17. Movimentos Sociais e Sociedade Civil
	15. Pontifícia Universidade Católica – PUC Goiás	18. Questão Urbana, Rural e Movimentos Sociais

Região Abepps	IES	Nome da disciplina
Leste	16. Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)	19. Estado, Classes e Movimentos Sociais
	17. Pontifícia Universidade Católica MG (PUC-MG)	20. Movimentos Sociais e Cidadania em Serviço Social
	18. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	21. Movimentos Sociais e a Realidade Regional e Local
		22. Classes e Movimentos Sociais

Fonte: Organizado pelos autores a partir dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Pesquisados.

Destaca-se que, em 18 IES, encontramos 22 disciplinas referidas ao tema movimentos sociais, entre elas há:

- A predominância da nomenclatura Classes Sociais e Movimentos Sociais, são oito disciplinas, sendo que uma delas inclui no termo o Estado;
- Cinco disciplinas são nomeadas como Movimentos Sociais e Serviço Social, entre elas, uma inclui no título o termo Cidadania;
- Duas disciplinas destacam as especificidades da realidade regional e local;
- Duas disciplinas relacionam no título, movimentos sociais, organizações populares e sociedade civil;
- Uma disciplina chama atenção no título sobre “Movimentos Sociais Contemporâneos”;
- Uma disciplina explicita no título a “Questão Urbana, Rural e Movimentos Sociais”;
- Apenas uma disciplina é denominada como “Laboratório de Práticas Coletivas e Movimentos Sociais”.

Assim, no que diz respeito ao debate da pesquisa e da extensão universitária, junto aos movimentos sociais, observa-se uma aproximação eventual, mais expressiva em alguns cursos, no que tange à inserção dos docentes e discentes na extensão, na pesquisa e no estágio supervisionado.

Entre as regiões pesquisadas, chama atenção o desenvolvimento de projetos de extensão, pesquisa e estágio na região Nordeste. Na UFPE, há dois campos de estágio em ONGs, consideradas “de ponta” no campo da defesa dos direitos humanos e assessoria a movimentos sociais: a Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, e o Cendhec – Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social. São desenvolvidos projetos de iniciação científica e aproximação da disciplina com movimentos sociais locais, regionais ou existentes no Estado. Destaca-se, também, na Ucsal, a criação pela disciplina de um *Fórum de*

Classes e Movimentos Sociais, para o qual são convidados diversos representantes dos movimentos sociais da Bahia, visando ao diálogo na Instituição. A experiência da Ucsal articula o exercício da militância na Bahia, com experiências concretas nacionais e internacionais (chilenos, argentinos e estadunidenses).

No geral, as disciplinas e cursos promovem debates, palestras, seminários, eventos com movimentos sociais locais:

[...] dando visibilidade aos sujeitos que no seu enfrentamento acionam traços de luta e resistência; a qualificação da participação política na elaboração, implementação e controle da política pública; orientações, encaminhamentos e atendimentos que busquem potencializar a apropriação por parte desses grupos dos serviços e das instituições públicas que constituem direitos sociais de cidadania”. (GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, 2013, p. 198)

Face aos resultados da pesquisa, chama-se atenção para o espaço da dimensão investigativa e da extensão junto às disciplinas de movimentos sociais, “[...] como locus prioritários para a interlocução da formação profissional com os movimentos sociais” (GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, 2013, p. 189), porém, o que se pode observar é que tanto no que se refere à pesquisa, como à extensão, esses dois elementos do tripé da formação apresentam-se em menor incidência se analisados na perspectiva do ensino e do debate teórico, corroborando os estudos e análises de Yamamoto (2008, p. 461), que apontou que “a área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular” (ibid.).

No que tange às referências bibliográficas, básicas e complementares, evidencia-se um afinamento do Serviço Social com obras que circundam desde os autores clássicos das ciências sociais europeias e da América Latina, englobando autores que enfatizam a educação popular e os movimentos sociais em produções atuais e, incorporando de forma crescente, o debate pós-moderno dos “novos” movimentos sociais. Outros temas como a construção de novas formas de sociabilidade de organização, mobilização e identidades coletivas, reivindicações políticas, com demandas à luz das teorias, estão presentes em produções de autores do Serviço Social brasileiro.

Nas análises realizadas, foram observadas diversas concepções de movimento social que permeiam a formação do Serviço Social, proposto como um debate transversal e heterogêneo, mediado por uma concepção crítica, teórica, ética e política da formação profissional, tendo como referência o conteúdo que compõe o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da sociedade brasileira, construído e

proposto nas diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social de 1996 e referendado pelos docentes das unidades de ensino, quando da pesquisa teórica e de campo, instrumento fortalecedor do trabalho e da formação profissional.

Por fim, ao término deste artigo deixamos registrado que esta pesquisa é um importante produto do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Nemos, do PEPG de Serviço Social, da PUC-SP, credenciado pelo CNPq.

O Nemos foi criado em 1987, portanto, com 34 anos de existência, pelas professoras doutoras Maria Lucia Carvalho da Silva e Nobuco Kameyama, introduzindo na matriz curricular do PEPGSS o estudo e o debate sobre os movimentos sociais, suas reivindicações, processo participativos, projetos e ações coletivas presentes no cenário social e político contemporâneo. Desde seu início possui caráter interdisciplinar e coordenação colegiada. Integrado na grade curricular, o Nemos tem sessões semanais, com a presença de estudantes e pesquisadores da área do Serviço Social e de outras áreas. Caracteriza-se como um espaço coletivo, flexível e participativo. Insere-se na área de concentração “Serviço Social: Políticas Sociais e Movimentos Sociais” e na linha de pesquisa “Política Social: Estado, Movimentos Sociais e Associativismo Civil”.

Nas atividades que desenvolve, o Nemos prioriza o diálogo teórico-científico e participativo como uma característica fundamental, por meio do estudo e aprofundamento dos conhecimentos sobre Movimentos Sociais, em suas diferentes perspectivas e fundamentos teórico-políticos, em autores clássicos e contemporâneos, estrangeiros e brasileiros, tendo muitos deles, ao longo de mais de três décadas, estado presencialmente em nossa Universidade, em palestras, seminários, cursos de curta e longa duração .

Da mesma forma, ao longo de sua trajetória, mantém ativa e constante interlocução com os movimentos sociais que se materializa em eventos, rodas de conversa, visitas técnicas, fóruns, dentre outros. Vários militantes que tiveram contato com o Nemos, posteriormente, ingressaram na PUC-SP, tanto na Graduação como na Pós-graduação.

Em nossa pauta de estudos e pesquisas há centralidade no tema da democracia e seus rebatimentos sobre os direitos sociais, a participação social e movimentos sociais. Temáticas como a crise da democracia, a diminuição dos espaços institucionais de participação, as diferentes concepções de movimentos sociais, a presença na cena urbana de coletivos juvenis, as alternativas de resistência popular, as formas de articulação política, as estratégias de luta, as novas práticas, gramáticas, repertórios, processos, trajetórias e narrativas da formação política nos movimentos sociais, fazem parte da agenda de debates e estudos.

A conjuntura política deflagrada após o golpe civil-parlamentar de 2016 abriu espaços para o desmonte dos direitos sociais e da participação institucional, como também aprofundou a violência e a criminalização dos movimentos sociais. O Nemos tem acompanhado esse debate, colocando uma lupa nas diversas formas de resistência e luta dos sujeitos coletivos.

A pesquisa tem sido, nos últimos anos especialmente, uma vertente primordial para o Nemos. Esta pesquisa é um exemplo dos objetivos que o Nemos vem perseguindo, com intensa participação dos estudantes e pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS (1996a). Proposta básica para o projeto de formação profissional. *Serviço Social & Sociedade: O Serviço Social no século XXI*, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 143-171, abr.
- ____ (1996b). *Caderno ABESS*, n. 7. Caderno Especial: Formação Profissional: trajetórias e desafios. São Paulo, Cortez.
- ____ (1997a). Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Formação Profissional: Trajetória e Desafios. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 7, p. 58-76. Edição especial.
- ____ (1997b). Proposta básica para o projeto de formação profissional. Novos subsídios para o debate. *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 7, p. 15-58.
- ABEPSS (1999). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes Curriculares propostas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social*. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/comissao-de-especialistas-1999-diretrizes-curriculares-formulada-pela-201608060344575120480.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.
- ____ (2002). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social*. Resolução n. 15, de 13 de março. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/diretrizes-curriculares-aprovadas-pelo-cnemec-2002-201608060347258806760.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2018.
- ____ (2004). Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político. *Serviço Social & Sociedade*. Especial: Serviço Social: formação e projeto político. São Paulo, ano XXV, n. 79, p. 72-81, set. Pesquisa avaliativa da implementação das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social. Relatório Final. São Luís, 2008. [CD-ROOM.]

- ABRAMIDES, M. B., DURIGUETTO, M. L. e MARQUES, M. et al. (2014). Relatório Síntese do Colóquio do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social. *XIV ENPESS. "Lutas Sociais e Produção do Conhecimento"*. Gestão 2013/2014. Natal.
- _____. (2016). Relatório Síntese do Colóquio do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social. *XV ENPESS "Formação e Trabalho Profissional: Reafirmando as diretrizes curriculares da Abepss"*. Gestão 2015/2016. Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/relatorio-mov-sociais-coloquio-do-xv-enpess-2016-201810081142335331990.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- ABREU, Mariana Maciel (2007). Apresentação da Revista *Temporalis*. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação. *Revista Temporalis*, ano VII, n. 14, jul./dez.
- AMMANN, Safira (1991). *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- BEHRING, E. R. (1997). "Serviço Social e questão social". In: ALMEIDA, N. L. T. et al. (orgs.). *Proposta básica para o projeto de formação profissional: novos subsídios para o debate*. Cadernos ABESS, São Paulo, Cortez, n. 7.
- DURIGUETTO, M. L. e SÂMBARA Paula (2013). GTP MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. Brasília (DF), ano 13, n. 26, p. 183-203, jul./dez.
- DURIGUETTO, M. L. (2014). "Movimentos Sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas". In: ABRAMIDES, M. B. e DURIGUETTO, M. L. *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo, Editora.
- IAMAMOTO, Marilda V. (2006). "As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo". In: MOTA, A. E et al. (orgs.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo, Cortez.
- _____. (2008). *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo, Cortez.
- _____. (2012). "Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade". In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. 1. ed. ampl. Brasília.
- _____. (2014). A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 120. Especial: Formação, Trabalho e Lutas Sociais.
- LIPPI, L. B., SILVA, M. L. C. da e WANDERLEY, M. B. (1991). Seminário Nacional de Desenvolvimento de Comunidade – Síntese. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano XII, n. 36, ago.
- NETTO, J. P. (1991). *Ditadura e Serviço Social: uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64*. São Paulo, Cortez.
- _____. (1995). Notas sobre Marxismo e Serviço Social, suas Relações no Brasil e a Questão de seu Ensino. *Cadernos ABESS*, São Paulo, Cortez, n. 4.

- NETTO, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do Método de Marx*. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular.
- YAZBEK, M. C. (org.). (1984). Projeto de revisão curricular da faculdade de Serviço Social – PUC-SP. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, ano V, n. 14, abr.
- WANDERLEY, M. B. (1993). *Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade e suas relações com o Serviço Social*. São Paulo, Cortez.

O PARADIGMA DOS COMUNS COMO ALTERNATIVA AO CAPITALISMO NEOLIBERAL: APONTAMENTOS TEÓRICOS¹

Caroline Rodrigues da Silva²

INTRODUÇÃO

A queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da Guerra Fria (1991) representaram o encerramento de um ciclo de experiências socialistas. Desde então, vivemos num mundo cujo horizonte político parece estar reduzido a um único destino, o capitalismo neoliberal. A desigualdade social sempre crescente, o aumento da violência constitutiva dos processos de expropriação, a expansão da lógica proprietária e mercantil sobre todas as riquezas socialmente produzidas e o aumento do endividamento de países e cidadãos evidenciam a falácia das promessas de integração desse sistema. É nesse contexto de total captura das utopias sociais que o paradigma dos comuns foi sendo recuperado, tanto no Sul como no Norte global.

Embora possa parecer um campo de estudos contemporâneo, as origens do debate sobre comuns são tão remotas quanto o Antigo Testamento da Bíblia, escrito entre 1500 a.C. e 450 d.C., quando a ideia de bem comum já aparecia. Trata-se também de um tema central para a compreensão das transformações das relações sociais que levaram aos cercamentos na Inglaterra do século XIV ao XVIII. Contudo, no século XXI, a recuperação do paradigma dos comuns está relacionada a uma série de lutas altermundalistas que, desde a década de 1990, já denunciavam a nefasta violação de direitos decorrentes da implementação das políticas neoliberais.

-
1. Esse artigo compõe os estudos de doutoramento no Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP.
 2. Assistente Social e Educadora Popular da Federação de Associações para Educação e Assistência Social. Doutoranda em Serviço Social (PPGSS/PUC-SP) e membro do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais (Nemos/PUC-SP).

Considerando esse longo percurso histórico e as várias categorias teóricas contemporâneas existentes, este artigo tem por objetivo apresentar algumas abordagens sobre os comuns, feitas desde o Norte e o Sul global, buscando historicizá-las e diferenciá-las.” Este artigo é fruto de levantamento bibliográfico feito pela autora, bem como da participação em dois espaços de debate sobre o tema: i) a roda de conversa “A construção do bem-viver e defesa dos bens comuns: práticas e ideias alternativas à mercantilização das cidades”, promovida em 2017, pela Fase, no Brasil; e ii) o curso “Os saberes e as lutas: imaginação política, (co)investigação e produção de conhecimento”³, oferecido em 2019, pela Fundación de los Comunes, na Espanha.

CONHECENDO OS COMUNS POR SUAS DEFINIÇÕES

O que define um comum? A resposta dessa questão depende do tempo histórico em que se coloca e da perspectiva teórica adotada sobre os “comuns”, o “comum”, os “bens comuns” e o “bem-viver”. Said (2014) afirma que ainda não há consenso quanto ao uso dos termos.

A expressão “bens comuns” tem uma desvantagem importante: a de nos levar a considerar que os *recursos* são o núcleo central dessa temática — em detrimento dos atores envolvidos, e das práticas que desenvolvem; mais ainda, a palavra “bens” seria ideologicamente carregada: nos conduziria a tratar esses recursos com as mesmas categorias e formas de pensar que aplicamos às mercadorias — os “bens” por excelência no capitalismo. Do ponto de vista desse argumento, “comum” / “comuns” seriam alternativas melhores; a palavra no singular enfatizaria — como em Hardt e Negri — o caráter sistêmico, “multitudinal” desse comum; ao passo que o plural “comuns” nos chamaria atenção para a diversidade dessas práticas, e para as especificidades dos territórios e comunidades específicas a que elas se vinculam. (Said, 2014, p. 10)

Harvey (2014), embora não mencione qual terminologia lhe parece mais pertinente, define o comum da seguinte forma:

O comum não deve ser entendido como um tipo específico de coisa, de ativo ou mesmo de processo social, mas como uma relação social instável e maleável entre determinado grupo social autodeterminado e os aspectos já

3. Para maiores informações consultar: <https://www.traficantes.net/nociones-comunes/los-saberes-y-las-luchas>. Acesso em: 6 maio 2020.

existentes ou ainda por criar do meio social e/ou físico, considerado crucial para sua vida e sobrevivência. Existe de fato uma prática da *comunalização*, prática que cria ou estabelece uma relação social com o comum cujos usos sejam tanto exclusivos de um grupo quanto parcial ou totalmente aberto a todos. No cerne dessa prática de *comunalização* encontra-se o princípio de que, a relação entre o grupo social e o aspecto do ambiente tratado como um comum será, tanto coletiva, quanto não mercantilizada. (Harvey, 2014, p. 145)

Já para Caffentzis e Federici (2019), os comuns têm a ver com um projeto político de transformação das nossas relações sociais e de criação de uma alternativa ao capitalismo, por isso, a sua definição não se resume à gestão comunitária de recursos como a água, a terra, o ar, as florestas, as ruas, as praças, ou de serviços sociais como os *softwares*, as bibliotecas, as línguas; tampouco se restringe às possibilidades políticas criadas pela lógica da propriedade privada, do Estado e do mercado. Para os autores, ao criar relações sociais baseadas na solidariedade e não na competição, os comuns podem nos ajudar a construir formas de transição social.

En resumen, no son senderos hacia un capitalismo con rostro humano. Los comunes tienen que ser el medio para la creación de una sociedad igualitaria y cooperativa o se arriesgan a profundizar las divisiones sociales, creando paraísos para quienes se lo puedan permitir y que, por ende, puedan ignorar más fácilmente la miseria por la que se encuentran rodeados. En este sentido, los comunes son anticapitalistas y deberían ser percibidos tanto como espacios autónomos desde donde reclamar las prerrogativas sobre las condiciones de reproducción de la vida, así como el núcleo desde las cuales contrarrestar los procesos de cercamiento a la reproducción de la vida y de esta manera desarticular de forma sostenida nuestra existencia del Estado y del mercado. (Caffentzis e Federici, 2019, p. 56)⁴

Como resultados deste trabalho, foram identificados alguns autores-chave para a definição dos comuns, dos quais destacamos os seguintes:

4. Em suma, não são caminhos para o capitalismo com um rosto humano. Os comuns têm de ser o meio para a criação de uma sociedade igualitária e cooperativa ou correm o risco de aprofundar as divisões sociais, criando paraísos para aqueles que podem pagar e que, por isso, facilmente ignorar a miséria porque estão rodeados. Neste sentido, os bens comuns são anticapitalistas e devem ser vistos tanto como espaços autónomos a partir dos quais se pode construir prerrogativas sobre as condições de reprodução da vida, como o núcleo a partir do qual se pode contrariar os processos de confinamento característicos da reprodução da vida e assim desarticular de forma sustentável o Estado e o mercado (Caffentzis e Federici, 2019, p. 56).

- a. os americanos Garrett Hardin e Elinor Ostrom são referentes do debate contemporâneo. Em sua obra principal chamada “Governança dos comuns”, Ostrom (1990) desenvolveu uma metodologia de análise institucional para gestão dos comuns. A partir dela demonstrou que a gestão compartilhada de recursos naturais era possível e não um fracasso como o economista Hardin defendeu em seu artigo “A tragédia dos comuns”, publicado em 1968;
- b. orientado pela lógica econômica estrita, cujos homens sempre buscam a maximização de seu autointeresse, especialmente se estiverem enfrentando momentos de escassez de recursos naturais, Hardin defende que:

Bens comuns estariam sempre fadados ao fracasso, pois neles cada indivíduo recebe todos os ganhos obtidos ao sobre explorar um recurso, mas apenas uma parcela das perdas caso ele se esgote; as únicas alternativas viáveis seriam o manejo via propriedade pública ou privada (Hardin apud Harvey, 2014, p. 135);

- c. com sua metodologia de análise institucional, Ostrom (1990) supera a lógica da propriedade privada *versus* a propriedade pública para gerir os comuns e, por isso, se destaca no campo da economia política. No entanto, a racionalidade individual que orienta sua análise, a ausência de proposta para a gestão dos comuns na escala global, a dificuldade de pensar a gestão dos comuns fora da lógica do mercado e do Estado e a confiança de que relações de reciprocidade e autonomia teriam liberdade para desenvolver-se sem coerção institucional são pontos criticados em sua obra.

O que ocorre é que o postulado da diversidade institucional impede Ostrom de refletir sobre a possível constituição política do comum como racionalidade alternativa generalizável. *A fortiori*, ela ignora a questão de como poderíamos desenvolver outras instituições fundadoras a partir do comum, em resumo, de como poderíamos passar dos comuns para o comum. Na realidade, ela não propõe nenhum princípio generalizável de organização, aliás, recusa-se a propô-lo, promovendo uma “análise policêntrica” da realidade econômica. (Dardot e Laval, 2017, p. 166)

Apesar desses limites teóricos, Ostrom foi a primeira mulher a receber o Prêmio Nobel de Economia, em 2009, e esteve durante sua vida (1933-2012) engajada em pesquisas interdisciplinares sobre bens comuns. Fundou um dos primeiros grupos de pesquisa do tema denominado ‘Escola de Indiana’, que colaborou

para a criação da Associação Internacional para o Estudo dos Comuns (Iasc)⁵ e para a fundação de uma das maiores bibliotecas digitais sobre bens comuns, a *Digital Library Of the Commons*⁶.

Recentemente, outros autores investigam o tema: os franceses Pierre Dardot e Christian Laval escreveram os livros “A nova razão do mundo” (2016) e “Comum” (2017); o americano Michel Hardt e o italiano Antônio Negri escreveram a trilogia “Império” (2001), “Multidão” (2005) e “Bem-estar comum” (2016); o também americano David Harvey tratou dos bens comuns urbanos em seu livro “Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana” (2014); a italiana Silvia Federici abordou os comuns a partir de uma perspectiva feminista nos livros “O Calibá e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva” (2017), “Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista” (2019), “Reencantar el mundo: el feminismo y la política de los comunes” (2020) e em outros artigos compilados na importante revista *The Commoner*.⁷

Há também produções sobre bens comuns vindas de organizações da sociedade civil, como o livro espanhol de autoria coletiva “Nociones comunes: experiencias y ensayos entre investigación y militancia” (Malo, 2004), ou o livro do brasileiro Jean Pierre Leroy, “Mercado ou bens comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental” (Leroy, 2016). Há ainda a Biblioteca do Comum, desenvolvida a partir da fusão das bibliotecas do Instituto Intersaber e do Baixa Cultura, entre 2010 e 2017, com o objetivo de se constituir como um grande bem comum de conhecimentos

-
5. Trata-se de uma organização sem fins lucrativos que reúne cerca de 200 membros entre pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas multidisciplinares com o objetivo de melhorar a governança e o gerenciamento, promover o entendimento e criar soluções sustentáveis para bens comuns, recursos comuns ou qualquer outra forma de recurso compartilhado. Começou no ano de 1984 como Rede de Propriedade Comum. Somente em 2006, devido à evolução do próprio campo de estudos, torna-se a IASC. Produzem duas publicações periódicas, a *International Journal of the Commons e Commons Digest*. Para maiores informações consultar: <https://iasc-commons.org/>. Acesso em: 6 maio 2020.
 6. Criada ao longo de muitos anos, por Elinor Ostrom e seu marido Vincent Ostrom, em seu departamento de pesquisas na Universidade de Indiana, a biblioteca fornece acesso gratuito e aberto a uma vasta produção sobre os comuns. Para maiores informações consultar: <https://dlc.dlib.indiana.edu/dlc/>. Acesso em: 29 jun. 2020.
 7. A revista iniciou-se em 2001 e manteve-se ativa até 2012. Durante esse período, foram produzidas 15 edições. De acordo com o *site* da revista, que possui um formato de *blog*, *The Commoners* apresenta-se como uma iniciativa coletiva que parte do princípio de que vivemos “em um mundo em que o fazer é separado da ação, em que essa separação se estende a um número cada vez maior de esferas da vida, e em um mundo em que as revoltas contra essa separação são onipresentes”. Para maiores informações consultar: <https://thecommoner.org/> ou <https://libcom.org/tags/commoner>. Acesso em: 27 jun. 2020.

no Brasil,⁸ e o Instituto Pro Comum,⁹ que desenvolve ações na Baixada Santista com objetivo de promover um mundo comum entre diferentes para transformar a sociedade.

Na América Latina, a prática e a filosofia do bem-viver (*sumak kawsay*, na língua quíchua) destacam-se em relação ao bem comum. Há diversas referências teóricas e políticas¹⁰ para analisar o bem-viver, contudo, para fins deste artigo, dialogaremos apenas com a produção do argentino Atílio Borón (2012) e com a produção da mexicana feminista Raquel Gutiérrez Aguilar, que escreveu o livro “Horizontes comunitario-populares: producción de lo comum más allá de las políticas estado-céntricas” (2017) e outros tantos artigos.

CONHECENDO OS COMUNS POR SUAS ORIGENS NO NORTE GLOBAL

Na Europa, o marco de origem do debate sobre os comuns data do século XII ao XVI, quando os cercamentos irão promover a perda dos direitos tradicionais sobre o uso de terras comuns. Para além de ser um tipo de uso da terra que incentivava a tomada de decisão coletiva e a cooperação no trabalho: “As terras comunais

-
8. A Biblioteca do Comum foi desenvolvida a partir da plataforma livre Omeka e é uma iniciativa que integra o *Open Access*, movimento social que reúne cientistas, pesquisadores, entidades de todo o mundo em torno da luta pela democratização do conhecimento. Para maiores informações, consultar: <http://bibliotecadocomum.org/>. Acesso em: 28 jun. 2020.
 9. O Instituto foi criado em 2016, com o objetivo de fortalecer, proteger e promover os bens comuns. Possui uma sede na Bacia do Mercado, na cidade de Santos, onde está localizado o Laboratório Santista, uma iniciativa que articula diferentes experiências de inovação cidadã e autogestão. Para maiores informações, consultar: <https://www.procomum.org/#>. Acesso em: 18 fev. 2021.
 10. Há outros autores e iniciativas que tratam do tema do bem-viver na América Latina que não utilizamos neste artigo. Para maior aprofundamento no tema, destacamos a experiência equatoriana que incorporou a concepção do bem-viver à sua constituição, a luta do movimento indígena equatoriano que criou a Universidad de los Pueblos y Nacionalidades del Ecuador Amawtay Wasi (Casa de Sabedoria) a fim de produzir conhecimento a partir da cosmovisão indígena, a contribuição de Alberto Acosta no livro “O bem-viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos” (2019) e de Aníbal Quijano no texto “Bien vivir: entre el desarrollo y la descolonialidad del poder” (1992), assim como a contribuição boliviana sobre o tema do bem-viver e dos comuns, produzida por mulheres vinculadas ao feminismo comunitário, como as pensadoras Aymara Julieta Parede, membro do movimento Mujeres Creando Comunidad e autora dos livros “Hilando fino desde el feminismo comunitário” (2008) e “El desafío de la despatriarcalización” (2016), e Silvia Rivera Cusicanqui, membro da Colectivx Ch’ixi e professora de sociologia aposentada que organiza a Cátedra da Sociologia da Imagem a partir da perspectiva decolonial que é também autora do livro “Um mundo Ch’xi es posible: ensayos desde un presente em crisis” (2018).

eram a base material sobre a qual podia crescer a solidariedade e a sociabilidade campesina. Todos os festivais, os jogos e as reuniões da comunidade camponesa eram realizados nas terras comunais (Federici, 2017, p. 143).

A conturbada passagem do mundo feudal para o mundo moderno irá colocar o direito de propriedade privada no centro das relações sociais, fazendo com que as práticas consuetudinárias do direito de uso comum sejam submetidas pela lógica do contrato social de trabalho individual, que está na base da sociedade capitalista em formação.

Porque todos os direitos consuetudinários dos pobres baseavam-se no fato de que certo tipo de propriedade privada tinha um caráter incerto, que não a definia em absoluto como propriedade privada, mas tampouco decididamente como propriedade comum. A suspensão brutal das “formações híbridas e incertas de propriedade” implica a supressão simultânea das obrigações dessa “propriedade dúbia” para com os pobres e dos privilégios públicos. Mas o novo direito, baseado no entendimento racional moderno, pretende ignorar que, “do ponto de vista do direito estritamente privado”, ele se encontra diante de um direito duplo, o do possuidor e o do não possuidor. Preocupado demais em dar um caráter civil à propriedade e garantir o direito dos proprietários, ele omite o fato de que: há certos objetos da propriedade, por sua natureza, que jamais poderão adquirir caráter de propriedade privada pré-determinada, objetos que estão sujeitos ao direito de ocupação por sua essência elementar e por sua existência contingente, ficando sujeitos, portanto, ao direito de ocupação da classe que está excluída do direito de ocupação de qualquer outra propriedade que, na sociedade burguesa, assume a mesma posição que aqueles objetos da natureza. Em outras palavras, o novo direito pretende abolir o direito imprescritível dos pobres ao bem comum oferecido pela natureza. (Bensaid, 2017, p. 21)

Portanto, nesse momento histórico, a noção de comuns tinha forte relação com a natureza do objeto e com as características intrínsecas a ele, havia um certo essencialismo determinando o que poderia tornar-se propriedade privada e no que deveria manter-se como bem comum. Conforme se apresentará ao longo deste texto, esse entendimento dos comuns reduzido à natureza será contestado e, de certo modo, complexificado ao longo dos anos.

Segundo Federici (2017), o processo de cercamento de terras, que deu origem à propriedade privada, enfrentou grande resistência por parte dos camponeses, artesãos, trabalhadores livres e principalmente das mulheres. Contrária à ideia da transição linear do feudalismo para o capitalismo e crítica à imagem estamental que se cristalizou sobre a idade média, a autora nos mostra que houve grandes lutas

sociais e verdadeiras rebeliões populares em meio às quais mulheres criaram modelos de vida comunal que se constituíram como uma alternativa tanto ao feudalismo decadente, como ao capitalismo vindouro.

O que explica a força desse processo de resistência é que o cercamento das terras comunais e a desintegração dos vilarejos se deram a partir da ruptura da unidade entre produção e reprodução social, que havia caracterizado todo período pré-capitalista, ou seja, houve uma desvalorização da economia de subsistência e uma valorização da economia para o mercado, que fez com que todas as atividades ligadas à reprodução social deixassem de ser consideradas como trabalho.

Nesse bojo, as mulheres foram as que mais sofreram porque tinham mobilidade reduzida devido à gravidez e aos cuidados dos filhos, não se integravam facilmente ao trabalho migrante nem aos exércitos de soldados, ficavam facilmente expostas à violência masculina e foram duramente prejudicadas pela introdução das relações monetárias na vida social. Não surpreende que tenham tomado a frente nas lutas e rebeliões como mostra o relato a seguir.

No entanto, as lutas contra os cercamentos continuaram na época de James I, com um evidente aumento da presença das mulheres. Durante seu reinado, em torno de 10% dos motins contra os cercamentos incluíram mulheres entre os rebeldes. Alguns protestos eram inteiramente femininos. Em 1607, por exemplo, 37 mulheres, lideradas por uma tal “Capitã Dorothy”, atacaram mineiros de carvão que trabalhavam naquilo que as mulheres reivindicavam como sendo os campos comuns do vilarejo de Thorpe Moor (Yorkshire). Quarenta mulheres foram ‘derrubar as cercas e as barreiras’ de um cercamento em Waddingham (Lincolnshire) em 1608; e, em 1609, num feudo de Dunchurch (Warwickshire), “quinze mulheres, incluindo esposas, viúvas, solteironas, filhas solteiras e criadas, se reuniram por sua conta para desenterrar as cercas e tapar os canais’ [...]. Esses são apenas alguns exemplos de um tipo de confronto em que mulheres, portando forcados e foices, resistiram ao cercamento de terras ou à drenagem de pântanos quando seu modo de vida estava ameaçado. (Federici, 2017, p. 143)

Harvey (2014) também vai estudar essa questão da propriedade e dos bens comuns. A partir da teoria liberal de Thomas Hobbes (1979), John Locke (1978) e Adam Smith (1988), Harvey vai problematizar o lugar central que a propriedade privada individual ocupa na sociedade capitalista, destacando sua relação com o trabalho e com o Estado.

De acordo com a teoria liberal, o Estado é forte e o mercado é livre e justo, sendo a propriedade privada acessível a todos – trabalhadores, aristocratas, burgueses, entre outros. Assim, para a teoria liberal, é como se “Uma vez que os

instintos empresariais intrínsecos aos pobres são liberados como uma força da natureza, dizem, tudo ficará bem, o problema da pobreza crônica deixará de existir e a riqueza comum se desenvolverá” (Harvey, 2014, p. 148). Ou seja, é como se todos os trabalhadores tivessem as mesmas condições para socializar o valor criado pelo seu trabalho e trocá-lo por um valor equivalente. No entanto, sendo o trabalhador ele próprio uma mercadoria dotada de valor de uso e de troca, cujo trabalho é coletivamente organizado, essa socialização não se dá sobre as mesmas condições (Marx, 1996, pp. 828-31).

Logo, a teoria do valor de John Locke, segundo a qual “A propriedade individual é um direito natural que surge quando os indivíduos criam valor ao misturarem seu trabalho com a terra e, portanto, os frutos de seu trabalho pertencem a eles e a ninguém mais” (Harvey, 2014, p. 148) cai por terra quando esse trabalho é coletivamente organizado pois “Se existe algum direito de propriedade que pode derivar dessa forma de trabalho, tratar-se-ia sem dúvida de um direito de propriedade coletiva ou associado, e não individual” (Ibid., p.148). O comunismo deveria então surgir como base em “Uma associação de homens livres, que trabalham com meios de produção comunais e despendem suas numerosas forças de trabalho individuais e conscientemente como uma única força social de trabalho” (ibid., pp. 150-151). Marx não defendia propriedade estatal, mas alguma forma de propriedade associada ao trabalhador coletivo que produza para o bem comum.

Em suma, as origens do debate dos comuns no Norte global têm no seu centro a expropriação da terra dos camponeses europeus e a formação do trabalhador ‘livre’ já que, ao ver-se privada da apropriação do valor de uso da terra e impedida de garantir sua reprodução social, uma enorme massa de camponeses é obrigada a vender sua força de trabalho a qualquer preço. Segundo Marx (1996), esse processo expropriatório caracteriza a acumulação primitiva a partir da qual o capitalismo se desenvolve nos séculos seguintes.

O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira do trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, o processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia os trabalhadores dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. (Marx, 1996, p. 830)

No debate sobre os comuns, tomamos como referência tanto o conceito de acumulação primitiva desenvolvido por Marx (1996), como o desenvolvido por Federici (2017). Essa autora retoma a perspectiva da acumulação primitiva não como um momento historicamente situado nas origens do capitalismo, ou como algo já superado, pelo contrário, mostra seu caráter sempre permanente e renovado, que no neoliberalismo se expressa por meio de novos tipos de cercamentos e de mercadorização da vida. Para compreender o paradigma dos comuns como alternativa ao capitalismo neoliberal, que será problematizada a seguir, essa é uma chave importante.

A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi *também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora*, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre a “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno. (Federici, 2017, p. 119; grifos do autor)

CONHECENDO OS COMUNS POR SUAS ORIGENS NO SUL GLOBAL

Na América Latina, o marco do debate dos comuns vem desde o século XVI, com o processo de colonização pelos países europeus. A expropriação das terras, o saque dos recursos naturais, a imposição de uma única língua e a dizimação dos modos de vida dos povos originários da América Latina foram processos que garantiram a acumulação primitiva de capital tão cara ao nascimento do capitalismo europeu. Longe de ter desaparecido, estudos contemporâneos demonstram que o capitalismo do século XXI segue utilizando renovadas formas de pilhagens, espoliações, expropriações e violência para expandir-se sem limites sobre esse mesmo território. Não por acaso, no início dos anos 1990, a luta do movimento zapatista¹¹

11. O movimento data de 1º de janeiro de 1994, quando o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) mobilizou um levantamento armado contra a implementação do Tratado de Livre Comércio na América do Norte, que envolvia os países Canadá, Estados Unidos e México. Desde então, os zapatistas passaram a ser uma referência dos movimentos antissistêmicos e da luta política não estatal, defensores de princípios da autonomia, do autogoverno, da autogestão e da horizontalidade. Conforme Alcântara e Bringel (2020), embora o “ciclo zapatista de solidariedade europeia” tenha se esgotado após dez anos do início do movimento e tenha se reconfigurado como “ciclo de solidariedade indignada” após a crise econômica de 2008, os princípios zapatistas ainda alimentam o imaginário das

já denunciava a falácia da globalização e dos tratados de livre comércio implementados sobre essa região, assim como já sinalizava a crise dos referenciais de esquerda após a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da Guerra Fria (1991).

Ao estudar o processo de desenvolvimento do capitalismo na América Latina, a socióloga argentina Maristella Svampa o descreve como um tipo de neoextrativismo:

El neoextractivismo contemporáneo puede ser caracterizado como un modelo de desarrollo basado en la sobre explotación de bienes naturales, cada vez más escasos, en gran parte no renovables, así como en la expansión de las fronteras de explotación hacia territorios antes considerados como improductivos desde el punto de vista del capital [...]. Definido de este modo, el neoextractivismo designa algo más que las actividades consideradas tradicionalmente como extractivas, pues incluye desde la megaminería a cielo abierto, la expansión de la frontera petrolera y energética, la construcción de grandes represas hidroeléctricas y otras obras de infraestructura – hidrovías, puertos, corredores bioceánicos, entre otros –, hasta la expansión de diferentes formas de monocultivos o monoproducción, a través de la generalización del modelo de agronegocios, la sobre explotación pesquera o los monocultivos forestales. (Svampa, 2019, pp. 21-22)¹²

No entanto, ciclos de resistência popular se organizaram na América Latina, nos últimos 30 anos, para enfrentar esse neoextrativismo. Segundo Borón (2012), houve três ciclos de resistência: o primeiro, de 1994 a 2001, começa com o Levante Zapatista de 1994, passa pela Batalha de Seattle de 1999 e se consolida com o Fórum Social Mundial de Porto Alegre de 2001. Borón (2012), Svampa (2019) e Zibechi (2015) apontam que esse primeiro ciclo foi responsável por levar ao poder

resistências sociais do século XXI, o espírito zapatista ainda segue vivo nas práticas alternativas e na cultura política, principalmente na cidade de Barcelona que chega a ser conhecida como “embaixada de Chiapas na Europa”. Para maiores informações consultar Alcantara e Bringel (2020).

12. O neo-extrativismo contemporâneo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento baseado na sobre-exploração de recursos naturais cada vez mais escassos e em grande parte não renováveis, bem como na expansão das fronteiras de exploração para territórios anteriormente considerados improdutivos do ponto de vista do capital [...]. Definido desta forma, o neo-extrativismo designa mais do que as actividades tradicionalmente consideradas como extractivas, uma vez que inclui a mega-mineração a céu aberto, a expansão da fronteira petrolífera e energética, a construção de grandes barragens hidroeléctricas e outras obras de infraestruturas – vias navegáveis, portos, corredores bioceánicos, entre outros - à expansão de diferentes formas de monocultura ou monoprodução, através da generalização do modelo do agronegócio, sobrepesca ou monocultura florestal (Svampa, 2019, pp. 21-22).

os diversos governos progressistas¹³ da América Latina, no entanto Borón (2012) destaca que, nesse mesmo período, a implementação de legislações antiterroristas pelos EUA cresceu sobre os territórios latino-americanos, provocando a criminalização dos movimentos sociais e a sua classificação como “terroristas”, expandindo o poder coercitivo dos Estados por meio do endurecimento dos julgamentos e do crescimento das penas.

Já Zibechi (2015) pontua ainda que independentemente do processo de cada país, em todos se estabeleceram pontos de intersecção entre Estados e movimentos sociais que criaram novas governabilidades. Denominada pelo autor como “a arte de governar os movimentos”, essa nova governabilidade se apoiou num conjunto de medidas que vão desde modos disciplinares tradicionais até a adoção de políticas focadas na pobreza, estimuladas por organismos internacionais de cooperação para o desenvolvimento. Assim, o autor considera que a tática utilizada pelos governos não foi apenas de impedir as ações diretamente, mas domesticá-las, colocando em jogo outros elementos que fizeram com que os próprios movimentos de anulassem. No entanto, a grande dificuldade encontrada pela *arte de governar* foi escolher as ferramentas para enfrentar os movimentos sociais que estão em constante movimento¹⁴, se levantando regularmente de diferentes lugares, se manifestando a partir de diferentes territórios. Ao adotarem a estratégia de territorialização das lutas, tais movimentos desenvolvem práticas comunitárias que não possuem o Estado como horizonte político, ou seja, mesmo interagindo com os mecanismos da *arte de governar*, os movimentos que estão em constante movimento disputam o sentido da ação política construindo práticas comunitárias autônomas. “É fundamental que não se construa Estado e que se dependa o menos possível ou nada do Estado e

13. Como o caso do Brasil com Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016); da Argentina com Néstor (2003-2007) e Cristina Kirchner (2007-2015); do Uruguai com Tabaré Vasques (2005-2010) e Pepe Mujica (2011-2014); do Chile com Michele Bachelet (2006-2010); do Equador com Rafael Correa (2007-2017); da Bolívia com Evo Morales (2006-2019); e do Paraguai com Fernando Lugo (2008-2012).

14. Ao entender movimento social como mover-se, fluir, circular, deslocar-se em um território, Zibechi (2015) nos ajuda a analisar o momento atual em que há uma enorme descrença nos sujeitos tradicionais como partidos, sindicatos, movimentos sociais e organizações que, por possuírem uma estrutura hierarquizada, centralizadora e, por vezes, corrupta, não parecem ser mais capazes de mediar o campo político, de produzir uma narrativa que contemple a heterogeneidade das lutas sociais nem de dialogar com os territórios periféricos. Nesses territórios se desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas. Assim, para Zibechi (2015) o território não é apenas um modo de produção, mas uma criação político-cultural onde relações sociais contra-hegemônicas se reproduzem.

que as instituições que são criadas para resolver conflitos ou para poder avançar não sejam réplicas do Estado, por isso falo em construir poderes não estatais” (Zibechi, 2020, p. 1).

O segundo ciclo de resistência, identificado por Borón (2012), foi mais curto, vai de 2005 até 2012, e é marcado pelo estancamento das lutas, quando não pelo retrocesso devido à crise econômica de 2008. Nesse momento, ocorrem as primeiras tentativas de golpes contra os governos progressistas no Equador (2010), na Bolívia (2008), no Paraguai (2012) e Honduras (2009). Na resistência, destacam-se os movimentos estudantis do Chile e da Colômbia e os movimentos contra as grandes mineradoras instaladas na Cordilheira dos Andes, os quais passam a ter um papel de vanguarda.

No terceiro ciclo, de 2012 em diante, as mobilizações têm algumas características em comum: se opõem ao neoliberalismo e ao capitalismo. Segundo Borón (2012, pp. 214-218), essa constatação se comprova pelas próprias pesquisas de opinião pública que dizem que apenas “pouco mais de um quarto da população se mostra satisfeito com a economia de mercado”, contudo a maioria insatisfeita não é capaz demover governos à mudança. Daí a necessidade de reinventar a democracia.

Mas allá de la fragilidad del entramado institucional, lo que estas rebeliones populares [...] comprueban es que este largo período de gobiernos neoliberales, con todo su bagaje de tensiones, rupturas, exclusiones y niveles crecientes de explotación y degradación social, creó las condiciones objetivas para la movilización política de grandes sectores de las sociedades latinoamericanas. Cabe pues preguntarse: ¿son estas revueltas plebeyas meros episodios aislados, gritos de rabia y furia popular, o reflejan una dialéctica histórica tendencialmente orientada hacia la reinención de la democracia, de “otra” democracia genuina y no simulacro con la que muchas veces se confunde en estos días? Una mirada sobria a la historia del período abierto a comienzos de los años ochenta revela que no existe nada accidental en la creciente movilización de las clases populares ni en final tumultuoso de tantos gobiernos democráticos en la región. Por eso que entre 1985 y 2009 diecinueve presidentes [...] tuvieron que apartarse del poder antes de la expiración de sus mandatos, depuestos por arrolladoras rebeliones populares. (Borón, 2012, p. 213)¹⁵

15. Para além da fragilidade do quadro institucional, o que estas rebeliões populares [...] provam é que este longo período de governos neoliberais, com toda a sua bagagem de tensões, rupturas, exclusões e níveis crescentes de exploração e degradação social, criou as condições objetivas para a mobilização política de grandes sectores das sociedades latino-americanas. Por conseguinte, vale a pena perguntar: estas revoltas plebeias são meros episódios isolados, gritos de raiva e fúria popular, ou refletem uma dialética histórica tendencialmente orientada para a reinvenção da democracia, de “outra” democracia

Contudo, Borón (2012) reconhece que as classes populares não conseguiram construir uma alternativa política propositiva que fosse capaz de superar o neoliberalismo. Os motivos desse fracasso são explicados pela convergência de três fenômenos intimamente ligados: a fragilidade organizativa; a falta de amadurecimento da consciência política; e o predomínio absoluto do espontaneísmo como modelo de intervenção política.

No caso específico do Brasil, nos parece importante acrescentar um motivo que está relacionado com o fato de que o ciclo progressista, iniciado em 2003, se desenvolveu sem tocar na desigualdade social e sem romper com o modelo neoliberal. Em entrevista concedida à *Revista Poli*, em janeiro 2016, Raúl Zibechi analisa essa questão.

Eu concordo que uma parte da atitude dos governos progressistas de melhorar a vida dos mais pobres é importante. Eles puderam, pelos altos preços das *commodities*, melhorar a situação dos pobres sem tocar na desigualdade. Provavelmente agora, com a crise, a desigualdade no Brasil volte a crescer. A segunda questão é a forma como eles praticaram as políticas sociais, sem mobilização. É o “lulismo” de que fala André Singer. A despolitização, a desmobilização do povo têm consequências. A forma como foram implementadas as políticas sociais, pela inclusão financeira, é a nova face do neoliberalismo. Vivemos um crescimento radical do consumismo, que despolitiza, desorganiza. Isso é resultado dos governos progressistas do PT. No caso do Brasil, Argentina e Uruguai, dá-se um crescimento do consumo e um aprofundamento do capitalismo. A novidade de Lula e do PT é mais capitalismo, não menos. Esse, para mim, é o problema de fundo dos governos progressistas. (Zibechi apud Mathias, 2016, p. 1)

A prática e a filosofia do bem-viver (*sumak kawsay*) serão gestadas em meio a essas rebeliões populares. A partir do questionamento ao modelo de desenvolvimento capitalista predatório, implementado pelo regime neoliberal, e dos custos ambientais para a “Mãe Terra”, decorrentes da expropriação da riqueza latino-americana, os povos originários da região vêm cunhando a filosofia do bem-viver.

Em relação ao seu significado, Borón (2012, p. 155) aponta que: i) não tem um único sentido; ii) defende valores e práticas que geralmente são transmitidos de

genuína e não o simulacro com o qual é frequentemente confundida nos dias de hoje? Um olhar sóbrio sobre a história do período desde o início dos anos 80 revela que não há nada de acidental na crescente mobilização das classes populares ou no fim tumultuoso de tantos governos democráticos na região. É por isso que entre 1985 e 2009 dezanove presidentes [...] tiveram de renunciar ao poder antes do termo dos seus mandatos, depostos por rebeliões populares esmagadoras (Borón, 2012, p. 213).

geração para geração pela tradição oral; iii) redefine a relação dos homens e mulheres com a natureza; iv) redefine a relação dos homens entre si; v) defende uma cosmovisão que tem como princípio a igualdade entre os diferentes, o desejo de viver em uma sociedade diversa que busque a integração e a coesão social, a defesa dos direitos universais, a potência da capacidade humana, o estabelecimento de uma relação harmônica com a sociedade. Logo, o bem-viver é uma filosofia contemporânea que se baseia nas práticas ancestrais dos indígenas andinos e é utilizado em defesa da natureza e na afirmação de uma outra forma de vida, diferente da forma capitalista.

O PARADIGMA DOS COMUNS COMO ALTERNATIVA AO CAPITALISMO NEOLIBERAL

A sociologia francesa também tem somado ao debate dos comuns. Desde 2004, os franceses Pierre Dardot e Cristian Laval desenvolvem pesquisas com o objetivo de “produzir novas enunciações para produzir novos possíveis históricos a partir da crítica ao progressismo no pensamento de Marx” (Andrade e Ota, 2015, p. 276), isto é, se dedicam a desmistificar a crença do próprio marxismo de que as contradições do capitalismo o levariam à sua própria derrocada e assumem a indeterminação radical da história como condição mesma para superar o capitalismo. Defendem que é preciso criar formas de pensamento conectadas com o real e, ao mesmo tempo, reinterrogar a tradição crítica sobre movimentos sociais. O utilitarista Jeremy Betham e o filósofo Michael Foucault são referências teóricas desses autores.

[...] Estamos em uma época em que não convém acentuar tanto a especificidade das lutas, mas a coordenação delas, até mesmo, sua “comunização” (*communisation*). Não que seja necessário construir uma espécie de grande teoria geral, um novo “ismo” que apague as particularidades das lutas parciais: não precisamos mais de uma doutrina que funcione como uma máquina de produzir certezas em todos os domínios e para todos os casos. Precisamos, no entanto, de ideias claras sobre a lógica geral do poder, condição necessária para permitir tornar comuns as lutas parciais e as resistências locais. (Andrade e Ota, 2015, p. 281)

Deste modo, ao se proporem a criar uma reflexão teórica sem se descolar da história, os autores interpretam que o neoliberalismo não é apenas uma doutrina econômica, mas também uma fonte criadora de um tipo de sociedade em que a racionalidade capitalista orienta todas as atividades, todas as instituições, todas

as relações sociais. E, para que o neoliberalismo crie essa “sociedade neoliberal”, ele não se apoia apenas nos dispositivos econômicos, ele cria relações capitalistas e modos de vida por meio de relações de poder, construções institucionais, formas jurídicas, isto é, ele cria uma racionalidade própria que governa os homens, que incide sobre a natureza ética e política constitutiva dos sujeitos. Logo, entendem que para combatermos a “subjetivação empresarial” típica da racionalidade neoliberal e construirmos “subjetivações alternativas” capazes de construir processos de resistência ao neoliberalismo será necessária uma “nova razão política para o mundo” (Dardot e Laval, 2016). A essa nova razão política chamam “razão do comum”, que só pode ser constituída a partir de “situações do comum”, sobre as quais se trabalha coletivamente e se criam novas regras e normas (Andrade e Ota, 2015, p. 295). Assim, desde a perspectiva francesa, o comum é um princípio político:

Para nós é um princípio político, o que nos leva a não nos satisfazermos com concepções técnicas, jurídicas e econômicas existentes, todas mais ou menos marcadas por uma marca reificadora e naturalista. O comum não depende da consideração de uma essência ou da natureza da coisa a pôr e a gerir em comum. Para nós, o comum não é uma coisa, não é um bem; é tudo o que, em um dado momento, uma coletividade decide compartilhar. Ele não deve ser buscado nem na condição humana, nem na natureza dos bens, nem em uma criação social espontânea ou econômica. O comum é uma questão de instituição. Ou, em outras palavras, ele não é um dado, ele é objeto da atividade política tal qual nós a entendemos. Não é *aquilo que é* naturalmente comum, mas o que fazemos com que seja comum por um ato político, por um ato instituinte. (Andrade e Ota, 2015, p. 313)

Destacamos ainda que a construção da “razão do comum” não se dará fora do mundo capitalista dominado pela razão neoliberal, nem tampouco deixará de se confrontar com a lógica dominante e com as diferentes experiências temporais dos sujeitos. Contudo, o desafio imposto por essa perspectiva teórica dos comuns é o de construir práticas alternativas que não se limitem ao tempo presente, que não sejam apenas reativas ou alimentem a lógica do poder do Estado e do mercado, mas criem práticas de resistência ativas, propositivas e antissistêmicas, que sejam capazes de ir, paulatinamente, desconstruindo a divisão do trabalho, a lógica da propriedade privada, a alienação, etc. Portanto, de forma alguma deve-se buscar a unificação, a paz ou a ausência dos conflitos sociais. As disparidades e as contradições dessa sociedade não deixarão de existir.

A partir dos apontamentos teóricos feitos por este artigo, é possível afirmar que não há um conceito único sobre o comum, os comuns e o bem-viver.

Cada abordagem teórica tratada aporta caminhos possíveis para interpretar-mos o capitalismo no Sul e no Norte global que, com suas substanciais diferenças, estão diante do mesmo desafio: construir projetos políticos coerentes com os desafios impostos pela acumulação capitalista sem limites e pela generalização normativa da racionalidade neoliberal, que cada vez mais fragiliza os sistemas de governos democráticos e impõe aos indivíduos e à sociedade “nada de direitos de se não houver contrapartidas” (Dardot e Laval, 2016, p. 381).

O conceito de comuns ofereceu uma alternativa lógica e histórica ao Estado e à propriedade privada, bem como ao Estado e ao mercado, permitindo rejeitar a ficção de que eles são mutuamente excludentes e esgotam nossas possibilidades políticas. Essa ideia também serviu a uma função ideológica, como um conceito unificador que prefigura a sociedade cooperativa que a esquerda radical está lutando para criar. (Federici, 2019, p. 305)

Assim, a partir das leituras, é possível enfrentarmos o incômodo de vivermos numa época de falências políticas generalizadas e de ausência de horizonte utópico, afinal os comuns são um paradigma que pode nos ajudar a refletir sobre a forma como nós nos organizamos em benefício de nossas coletividades.

O paradigma dos comuns é, portanto, defensivo e ofensivo, ou seja, ele pode nos ajudar na elaboração de estratégias coletivas de denúncia contra a expansão da lógica proprietária e mercantil neoliberal, no âmbito do Estado e da sociedade e de anúncio de uma nova cultura política.

Essa cultura nos possibilitaria compreender que a riqueza não é criada apenas pelos donos do capital ou pelos *managers*, como reza a cartilha neoliberal universalmente compartilhada por governos de esquerda, mas também por comunidades ou sociedades cujos membros põem em comum saberes e competências a fim de criá-las. (Dardot e Laval, 2017, p. 11)

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, L. e BRINGEL, B. (2020). Dos zapatistas aos indignados: mudanças na geopolítica das solidariedades transnacionais. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 41, e231325.
- ANDRADE, D. P. e OTA, N. K. (2015). Uma alternativa ao neoliberalismo: entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval. *Tempo Social*, São Paulo, v. 27 n. 1.
- BORÓN, A. (2012). *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires, Ediciones Luzemburg.

- CAFFENTZIS, G. e FEDERICI, S. (2019). Comunes contra y más allá del capitalismo. Producir lo Común – Entramados Comunitarios y luchas por la vida. *El Apantle. Revista de Estudios Comunitarios*, Madrid, pp. 45-58.
- DARDOT, P. e LAVAL, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo.
- _____. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução do século XXI*. São Paulo, Boitempo.
- FEDERICI, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo, Elefante.
- _____. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo, Elefante.
- HARVEY, D. (2014). *Cidade rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo, Martins Fontes.
- LEROY, J. P. (2016). *Mercado ou bens comuns? O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental*. Rio de Janeiro, FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional.
- MALO, M. (2004). “Prólogo”. (In: *Nociones comunes: experiencias y ensayos entre investigación y militancia*. Madrid, Traficantes de Sueños.
- MARX, K. (1996). *O capital: a crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, liv. 1. v. II.
- MATHIAS, M. (2016). “O Estado é uma força que atrapalha as sinergias de mudança”. Entrevista: Raúl Zibechi. *EPSJV/FioCruz*, janeiro.
- OSTROM, E. (1990). *Governing the commons: the evolution of institutions for the collective action*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SAID, M. V. (2014). *Os bens comuns intelectuais e a mercantilização*. Tese de doutoramento em Educação e Filosofia. São Paulo, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- SVAMPA, M. (2019). *Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara, Colección Calas.
- ZIBECHI, R. (2015). *Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas da América Latina*. Rio de Janeiro, Consequência.
- _____. (2020). “Já não há uma forma de governo estável de direita ou de esquerda na América Latina”: entrevista com Raúl Zibechi. *Revista IHU*, 17 de junho.

FRENTE ÚNICA E FRENTE POPULAR: O DEBATE DA ARTICULAÇÃO

Francisca Genilce Gomes¹

INTRODUÇÃO

A aproximação da literatura² sobre Frente (única e popular) objetivou a contextualização dessa forma de organização e unidade dos trabalhadores. Logo, ponderamos que, ao conhecer os antecedentes, nos aproximamos do objeto Frentes e suas formas de articulação, e alguns elementos empíricos e conceituais sobre o tema.

Durante o século XIX e começo do século XX, nos tempos de Marx e Engels, e mesmo nas posições da Segunda Internacional (1889), a questão da articulação, como e com quem se unir, sempre gerou debates. As Frentes de luta foram refutadas e adotadas por diversas vezes, mas não saíram do horizonte, por vezes tático, outras vezes estratégico, da luta e organização dos trabalhadores.

Os debates e as polêmicas sobre Frente levam a problematizar sobre estratégias e táticas, (Hanecker, 2012) explica que a primeira as estratégias são os objetivos fixados “o caminho a seguir”, e a segunda as táticas, o conjunto de orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia em cada conjuntura política adotadas são temas de debate constante entre os trabalhadores. Por essa razão, é pertinente resgatar um breve histórico de estratégia e tática presente nas organizações: Frente Única e Frente Popular.

A Frente Única como proposta de ação entre o proletariado foi a tese sustentada no III Congresso da Internacional Comunista, realizado em junho de 1921. Sua formulação foi integrada, desenvolvida e orientada, e, por fim, tornou-se realidade através de acordos estipulados pelas direções dos partidos operários:

-
1. Cientista social e doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, pesquisadora do Nemos/PUC-SP.
 2. Este texto é parte de um capítulo, da tese do doutoramento sobre –Articulação entre movimentos sociais e populares, centrais sindicais e partidos políticos: a experiência da Frente Brasil Popular (2015-2018), que será defendida em 2022.

“O objetivo dos dirigentes da Internacional era o de selar a unidade entre os diversos setores do proletariado e, em especial, de toda a classe com sua vanguarda operária” (Dillenburg, 2011, p. 114).

A unidade dos trabalhadores é uma tradição advinda desde os tempos de Marx e Engels (Trabalhadores do mundo, Uni-vos!)³ e, posteriormente, adotada pela Segunda Internacional (1889). A estratégia de união frentista tem referência histórica nos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), momento em que essa posição mudou, ultrapassando os limites da própria classe operária. Então, os partidos social-democratas passaram a compor alianças com as burguesias dos seus respectivos países, para apoiar seus exércitos nacionais: seus deputados votaram favoravelmente à aprovação dos *créditos de guerra*. Findada a Primeira Guerra Mundial, os partidos social-democratas fizeram parte de vários governos capitalistas.

O mesmo aconteceu na Rússia durante a Guerra, depois da queda do Czar (1917). Após a revolução de fevereiro, os mencheviques tanto apoiaram como fizeram parte do governo provisório burguês. Lenin e os bolcheviques denunciaram as medidas tomadas por esse governo, exigindo o cumprimento das promessas da revolução de fevereiro, com o objetivo de desmascará-lo perante as massas. E, ainda, conclamavam pela não derrubada do governo, enquanto as massas confiassem nele, mas preparavam a sua derrocada. A participação dos bolcheviques na Duma (parlamento), defendida por Lênin, tinha por objetivo:

[...] fazer o povo compreender a total incapacidade da Duma como meio para obtenção das reivindicações do proletariado, da pequena burguesia revolucionária e, em particular do campesinato; explicar ao povo que não é possível conquistar a liberdade política pela via parlamentar, enquanto o poder efetivo permanecer nas mãos dos governos czaristas, explicar que é inevitável a luta aberta das massas populares contra a força armada do absolutismo, luta que visa assegurar a vitória plena: a tomada do poder pelas massas populares e a convocação de uma Assembleia Constituinte baseada no voto universal direto, igual e secreto. (Harcnecker, 2012, p. 101)

A postura do Partido Bolchevique diante desses governos de conciliação de classes inseria a estratégia de educar e preparar o proletariado para fazer a revolução socialista. Ela visava a derrubada do governo quando o proletariado fizesse essa

3. Manifesto do Partido Comunista. Karl Marx e Friedrich Engels.

experiência e tomasse consciência de seu caráter de classe burguês, ou seja, de inimigo da classe trabalhadora, o que veio a ocorrer na Revolução Russa de outubro de 1917:

Lênin chamou a atenção de um militante bolchevique por este defender a manutenção duradoura da aliança. Para Lênin, não se tratava de uma aliança de longo prazo com aqueles que, dias antes, haviam traído os operários nas chamadas “jornada de julho”. Ao contrário, tratava-se de uma frente momentânea entre os partidos, com um objetivo bem específico. (Dillenburg, 2011, p. 119)

Desde a fundação da Internacional Comunista (1864), a não participação nos governos burgueses nas alianças estratégicas com esses setores era questão de princípios.

O abandono dessa estratégia levou a tragédias tais como a experiência da China, em 1927. Naquele momento, o Partido Comunista Chinês, que apoiava o partido burguês (Kuomintang), teve milhares de seus membros mortos por esse partido, que dirigia o exército e voltou suas armas contra os revolucionários chineses.

A fórmula política de Frente Única surgiu do “acordo dos partidos que aderiram à Segunda e Terceira internacional” (Bobbio e Matteucci, 1992, p. 528). O objetivo da Frente Única era “fomentar e sancionar a unidade de ação em torno de objetivos econômicos e políticos transitórios da classe operária, salvaguardada a fisionomia ideológica orgânica de cada partido” (ibid.).

Gramsci (apud Tomas, 2017, p. 321) entrou em contato com a tese de *Frente Única*, formulada, primeiramente, por Lenin e Trotsky, por ocasião da reunião destes com a representação italiana, no III Congresso da Terceira Internacional, realizado na União Soviética, em 1921. Na ocasião, Gramsci explicitou seu desacordo com Trotsky sobre o significado de implantar a Frente Única no contexto italiano. Ele discutiu a questão do programa socialista para o proletariado e indagou sobre a necessidade de um novo programa. Questionou também se as propostas de Marx e Engels seriam válidas para o século XX, assim como foi para a Revolução de 1917.

Ao analisar a noção de Frente Única proletária, Dillenburg (2011) avalia que Gramsci refletia sob a influência da derrota⁴ sofrida pelo proletariado italiano e o significado dela para outros países. Em virtude dessa derrota, propôs um novo

4. Contexto da derrota sofrida pelas lutas operárias na Itália, na primavera-verão de 1920.

programa. No III Congresso da Internacional Comunista (1921), o marxista italiano foi enfático ao rechaçar a modificação significativa do programa da revolução mundial. Porém, ele propôs uma reforma do programa em vigência.

O manifesto aprovado pelo comitê executivo explicitava que a tática mais importante era a de Frente Única e deveria ter ligação com as lutas cotidianas do proletariado. Defendia, ainda, que somente na luta pelos interesses mais simples e mais elementares das massas operárias poderia se formar uma Frente Única do proletariado contra a burguesia. No programa de Gramsci (Dillenburg, 2011), a aplicação da tática da Frente Única, ou a guerra de posição – o que para ele é o mesmo, deixa de ser algo momentâneo: “Essa forma de luta cumpria um papel meramente tático para Lênin e para os dirigentes da Internacional Comunista, ganhou, em Gramsci, um status de estratégia para um longo período” (Dillenburg, 2011, p. 116).

Os dirigentes da Internacional defendiam o caráter momentâneo da Frente Única, a mesma posição de Lenin. Considerava-se que uma aliança de longo prazo poderia levar à traição dos objetivos da revolução. Por isso, a Frente deveria ser momentânea entre os partidos, com um objetivo bem específico e em momentos de perigo, esquecendo as velhas distensões, unindo-se todos os partidos revolucionários e reformistas para combater resolutamente a contrarrevolução.

Para Gramsci, a tese de Frente Única passou a ser “a perspectiva política fundamental – o problema irresoluto do movimento operário – tanto durante a estadia em Viena como depois da sua volta à Itália. Isto é, nos anos em que o escritor estava envolvido na construção da resistência da classe operária ao regime fascista” (Thomas, 2017, p. 321). O número de vezes em que a expressão *Frente Única* é utilizada nos *Cadernos do Cárcere* chama atenção (ibid.). O termo aparece em uma única nota, que remonta ao fim de 1930, intitulada guerra de posição e guerra manobrada ou frontal “[...] embora empregue os termos em um sentido metafórico geral em outras passagens” (ibid., p. 321).

No mesmo período em que escreveu essa única nota, Gramsci estava empenhado em intensa discussão com outros membros do Partido Comunista Italiano (PCI), eles também estavam na prisão.

Na perspectiva gramsciana, a fórmula de Frente Única correspondia ao reconhecimento da necessidade de uma transformação na estratégia do movimento operário revolucionário. Não apenas devido à diferença nas relações entre Estado e sociedade civil, entre Oriente e Ocidente, mas também tendo em vista a modificação das relações entre Estado e sociedade civil que se verificou na União Soviética, após a revolução de 1917.

Diante da constatação das diferenças e das modificações em curso, Gramsci revalorizou, no terreno da luta e das organizações políticas – em oposição às diversas tendências *economistas*, a frente da luta cultural, e construiu a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado-força, e como forma da doutrina de *revolução permanente*, criada em 1848 (Thomas, 2017, p. 322).

Embora Gramsci use o termo poucas vezes, os *Cadernos do Cárcere* contêm inúmeras discussões (Dillenburg, 2011) sobre pontos considerados essenciais da Frente Única. Em Gramsci, a fórmula da Frente Única indica a perspectiva internacional, em que as várias *combinações* do nacional e do Internacional deveriam ser consideradas como *condensações* nacionais de uma dinâmica política internacional.

Em um ulterior desenvolvimento, Gramsci especifica a dimensão internacional do conceito analítico central de hegemonia e, por conta disso, sua relação com a política de Frente Única: “O conceito de hegemonia é aquele em que se reúnem as exigências de caráter nacional” (Thomas, 2017, p. 322).

Assim sendo, a Frente Única, na formulação de Gramsci: “significa tanto uma estratégia política da organização política de massa de classe operária quanto uma análise concreta das relações de força que constituíam a base da massa da hegemonia política burguesa e do poder do Estado” (ibid.).

Del Roio (2019) também descreve a fórmula política de Frente Única de Gramsci. O autor considera que foi um período pouco explorado na trajetória do jovem dirigente político, que a desenvolveu como uma estratégia de fôlego, como algo que não foi alcançado por nenhum grupo político ou teórico no contexto da Internacional Comunista. Segundo o autor, para Gramsci, a estratégia política de Frente Única deveria ser:

Fundamentada nas forças sociais antagônicas ao capital, sobretudo a classe operária e o campesinato pobre. Essas classes subalternas deveriam se organizar, de maneira autônoma, segundo a sua própria experiência, criando instituições sociais próprias, que dariam materialidade à subjetividade antagônica em desenvolvimento. O partido revolucionário seria o elemento de coordenação, centralização e difusão dessa subjetividade antagônica. O filtro do que mais avançado e desenvolvido poderia existir no seio da classe operária. (Del Roio, 2019, p. 243)

Trotsky defendia (Dillenburg, 2011) que a Frente Única era uma arma tática episódica, sendo útil durante o período de acúmulo de força do partido operário revolucionário, quando sua influência fosse insuficiente entre o proletariado. A Frente Única tiraria o partido revolucionário do isolamento. Serviria como meio

de o partido agir e agitar seu programa entre o proletariado e se diferenciar dos agrupamentos centristas. Porém, assim que o partido ampliasse sua influência entre trabalhadores, ele deixaria essa tática.

Caso o partido permanecesse na Frente Única, bloquearia o desenvolvimento da luta do proletariado. Assim, para Trotsky, a Frente Única é uma tática para ser aplicada nos momentos preparatórios e não decisivos da luta de classe. Haveria de se encontrar o momento de superação da Frente Única e insistir na conquista do poder sob a bandeira do comunismo.

A ideia de composição política (aliança da classe operária com a burguesia) tem sido motivo de divergência desde os escritos de Marx, Engels, Lênin, Trotsky e Gramsci. Era inimaginável para os bolcheviques, sendo motivo da divisão no interior da Segunda e para fundação da Terceira Internacional. No entanto, no VII Congresso da Internacional Comunista (1935), adotou-se a orientação de que os partidos comunistas constituíssem Frentes populares: alianças com a burguesia *progressista*. Uma fratura substancial (Sena Júnior, 2007) foi aberta entre as correntes que reivindicavam o legado da Terceira Internacional:

Pois enquanto um setor permaneceu construindo a unidade com o que um campo da democracia contra o imperialismo e a reação, outro permaneceu acreditando que os trabalhadores só podem contar com suas próprias forças, não devendo confiar nunca no inimigo de classe, e talvez este impasse permaneça como questão da nossa época. (Ibid., pp. 9-10)

FRENTE POPULAR

O ano de 1935 é um ano-chave para o entendimento da formação da Frente Popular e da guinada histórica dada pelo movimento comunista internacional, por conta dos acontecimentos da Revolução Russa (outubro de 1917), da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que foram episódios carregados de júbilo e de frustrações em toda a Europa (Sánchez, 2016).

Nessa contextualização histórica, considera-se a criação da Frente Popular na VII-Internacional Comunista (1935)⁵ como uma guinada histórica (Hobsbawm,

5. O VII Congresso da Internacional Comunista (1935) é um marco histórico pelas mudanças na tática política no âmbito do movimento comunista internacional hegemonicamente dominado pela URSS de Stalin. Trata-se de guinada que se concretiza na resolução e no relatório ali apresentado por Geog Dimitrov. Ver: Documentos sobre o VII Congresso Mundial da Internacional Comunista, que contém discursos dos delegados brasileiros, holandês e alemão, relatórios de atividades e resoluções do

1985) em sua linha estratégica na construção de ampla aliança entre os antifascistas. Naquele momento, nasceu uma nova etapa, que tem como protagonista a classe trabalhadora industrial, que já vivia a mais aguda das recessões experimentada por um sistema econômico e cuja resolução não viria com o livre jogo do mercado e a retratação dos poderes públicos (Sanchéz, 2016, pp. 8-10).

Os escritos de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992) contextualizam a Frente Popular como uma experiência histórica de aliança e unidade de ação entre partidos de esquerda, democráticos e antifascistas, cuja primeira experiência data do período de 1934-1936. A fórmula política de Frente Popular, ampliada ou aberta a forças populares diversas das operárias e das organizações políticas radicais burguesas, tomou forma nas Frentes espanhola e francesa, ambas remontantes a 1936 (ibid.).

A orientação política de composição de Frente Popular significou uma mudança em relação à orientação anterior da Internacional Comunista no chamado *Terceiro Período*, votado em seu VI Congresso (1928). Antes da formação da Frente Popular contra o fascismo, havia uma recusa nas iniciativas de unidade com setores reformistas do movimento operário, que se respaldava na orientação e caracterização da social-democracia como outra face do fascismo, ou seja, o social-fascismo. Daí a oposição dos comunistas em participar de uma Frente com os partidos social-democratas contra o nazismo, na Alemanha, até a ascensão de Hitler.

A partir de 1934, e desde o VII Congresso da Internacional comunista (IC), deu-se uma mudança. Adotou-se a determinação dessa política de conciliação de classes e a disposição de participação nos governos de Frente Popular.

A Frente Popular é classificada como uma mudança na tática política no âmbito do movimento comunista internacional, hegemonicamente dominado pela União das Repúblicas Soviéticas Socialistas (URSS) de Stalin. Configura uma guinada que se concretiza na resolução do VII Congresso da Internacional Comunista (1935) e no relatório⁶ ali apresentado por Georg Dimitrov⁷, que analisa a conjun-

Congresso, em Moscou. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/arquivo-pessoal/GV/textual/documentos-sobre-o-vii-congresso-mundial-da-internacional-comunista-contendo-discursos-dos-delegados>>.

6. O nome frente carrega a histórica disputa dentro das esquerdas internacionais. Há defensores da tática e, por outro lado, até acusação de traição. Ver: Rodrigues (2008).
7. Dimitrov George, filho de um operário, tipógrafo aos doze anos, sindicalizado em 1900 e, ao Partido, em 1903 – [...]. Secretário da Federação Sindical Revolucionária Búlgara. Depois da insurreição de setembro de 1923, refugia-se na Iugoslávia e é condenado à morte por contumácia. Defende-se sempre de ter tido uma participação no atentado à Catedral de Sofia. Em Moscou, ascende ao aparato do Comintern, onde é suplente do Executivo, em 1926. Em 1929, é indicado ao Birô de Berlim da

tura e apresenta a estratégia da luta pela unidade da classe trabalhadora contra o fascismo. Na ocasião, o orador fez uma longa apresentação (80 páginas) sobre o fascismo e a classe operária, classificando aquela como ditadura terrorista descarada dos elementos mais reacionários, chauvinistas e imperialistas do capital financeiro. Ainda segundo Dimitrov, a modalidade mais reacionária do fascismo seria o fascismo de tipo alemão, pois teria a ousadia de chamar-se de nacional-socialismo, apesar de não ter nada em comum com o socialismo: “O fascismo alemão atua como tropa de choque contra a revolução internacional, como incendiário principal da Guerra imperialista, como iniciadores da cruzada contra a União Soviética grande Pátria dos Trabalhadores de todo o mundo” (Dimitrov, 1935, p. 5).

No VII Congresso da IC (1935), a orientação de formação de Frentes populares sofre uma mudança, a partir da aprovação de uma política de unidade com a burguesia. Isso significou uma alteração na estratégia de tomada do poder pela classe operária para outra, de conformar governos em conjunto com a burguesia.

Ao discursar sobre a possibilidade da vitória do fascismo e analisar a correlação de forças para enfrentá-lo, o comunista búlgaro propõe uma Frente Única proletária antifascista. Tal frente obrigaria a social-democracia a pôr fim à cruzada contra o comunismo e a aceitar as propostas do Partido Comunista sobre a unidade de ação contra o fascismo. Dimitrov classificou o fascismo como um poder feroz, porém precário. Ao expor as suas contradições, ele conclama à criação da Frente Única de unidade que se eleva em importância. As ações são conjuntas, tanto dos partidos como dos seus filiados, em uma frente que passariam a exercer: “uma enorme influência sobre todas as demais camadas do povo trabalhador, sobretudo os camponeses, sobre a pequena burguesia urbana, sobre os intelectuais. A frente única infundirá aos setores vacilantes fé na força da classe trabalhadora” (Dimitrov, 1935, p. 24).

A política de formação de Frentes populares de aliança com a burguesia torna-se uma orientação central e mundial para os partidos comunistas, com o apoio do Estado Soviético. Essa política foi aplicada no mundo inteiro com diferentes nomes (frente ampla, frente antifascista, unidade popular, frente progressista, entre outros).

Europa Ocidental; é preso pela polícia por ordem dos nazistas, que o acusam, em março de 1933, de ter incendiado o Reichstag. É absolvido depois de um processo em Leipzig, por conta de comportamento que lhe vale grande prestígio. Foi a partir daí que começou a sua carreira. Foi o especialista do Comintern, que teria proposto a Stalin uma nova política. Foi seu secretário-geral a partir do VII Congresso (Broué, 2007, p. 1207).

Dimitrov (1935) elenca os principais argumentos dos setores contrários à Frente Única, cujo ponto nevrálgico é a crença de que a proposta se disfarça de ditadura do proletariado. Além disso, ele expõe o dilema da social-democracia em se aliar com a burguesia ou se aliar aos comunistas. Por último, descreve quais são os conteúdos e formas da Frente Única, ou seja, a defesa dos interesses políticos imediatos da classe operária, considerando que a defesa contra o fascismo é o ponto de partida e o conteúdo principal da Frente se consagraria por meio de ações conjuntas das organizações operárias das diversas tendências à defesa de seus interesses vitais. Para ele, isso significa:

Em primeiro lugar, a luta conjunta por descarregar de modo efetivo as consequências da crise sobre os ombros da classe dominante; numa palavra sobre os ombros dos ricos. [...] em segundo lugar, a luta conjunta contra todas as formas da ofensiva fascista, pela defesa das conquistas e direitos dos trabalhadores, contra a liquidação das liberdades democrático-burguesas [...]. Em terceiro lugar, a luta conjunta contra o perigo cada vez mais eminente da guerra imperialista. (Dimitrov, 1935, p. 28)

Para Nahuel Moreno (1982), o fundamento teórico de aliança entre organizações operárias e setores burgueses se ancora na Teoria dos Campos Burgueses Progressistas. O dirigente político marxista, argentino, estuda a implantação da Teoria de campos progressistas no livro *Os governos de Frente Popular na história*. Ali, analisa experiências que foram colocadas em prática pelos partidos comunistas que formaram frentes populares na França (1936), com o Partido Socialista e o Partido Radical (burguês), e na Espanha, com o Partido Republicano e o Partido Socialista.

Segundo essa interpretação, os partidos de esquerda assumiram e desenvolveram a teoria de que a sociedade capitalista atual não está dividida em classes, mas sim em campos políticos. O campo reacionário seria formado por setores de direita, ultradireita e até fascistas. O campo contrário seria o dos progressistas, formado por setores progressistas da burguesia, da igreja, as organizações sindicais e os partidos políticos dos trabalhadores:

[...] teoría de la revolución por etapas fue un solo paso. Los mencheviques sostenían que el derrocamiento del zarismo, lejos de poner fin al frente “antizarista” policlasista, abriría una etapa en la cual, bajo el gobierno de la burguesía liberal, la atrasada Rusia se convertiría en un país capitalista adelantado. En esa etapa

el proletariado adquiriría experiencia y conciencia, a través de la lucha por conquistas mínimas. Luego se abriría la segunda etapa, la de la conquista del poder por el proletariado. (Moreno⁸, 1982, p. 5)

Dessa forma, abandonava-se a concepção marxista de que há na sociedade capitalista uma divisão de classe entre o proletariado e a burguesia e uma luta de classes na qual o objetivo do proletariado é a tomada do poder:

Para ellos, la división fundamental de la sociedad rusa es, como sostiene el marxismo ortodoxo, en clases: burguesía y proletariado. El eje de su política es el desarrollo de la lucha de clases hasta la conquista del poder por el proletariado. De ahí deriva una teoría de los campos diametralmente opuesta a la de los mencheviques, basada en el hecho de que, por fuera de las dos clases fundamentales, existen otros sectores explotadores y explotados en la sociedad. (Ibid.)⁹

A justificativa para a formação de uma Frente Popular seria a de que se estava diante da ameaça do fascismo¹⁰, da ultradireita e da correlação de forças desfavorável ao proletariado. Na teoria dos campos, a proposta diante dessa situação é unir os campos progressistas na tentativa de chegar ao governo pelo voto e aplicar reformas no capitalismo.

O enfrentamento do fascismo, defende Dimitrov (Secretário Geral do PCR), faz-se pela necessária preparação dos trabalhadores, e essa tarefa não deve ter descanso, exigindo adaptação às mudanças rápidas de formas¹¹ e de métodos de luta,

-
8. [...] A teoria da revolução em etapas era uma única etapa. Os mencheviques argumentavam que a derubada do czarismo, longe de acabar com a frente multiclasse “anticzarista”, abriria um palco no qual, sob o domínio da burguesia liberal, a atrasada Rússia se tornaria um país capitalista avançado. Nessa fase, o proletariado iria adquirir experiência e consciência, através da luta por ganhos mínimos. Então se abriria a segunda etapa, a da conquista do poder pelo proletariado.
 9. Para eles, a divisão fundamental da sociedade russa é, como afirma o marxismo ortodoxo, em classes: burguesia e proletariado. O eixo de sua política é o desenvolvimento da luta de classes até a conquista do poder pelo proletariado. Disto deriva uma teoria dos campos diametralmente oposta à dos mencheviques, baseada no fato de que, fora das duas classes fundamentais, existem outros setores exploradores e explorados da sociedade (ibid.).
 10. Nesse cenário, o movimento operário se deparou com a ameaça de guerra e reação fascista generalizada, o que os levou a uma nova análise da natureza do fascismo internacional e a uma inversão drástica do juízo sobre a socialdemocracia, até então tachada de ‘social-fascismo’. Diante dessa análise o fascismo é considerado como o inimigo principal, e a socialdemocracia torna-se aliada fundamental na luta antifascista.
 11. As formas podem ser, por exemplo: “atividades conjuntas dos operários, coordenadas para caso determinado e por motivos concretos, por reivindicações isoladas ou sobre a base da plataforma geral; ações

que devem variar conforme as circunstâncias e cada conjuntura. Sendo assim, à medida que a organização dos trabalhadores cresce, se fortalece a unidade de classe para ir mais longe na preparação da passagem da defensiva ou ofensiva contra o capital, de modo que haja organização da greve política de massa. E, nesse caminho da unidade de ação, está a necessidade de se firmarem acordos a curto e a longo prazos contra os inimigos de classe. Dessa forma, se daria a realização concreta da Frente Única nos diversos países, que se efetuaría de diferentes modos de resistência e de diferentes formas, segundo o estágio e o caráter das organizações operárias e seu o nível político. A situação concreta de cada país ditaria as mudanças no movimento operário internacional.

Para o revolucionário russo Trotsky, a participação dos partidos comunistas e socialistas, nesse tipo de organização, confundiria a classe operária, que passava a acreditar em governos burgueses que, na verdade, eram seus inimigos de classe. E, ainda, impediam todas as mobilizações revolucionárias do proletariado e dos explorados que se contrapusessem a esses governos. Assim, desarmavam o proletariado no desenvolvimento dos processos revolucionários. Portanto, a Frente Popular privaria o proletário de instrumentos de ataque e consequentemente de defesa da própria classe trabalhadora diante da direita reacionária. Inevitavelmente, preparava-se o cenário, ou para uma derrota sanguinolenta diante de um golpe militar, ou para uma derrota eleitoral da Frente Popular, que seria substituída por um governo de direita.

Dimitrov reconhece a dificuldade de formação de Frentes Populares antifascistas nos países de governos fascistas:

A luta se desenvolve, naturalmente, em condições muito mais difíceis que nos países de movimento operário legal. Não obstante, se oferecem nos países fascistas todas as premissas para a formação de uma verdadeira Frente Popular antifascista na luta contra a ditadura fascista, pois os operários social-democratas, católicos e de outras tendências na Alemanha, por exemplo, podem reconhecer de um modo mais imediato a necessidade de lutar unidos aos comunistas contra a ditadura fascista. (Dimitrov, 1935, p. 44)

coordenadas em determinadas empresas ramos industriais ações coordenadas sobre o plano local, regional, nacional ou internacional; ações coordenadas para organizações de lutas econômicas dos operários para realização de movimentos políticos de massas, para organização de autodefesa comum contra os assaltos fascistas; ações coordenadas para ajudar os presos e suas famílias, para lutar contra a reação social; ações conjuntas para defesa de interesse da juventude e das mulheres; na defesa das cooperativas, da cultura, do esporte, etc.” (Dimitrov, 1935, p. 29).

Para a formação de Frentes populares antifascistas nos países de governo fascista, a tarefa era a de mobilizar amplas camadas da pequena burguesia e dos camponeses: “São eles que saboreiam os frutos amargos da dominação fascista e se sentem cada vez mais descontentes, desiludidos, o que facilita a tarefa de arrastá-las para o movimento popular antifascista” (ibid., pp. 44-45).

Sobre os governos¹² de Frente Única, afirma Dimitrov (1935), a disposição dos comunistas de participar:

Com inteira consciência de nossa responsabilidade: se considerarmos que pode surgir uma situação em que a criação de um governo de frente única proletária ou de Frente Popular antifascista seja não somente possível, mas indispensável no interesse do proletariado, aceitamos, com efeito essa eventualidade. E neste caso, interviremos sem nenhuma vacilação em favor da criação desse governo. (Ibid., p. 64)

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1992) pontuam as diferenças entre Frente Única e Frente Popular, embora a segunda contenha algumas características da primeira. Por exemplo, a Frente Popular se constituiu em retomada do desenvolvimento de Frente Única, após o período de divisão entre os partidos operários. Sendo assim, a Frente Popular objetivou a unidade de ação em torno de pontos em comum, sendo composta não só por partidos operários ligados às classes trabalhadoras, “como também os partidos democráticos e radicais e às classes pequeno-burguesas dos campos e das cidades. Enquanto a Frente Única seria, de preferência, uma aliança proletária e anticapitalista, a Frente Popular seria *democrática e antifascista* (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1992, p. 529). A Frente Única seria, portanto, uma coalizão entre partidos políticos da esquerda que comungam de objetivos comuns. A Frente Popular teria, por sua vez, composição variada, seguindo características histórico-políticas de cada país.

As primeiras experiências de Governos de Frente Popular decorrem em um cenário político: “Em escala europeia mundial, de movimentos, partidos e regimes

12. A recomendação de criação de um comitê cujo objetivo era fazer a ligação dos partidos e organizações envolvidas na Frente Única. O êxito dessa iniciativa dependeria de toda a luta na criação da aliança de luta, dos camponeses e dos trabalhadores com as massas da pequena burguesia urbana que forma a maioria da população, mesmo nos países industrialmente desenvolvidos. A Frente Popular antifascista era uma ação decidida do proletariado revolucionário em defesa das reivindicações de setores e, em particular, dos camponeses trabalhadores e na razão dos interesses primordiais destes, combinando no decorrer das lutas e aspirações da classe operária com essas reivindicações. Aqui se concentram os problemas básicos da Frente Única, sendo necessário analisá-las de país a país.

de origem ou inspiração fascista e pelo ressurgir dos perigos da guerra como consequência da crise econômica internacional do declínio da liderança das classes políticas liberal-oligárquicas” (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1992, p. 529).

A Frente Popular adota “reivindicações de caráter econômico e político, a curto e médio prazos”: passa pela tutela das condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras, à luta por reformas estruturais no campo econômico e social destinadas a enfraquecer as posições de domínio de grupos capitalistas mais reacionários (ibid., p. 529), acrescentado do objetivo universal da defesa da paz.

O conteúdo das reivindicações das Frentes Populares obteve apoio de amplos setores da opinião pública antifascista em numerosos países da Europa e da Ásia, durante a Segunda Guerra Mundial, com as:

Alianças antifascistas (Frentes Nacionais) –, que se estenderam a todas as forças políticas empenhadas na defesa nacional ou na resistência. A plataforma de reivindicações de caráter defensivo fica ‘circunscrita’, com o tempo, ao período da emergência nacional, cujo método é, de ordinário, o da luta armada ou da guerrilha que desemboca na insurreição. Um exemplo da aplicação deste modelo é a Frente Única chinesa contra a invasão nipônica. (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1992, p. 529)

Ao derrotar o fascismo dar-se-á por encerrada uma fase histórica das Frentes Populares. Abre-se uma nova etapa, mantidos pontos de contato: “São estratégias de tipo frentista que caracterizam as relações entre comunistas, socialistas e forças radical-democráticas em algumas situações europeias e extra europeia do pós-guerra” (ibid.).

As experiências de Frente Popular, com seus sucessos e tragédias, as levaram a ser consideradas como uma estratégia que teria chegado ao fim, tornando-se desaconselhada, haja vista que formas de alianças parlamentar e governamental são mais adaptadas aos desafios das modernas sociedades industriais.

Acusa-se o frentismo de: “Ser um expediente tático para preparar hegemonia comunista, a acusação de dar maior preferência ao campo eleitoral e parlamentar que ao das alianças sociais e de deixar sem solução o problema crucial da relação entre democracia e socialismo (ibid., p. 530).

Se, atualmente, as alianças entre partidos de esquerda com os governos do campo burguês estão incorporadas à forma corriqueira do fazer político, isso não ocorreu sem muitos debates e divergências. Empenhar-se nos estudos sobre o histórico de formação de frentes de luta em outros contextos históricos e políticos é também lembrar os princípios de independência, de organização e de formas de

resistência de classe e as estratégias de luta do proletariado, segundo a tradição de Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Gramsci e outros, e seus desdobramentos nos debates atuais sobre o assunto.

O exposto até aqui sobre os debates e polêmicas sobre Frente Única e Frente Popular demonstra que a estratégia vem sendo usada historicamente pela esquerda. Ou seja, não é algo do passado dos partidos comunistas, que muitas vezes não participavam dos governos e os apoiavam de fora, mas também partidos social-democratas, nacionalistas e outros fizeram uso dessa estratégia de Frente, inclusive na América Latina.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicolas e PASQUINO, Gianfranco (1992). *Frente Popular, dicionário de política*. 4. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília. v. 1.
- BROUÉ, Pierre (2007). *A História da Internacional Comunista (1919-1943)*. São Paulo, Suderman.
- DEL ROIO, Marcos (2019). *Os prismas de Gramsci a forma política de Frente Única*. 2. ed. São Paulo, Boitempo.
- DILLENBURG, Fernando Frota (2011). *Gramsci e o novo programa*. Tese de doutorado em Filosofia. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280126>>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- HARNECKER, Marta (2012). *Estratégia e tática*. 2. ed. São Paulo, Expressão Popular.
- HOBBSAWM, Eric J. (1985). *História do marxismo. O marxismo na época da terceira internacional: da internacional comunista de 1919 às Frentes Populares*. São Paulo, Paz e Terra.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich (1998). *O Manifesto Comunista 150 anos depois*. Edição comemorativa ao sesquicentenário do Manifesto Comunista, organizada por Daniel Aarão Reis Filho. Rio de Janeiro, Contraponto; São Paulo, Fundação Perseu Abramo.
- MORENO, Nahuel (1982). La Traición de la OCI (U) 1981. *Tomado de Panorama Internacional*, Madrid, año VI, n. 19, ene., 1982. Disponível em: <www.nahuelmoreno.org>. Acesso em: 29 set. 2020.
- RODRIGUES, Francisco Martins (2008). *Anti Dimitrov-1935/1985, meio século de derrotas da revolução*. 2. ed. Lisboa, Edições Dinossauro. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/rodrigues/1985/anti-dimitrov/Anti-Dimitrov.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

- SANCHÉZ, Fernando Hernández (2016). La primavera del Frente Popular de febrero a julio de 1936. *Nuestra Historia, Revista de Historia de La Fim*. Madrid, Fundación de Investigaciones Marxistas. Madri, n. 1. Dossier. Disponível em: <https://revistanuestrahistoria.files.wordpress.com/2016/12/nh1_2016_2529-9808.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.
- SENA JR., Carlos Zacarias Figueirôa de (s.d.). *Frente Única, Frente Popular e Frente Nacional: anotações históricas sobre um debate presente*. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt7/ses-sao3/Carlos_Zacarias.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- SENA JR., Carlos Zacarias Figueirôa de (2007). *Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na Revolução (im)possível 1936-1948*. Tese de doutorado em História. Recife, Universidade Federal de Pernambuco CFCH.
- THOMAS, Pierre. (2017). “Frente Única”. In: LIGUIORI, Guido e VOZA, Pasquale (orgs.). *Dicionário Gramsciano (1926-1937)*. São Paulo, Boitempo.

DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E CONDIÇÕES DO TRABALHO SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO NA GESTÃO LUIZA ERUNDINA: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Marisa Almeida Blanco¹

Nuria Pardillos²

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz³

INTRODUÇÃO⁴

Desde o início do século XX, nos países capitalistas avançados – e a partir dos anos 1930, no Brasil – foi se formando um consenso de que o acesso à habitação é uma questão para o Estado, que precisa intervir para criar as condições objetivas e apresentar respostas às demandas por moradias que possam ser garantidas como um direito no contexto das cidades (Bonduki, 2014). Conjunturas

-
1. Marisa Almeida Blanco, assistente social, especialista em Trabalho Social em habitação, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais-Nemos – PUC-SP.
 2. Nuria Pardillos, assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC-SP e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Nemos – PUC-SP.
 3. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, assistente social, professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo, curso de Serviço Social. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais-Nemos – PUC-SP.
 4. O Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos), do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da PUC-SP está desenvolvendo uma pesquisa sobre o trabalho social na política de habitação no município de São Paulo, considerando um lapso temporal que abrange as gestões municipais do final dos anos 1980 até meados dos anos 2000. Denomina-se Marcas do Trabalho Social na Política de Habitação de Interesse Social na cidade de São Paulo: impasses e desafios da atuação profissional do Serviço Social. As reflexões aqui apresentadas advêm do conteúdo acumulado no processo investigativo.

diversas resultaram em respostas governamentais às necessidades habitacionais, com políticas institucionais baseadas em diferentes projetos políticos e estratégias de intervenção.

Da mesma forma, o trabalho social em habitação foi sendo construído e revisto, em um movimento que dialogou com a dinâmica da vida social, em relação à estruturação dessas políticas, às competências profissionais e às condições de trabalho concretamente existentes, na “maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana” (Iamamoto, 1982, p. 30).

A defesa de princípios e valores democráticos de um projeto societário nos leva a afirmar o trabalho social como componente fundamental da política habitacional, cuja direção política está no fortalecimento da participação social, o que envolve o acesso amplo da população usuária às informações e decisões sobre projetos, obras, remoções e alternativas habitacionais, sejam elas provisórias ou definitivas. Outro aspecto a ser considerado é o controle social sobre a destinação dos recursos públicos, controle esse que deve ser exercido de forma a reforçar a autonomia dos municípios, responsáveis imediatamente pelas intervenções habitacionais.

Essa argumentação inicial revela a importância do resgate de referências históricas e políticas do trabalho social na habitação, que consolidam princípios e diretrizes construídos na formulação e desenvolvimento de “projetos de intervenção que viabilizem o acesso de segmentos da classe trabalhadora aos direitos, pela mediação da política urbana e dos diferentes programas das políticas setoriais” (Cfess, 2016, p. 42). Principalmente, em uma sociedade como a brasileira, na qual as relações de poder são atravessadas pelas velhas heranças político-econômicas, características de sua formação sócio-histórica tais como o patriarcado, o favor e o clientelismo que se manifestam nos espaços políticos. É nesse contexto social, econômico e político que o trabalho social, na política de habitação, vai se consolidando na defesa da ação do Estado nas respostas às exigências de implementação de serviços sociais com qualidade, e se fortalece “mobilizando e estimulando os sujeitos sociais em processos participativos e organização popular” (ibid., p. 43).

Nesse movimento de resgate histórico, é fundamental recuperar o final da década de 1970, período no qual se intensificaram as manifestações contra o regime político ditatorial, que vigia à época, e as expectativas de um novo projeto societário, e a participação popular assume uma dimensão utópica ideacional (Szwako, 2012). Ela se impõe para o trabalho social, partindo do pressuposto de que a vida cotidiana é um terreno fértil para a educação política da classe trabalhadora que, informada e com maior compreensão do mundo em que habita, pode contribuir e interferir nos processos coletivos decisórios (Pateman, 1992 apud Miguel, 2017).

A luta por maior participação adentrou os anos 1980, quando se aprofundam as transformações ocorridas na relação Estado e sociedade civil, ambos recém-saídos da ditadura, e ainda vivenciando processos inacabados de construção e fortalecimento de mecanismos democráticos.

Democracia, cidadania e participação são conceitos que se referem ao mesmo fenômeno (Coutinho, 1997 apud Alves, 2016). São as condições sociais e institucionais que possibilitam “ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social”. Todavia, dadas as contradições da realidade social, também se apreende democracia como “construção e conquista da classe trabalhadora que foi sendo reconfigurada pela classe dominante na manutenção do seu poder hegemônico sob o sistema capitalista” (Alves, 2016, p. 40).

As formulações acima registradas contribuem para subsidiar o debate sobre o trabalho social na política de habitação, seu processo de consolidação e sua qualificação no exercício de práticas democráticas que impulsionam a extensão da cidadania, alimentando organizações políticas e formação de sujeitos políticos coletivos (Coutinho, 2008).

Por outro lado, as reformas previdenciárias e trabalhistas, que têm lugar a partir dos anos 1990, beneficiam o empregador e, contraditoriamente, aumentam as taxas de informalidade e flexibilização no trabalho, de mercantilização dos serviços, de desqualificação da formação profissional, com efeitos destrutivos nos diversos segmentos da classe trabalhadora (Dardot e Laval, 2019). Revelam o movimento do capital, com sua racionalidade burocrática em tempos neoliberais, na imposição da sua lógica inscrita “nas práticas governamentais, nas políticas institucionais, nos estados gerenciais”, impondo limites nas elaborações e preocupações do trabalho social (*ibid.*, p. 30).

São ideias, princípios e crenças que, nos dizeres de Dagnino, Olvera e Panfichi (2006, p. 43), articulam projetos políticos⁵ em disputa que, mesmo compartilhando “um patamar mínimo em relação ao processo democrático” reproduzem traços permanentes de um capitalismo que alimenta uma história de pobreza,

5. Os autores partem da noção de projetos políticos como um conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo que orientam a ação política dos sujeitos sociais, os autores colocam a possibilidade de identificação de três projetos distintos na América Latina: projeto autoritário, projeto neoliberal e projeto democrático-participativo. No seu ‘patamar máximo’ colocam-se a construção democrática e a defesa da participação como exercício do poder.

violência e autoritarismo, marcando “as desigualdades sociais, regionais, raciais e culturais, que se manifestam em termos políticos e econômicos” e que “ressurgem periodicamente, como desafios” (Ianni, 1988, s/p).

No Brasil, o processo de expansão urbana apresenta características particulares, de desigualdades entre as classes sociais, presentes desde o período colonial brasileiro, e é resultante de uma forma de constituição das cidades, que se materializa nos mecanismos de espoliação urbana alimentados por uma estrutura fundiária que privilegia a concentração de terra, de renda e de riqueza, transformando-as em espaços de acumulação do capital.

Em outras palavras, o direito à cidade, direito fundamental que se expressa nos princípios e diretrizes do trabalho social, tem sido distorcido por interesses e perspectivas que limitam as possibilidades de acesso ao uso do solo urbano, refletindo a estrutura das classes sociais e o processo capitalista de produção do espaço urbano (Carlos, 2015).

Nos seus estudos sobre a política de habitação social no Brasil, Bonduki (2014, p. 23) afirma que:

A construção da história da política de habitação social no Brasil é uma tarefa coletiva de grande envergadura, que requer um esforço continuado de inúmeras investigações que possam aprofundar o estudo dos diferentes períodos, dar conta de uma multiplicidade de agentes atuantes nos vários níveis de governo e analisar a questão sob os diferentes enfoques pertinentes ao caráter multidisciplinar desse objeto.

Em diálogo com Bonduki (2014), e tendo em vista os tempos atuais, marcados pela ascensão do conservadorismo, com suas ideologias racistas e securitárias, disseminadas no cotidiano das instituições, este artigo tem como objetivo agregar elementos às análises e reflexões sobre o trabalho social na política da habitação, construindo respostas à questão: que aspectos devem-se considerar no desenvolvimento do trabalho social na política de habitação para adensar o projeto político que radicaliza a democracia, projeto esse que tem a participação como um dos mecanismos para a construção de relações igualitárias? E se propõe a fazer isso a partir de exame atento de bibliografia e documentos públicos institucionais, ressaltando significativos eventos históricos e políticos que tiveram lugar ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, período da administração municipal da prefeita Luiza Erundina de Souza, na cidade de São Paulo. As formulações que constituíram o trabalho social na política de habitação, no município, nesse período, tiveram

influência e participação dos movimentos sociais que adensaram a agenda social com pautas relevantes para o estabelecimento de estruturas democráticas fundamentais (Jacobi, 2002).

Em síntese, a recuperação analítica desse tempo histórico, com suas tensões e contradições, se faz necessária, sobretudo nesse momento, em que sucessivos movimentos de refuncionalização das políticas sociais, pela racionalidade neoliberal, resultam na fragmentação e na modelização do trabalho social, na imposição da gestão de produtividade, controle de metas e quantificação de resultados, empobrecendo sobremaneira a ação profissional nos diversos programas e projetos habitacionais.

ALGUNS APONTAMENTOS HISTÓRICOS

No panorama mundial, 1989 foi o ano que mudou o mundo⁶. Acontecimentos assistidos por uma geração marcaram a mudança de uma época: a queda do Muro de Berlim (9/11/1989); o renascimento do sindicato Solidariedade, na Polônia, cujo líder, Lech Walesa, viria a ser presidente; em Praga, Tchecoslováquia, a Revolução de Veludo e na Romênia, a execução do ditador Nicolae Ceausesco, deixaram profundas marcas na esquerda de todo o mundo. Tais acontecimentos significaram, para muitos, a “morte do socialismo”, enquanto outros vislumbraram a insurreição de povos submetidos à opressão e à miséria sob um sistema que nada tinha em comum com o socialismo de Marx, Lênin e Trotsky.

No Brasil, os anos 1980 expressaram mudanças institucionais em um cenário político de término de um longo período ditatorial militar empresarial, no qual o último presidente do regime militar (1979-1985), General João Batista Figueiredo, em nome de uma abertura democrática “lenta, segura e gradual” e de uma política de anistia, permitiu a existência de mais de dois partidos políticos para a disputa de eleições diretas. Mas foram tempos também de grandes mobilizações políticas pela redemocratização, quando assumiu relevância a organização dos trabalhadores, com forte protagonismo do sindicalismo operário e do Movimento Sem Terra (MST),

6. Do título do livro “1989 – O ano que mudou o mundo”, do jornalista norte-americano Michael Meyer, sobre os acontecimentos como a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria. O registro histórico teve alcance mundial a ponto de se convencionar a utilização dos termos contidos no título para referência e simbolismo ao declínio da era comunista, fim da Guerra Fria e início de uma época de globalização e livre mercado.

e que se concretiza a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT)⁷ e da coordenação das classes trabalhadores que, posteriormente, se transformou em Central Geral dos Trabalhadores (CGT)⁸.

Neste cenário de enfraquecimento do regime militar, com inflação, taxa de desemprego e dívida externa nas alturas, a população foi às ruas reivindicando eleições presidenciais diretas. A campanha popular, denominada 'Diretas Já' (1983/1984), é um divisor de águas na história do país, quando diversos setores da sociedade civil e política se mobilizaram e se articularam, e mesmo que derrotados na conquista pela realização de eleições diretas para a presidência da República, configuraram-se como um movimento fortalecido que, em seu auge, reuniu em um mesmo palanque importantes nomes da política nacional, como Tancredo Neves, Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Henrique Cardoso, no Vale do Anhangabaú, em São Paulo⁹. Ainda, no que toca à manifestação e reivindicação popular, destacam-se as bandeiras de luta dos movimentos por moradia, conforme apontado por Blanco et al. (2018, p. 4):

No contexto das lutas da sociedade civil brasileira por redemocratização e pelo fim do regime militar, instaurado a partir do golpe de 1964, os movimentos de moradia articulam-se na cidade com as demais lutas e ampliam sua pauta de reivindicação por cidadania, direito à terra, à moradia e à cidade. São exemplares as iniciativas pela inclusão do Direito à Moradia na Constituição e a criação do Fórum Nacional pela Reforma Urbana, que congregou diversos movimentos sociais, entidades de classe e profissionais.

Como um dado relevante, registra-se que, no ano de 1986, ocorre a extinção do Banco Nacional de Habitação/BNH, que teve a atribuição de desenvolver programas habitacionais no período da ditadura e cujas funções, posteriormente, foram delegadas à Caixa Econômica Federal/CEF, aspecto de fundamental importância no âmbito da política nacional de habitação. Os anos posteriores à extinção

7. 1984, ano de fundação da CUT.

8. Em 1991, a CGT transformou-se em Força Sindical.

9. A campanha Diretas Já teve início quando o deputado Dante de Oliveira apresentou uma Emenda Constitucional com vistas às eleições diretas para presidente da República, em 1983, ano em que a inflação estava em 211% no Brasil. Vários comícios foram realizados no país, aglutinando milhares de pessoas (30 mil em Curitiba (05/1/84), 3 mil em Camboriú (14/1/84), 15 mil em Salvador (20/1/84), 200 mil em São Paulo (25/1/84), um milhão no Rio de Janeiro (10/4/84).

do BNH foram intensos na articulação dos movimentos sociais pelo acesso à moradia, diante da ausência de alternativas programáticas para uma política urbana habitacional.

No estado de São Paulo, Orestes Quércia exerce seu mandato, como primeiro governador eleito pelo voto direto, em 15 de novembro de 1986, após um período de 22 anos sob o regime militar instalado pelo golpe militar empresarial de 1964. No panorama nacional, é relevante mencionar a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988. No cenário municipal, ocorrem as eleições municipais, em 1989, e Luiza Erundina de Sousa é eleita a primeira prefeita da cidade de São Paulo.

“Eu, enquanto mulher, nordestina ...”. Era assim que Luiza Erundina de Sousa se apresentava em seus discursos públicos, na qualidade de prefeita da cidade de São Paulo. Assistente social, graduada pela Escola de Serviço Social da Paraíba, em João Pessoa, e mestra em ciências sociais pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, ex-vereadora e deputada estadual constituinte, sempre na legenda do Partido dos Trabalhadores/PT, é eleita em 1988, pelo PT, para o mandato no período de 1/1/1989 a 31/12/1992. Lançou-se à disputa pela prefeitura municipal com Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS), João Osvaldo Leiva, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e José Serra, do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

Com o apoio da militância petista e de movimentos de moradia da periferia da cidade, Luiza Erundina de Souza vence o pleito com 1.534.592 votos – quase 30% do eleitorado paulistano – tornando-se a primeira mulher a governar a maior cidade da América Latina, com a responsabilidade de gerir o terceiro orçamento da União.

De forma inédita, a prefeita eleita se preparou para iniciar seu mandato a partir de um plano de governo, formulado e orientado pelos insumos oferecidos nas discussões em reuniões programáticas (habitação, saúde, assistência social, entre outras áreas de intervenção)¹⁰.

10. Essas reuniões ocorreram na PUC-SP, no período noturno, e aos sábados, com a participação da militância, representantes de segmentos de população organizados, lideranças populares, funcionários da administração pública municipal, simpatizantes e/ou comprometidos com o programa político do PT, sob a coordenação de especialistas renomados, comprometidos com as demandas populares nos diferentes campos das políticas públicas. No campo da habitação, Ermínia Maricato e Nabil Bonduki, que viriam a ser Secretária Municipal de Habitação/Sehab e Superintendente de Habitação Popular/Habi, respectivamente, coordenaram as discussões e sistematizaram o conteúdo produzido que, posteriormente, subsidiou tanto a formulação de programas habitacionais, como as ações necessárias à sua implementação.

No entanto, a cidade a ser administrada é expressão das contradições, tanto no plano social como econômico, nos quais a complexidade das demandas e os desafios para a organização das ofertas postas numa metrópole revelam, em São Paulo, uma magnitude excepcional, não apenas em termos quantitativos, mas também do ponto de vista das diversidades de dinâmicas socioterritoriais existentes nos distritos da cidade.

A prefeita inicia sua gestão após a promulgação da Constituição Federal, lei que expressa, nos seus artigos, parágrafos e incisos, os limites institucionais de um Estado recém-saído da ditadura. A luta por direitos sociais e cidades mais justas sofreu reveses provocados pelas forças conservadoras, patrimonialistas e clientelistas, ainda que inovações democráticas se fizeram presentes nos vários instrumentos de participação previstos, tais como o plebiscito, o referendo, a iniciativa popular, assim como a previsão de instrumentos jurídicos em defesa de direitos coletivos como o mandado de segurança, a ação civil pública e a ação popular (Ventura, 2016).

Com a Constituição Federal de 1988, são incorporados aspectos relativos à reforma urbana e novos parâmetros foram estabelecidos na perspectiva do direito à moradia e da função social da propriedade, sob a responsabilidade dos governos federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal. A Constituição Federal estabeleceu o Plano Diretor como instrumento básico da política habitacional e, nessa direção, atribuiu poder aos municípios para instituir os instrumentos aptos a tal função, ampliando a atuação do poder municipal, embora condicionado à regulamentação federal.

A retomada da organização e da participação popular se refletiu nas iniciativas implementadas pelo poder público em alguns municípios do país, administrados por partidos que privilegiaram processos participativos e inclusivos, nominados como gestões democrático-populares¹¹.

11. Eram governos que apresentavam uma proposta “democrático-popular” centrada no compromisso de inverter prioridades, reorientar investimentos públicos, de modo a atender às necessidades e os direitos sociais dos setores mais carentes da população. E a participação é parte dessa estratégia de ampliação da base social e política (Jacobi, 2002). Na verdade, a participação já vinha fazendo parte de experiências precursoras desde o final dos anos 1970 e anos 1980, a exemplo de Lages (SC), Boa Esperança (ES), Diadema (SP), Vila Velha (ES), Uberlândia (MG).

POLÍTICA DE HABITAÇÃO: DIRETRIZES DE GESTÃO

É nessa direção que a gestão da prefeita Luiza Erundina de Souza se estabelece e prioriza o enfrentamento dos problemas sociais da maioria da população, entre eles, os relativos à habitação de interesse social. Nessa perspectiva, as diretrizes da política de habitação envolviam o direito à terra; o direito à arquitetura; o direito à cidadania; a participação da população na formulação dos programas e execução dos projetos; a diversificação das intervenções no reconhecimento da cidade real; a redução de custos, sem perda da qualidade; o estímulo à autogestão e o respeito ao meio ambiente. Sob esses pressupostos, que orientavam a ação da Superintendência de Habitação Popular/Habi da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano/Sehab, o trabalho social ocupa um lugar de importância para o desenvolvimento de programas de produção de moradias por mutirão ou empreiteiras, e nas intervenções em cortiços e favelas.

Nesse período, houve uma ampliação da estrutura administrativa da Habi, com o fortalecimento dos escritórios regionais (a abrangência geográfica desses escritórios correspondia às regiões Norte, Sul, Leste e Sudeste do município) em toda a cidade, qualificando a concepção e execução da política de habitação social. Destaca-se, nessa estrutura, o estabelecimento da Assessoria Técnica Regional, vinculada ao gabinete de Habi, formada por profissionais assistentes sociais que tinham como função subsidiar e acompanhar o desenvolvimento dos programas e ações técnicas no território. Mais ainda, alimentavam a interlocução entre as equipes técnicas regionais e o Superintendente. Tal composição estrutural assume maior relevância ao se analisar as configurações anteriores, que privilegiavam profissionais da área física (engenheiros e arquitetos) em cargos e/ou funções de direção, coordenação e chefias.

Na mesma direção, também de importância ressaltada, está a Divisão Técnica de Trabalho Social, que elabora e formaliza, em um processo coletivo, as diretrizes para o trabalho social em habitação, no âmbito do poder público municipal, à luz do pressuposto da participação popular¹². O debate da participação compõe o trabalho social, ainda que carregado de dificuldades, mas também de possibilidades nas suas contradições. Assim, como afirma Diniz (2010), a participação é defendida como:

12. Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano/Sehab, Superintendência de Habitação Popular/Habi. Relatório de Gestão. 1989-1992. PMSP- Prefeitura do Município de São Paulo. Esse relatório constituiu-se como um documento importante pelas informações sobre a gestão da prefeita Luiza Erundina na Sehab, ali contidas.

Um instrumento de legitimação e fortalecimento dos institutos democráticos, e coloca a possibilidade de ampliação dos direitos, contribuindo para transformar o cidadão comum em sujeito de direitos. Nos processos participativos, a organização política das classes populares consolida espaços de poder e permite a ampliação da visão de mundo, com o salto do senso comum para o senso crítico. Espaços de participação são espaços de poder, de mudanças sociopolíticas, porque são espaços possíveis de enfrentamento das contradições e conflitos de classe. (Diniz, 2010, p. 270)

O avanço que se processa na formulação do trabalho social tem raízes, no âmbito do município de São Paulo, nos anos 1970, quando despontaram as demandas por moradia, que reivindicavam serviços básicos, como água e luz e a permanência na terra, com forte influência das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. O trabalho social desenvolvido nas favelas, pelo poder público, estava colocado na área da assistência social e se caracterizava por ações de remoções e atendimento emergencial da população moradora em áreas públicas. Tais ações eram viabilizadas pela Coordenadoria do Bem Estar Social (Cobes), que tinha como estrutura o Gabinete do Coordenador, a Assessoria Técnica Setorial, a Supervisão de Remoção de Favelas, as Supervisões Regionais de Serviço Social (SURSS), correspondentes a cada unidade das Administrações Regionais, constituídas pelo Serviço de Expediente, de Pessoal, por subunidades de Cadastro e Documentação e do Plantão de Referência e Informações e pelas unidades de Assistência à Família e ao Menor, de Assistência à Mão de obra e de Desenvolvimento Comunitário.

É somente quando surgiram as demandas para a eletrificação e a instalação de rede de água, somadas àquelas já existentes, relacionadas às condições precárias tanto das moradias, quanto dos locais onde estavam as favelas, é que foram criadas as unidades de Atendimento Habitacional. Ainda sem unidade de gestão, as ações de trabalho social eram desenvolvidas de forma heterogênea entre as regiões administrativas da cidade a que a Supervisão Regional de Serviço Social correspondia. Conforme apontado por Blanco et al. (2018, p. 12):

Tais ações eram movidas pelo engajamento dos profissionais às questões relativas à garantia de direitos que, naquele momento, se traduziam na viabilização do acesso aos serviços básicos da população moradora em áreas públicas ou privadas, que lá vivia de forma precária e, via de regra, exposta à situação de risco de vida. Não havia procedimentos estabelecidos institucionalmente, no que diz respeito ao processo de trabalho social, apenas procedimentos administrativos para possibilitar a implantação de serviços de eletrificação e de abastecimento de água, bandeira de luta dos moradores de

favelas, apoiados por grupos da Igreja católica e outras organizações sociais. Habitação não se constituía enquanto uma política pública municipal, pois ficava reduzida a ações emergências ou de remoção de favela.

No que toca à criação de programas habitacionais, cabe destacar que as intervenções em favelas, como pequenas obras de melhorias (abertura de vielas, escadarias, muros), anteriormente desenvolvidas com a verba de atendimento habitacional – recurso existente destinado à população em situações de emergência por riscos de deslizamentos, enchentes e incêndios ocorridas nas áreas públicas – passaram a integrar o Programa de Urbanização de Favelas, criado e estruturado na Habi, e, em situações específicas, era atrelado às alternativas de melhorias e/ou provisão habitacional.

Relevante também a concepção e institucionalização do Programa Funaps Comunitário/ Mutirão, implementado com recursos advindos do Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal (Funaps)¹³ que, com ineditismo, são transferidos às associações de moradores para sua gestão e uso, devidamente regulados pela coordenação do programa, por meio de instrumento formal de prestação de contas. Nesse programa, parte da mão de obra de construção e acabamento das unidades habitacionais se efetivava em regime de mutirão, envolvendo os futuros moradores associados.

Vale esclarecer que o Funaps, em sua origem, tinha seus recursos destinados ao atendimento habitacional por meio dos seguintes programas: aquisição de lote de terreno para a construção de moradia própria, de preferência em local próximo às habitações dos beneficiários, denominadas, à época, como “subnormais”; compra de material de construção para a edificação de moradia própria; aquisição de edificações para moradia própria e melhoria das condições de habitabilidade, inclusive das próprias habitações “subnormais”.

Os recursos do Funaps foram também utilizados para o “Primeiro Programa Municipal de Erradicação da Sub-habitação – Promorar-SP” e do “Primeiro Programa Municipal de Construção, Ampliação e Melhoria de Habitações Populares e Complementação Urbana em Loteamentos da Periferia do Município de São Paulo – Profilurb-SP”, na administração Reynaldo de Barros (1979-1982), e nas obras em favelas, no período da administração de Mário Covas (1983-1985).

13. Lei nº 8906/79 cria o Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal/ Funaps, originalmente gerido pela então Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), da Secretaria das Administrações Regionais, e por um Conselho Deliberativo.

Também utilizaram recursos do fundo as operações de desfavelamento, na administração Jânio Quadros (1986-1988), e os mutirões autogestionários e as urbanizações de favelas da administração Luiza Erundina (1989-1992).

Importante destacar que, em administração anterior (Mário Covas, 1983 a 1985), houve iniciativas concretas para a produção de moradia popular por meio de autoconstrução e ajuda mútua, sob a supervisão das equipes técnicas sociais e da área física da Habi que, inseridas na área da assistência social, faziam parte da estrutura da Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social – Fabes¹⁴. No entanto, é somente na administração de Luiza Erundina de Souza, que os mutirões autogestionários se estabeleceram como programa institucional de habitação.

Tais programas, assim como as demais ações voltadas ao atendimento habitacional, tinham como fio condutor a organização e a participação popular, singulares nos processos inclusivos de formulação e execução. Ressalta-se a elaboração de um Projeto de Lei específico sobre Canais de Participação que, entre outras propostas, situavam-se os Foros Regionais de Habitação e asseguravam a existência dos Conselhos Setoriais, entre eles o Conselho de Habitação Popular, que tinha como objetivo participar da elaboração e execução da política municipal de habitação, além de acompanhar e fiscalizar a aplicação do orçamento para habitação. Ainda que não tenha sido aprovado, é nessa direção que a gestão se mostra inédita e privilegia a relação do poder público com os movimentos populares, na perspectiva da participação e inclusão na gestão democrática da cidade¹⁵.

No período da gestão de Luiza Erundina de Souza, o lastro democrático se estendeu para o direito à terra como componente das diretrizes da política de habitação, operando para que, tanto as áreas públicas, como as áreas particulares

14. Na Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social – instituída em 1982- passam a funcionar os escritórios regionais de habitação implantados para coordenar as ações técnicas, tanto da área física, como social, pertinentes aos programas e intervenções habitacionais em favelas, cortiços, autoconstrução e ajuda mútua, além das equipes técnicas sociais, localizadas na Supervisão Regional de Serviço Social, no período de 1983 a 1985. Em 1986, o prefeito Jânio Quadros transfere a Superintendência de Habitação Popular para a Secretaria Municipal de habitação e Desenvolvimento urbano (Sehab), mantendo o atendimento habitacional regionalizado.

15. Em junho de 1992, a Sehab/Habi realiza o curso intitulado “O Trabalho da Habi e os Movimentos Sociais: Uma Relação Tão Delicada”, dirigido aos profissionais integrantes das Habis regionais, departamentos da Habi central e da Sehab. O curso, concebido para estabelecer um espaço para discussão coletiva sobre as práticas profissionais vivenciadas pelos técnicos de Habi, e contribuir na concretização de um trabalho técnico comprometido com a população, bem como na conquista de seu exercício de cidadania, foi alicerçado em dois eixos principais: quem são os sujeitos coletivos denominados movimentos sociais e qual é o significado de sua ação política e qual é a atuação dos técnicos, limites, possibilidades e metodologias.

do município ocupadas por favelas, recebessem tratamento precursor, sob o ponto de vista da regularização fundiária. Com vistas à garantia do direito à moradia no território de vida da população, que se estabeleceu nas referidas áreas em razão da inexistência de alternativas de atendimento habitacional, é que a administração pública, diante de um cenário de 1600 favelas, com cerca de 800 mil pessoas: “Elabora projeto de lei para regularizar [...] a terra nas favelas passíveis de urbanização, por meio de instrumentos como concessão do direito real de uso, usucapião ou da negociação direta com os proprietários” (São Paulo, 1991, p. 6).

O projeto não foi aprovado, por forte pressão dos setores da sociedade que argumentavam ser a concessão de uso em terras públicas uma forma de perpetuar as favelas na cidade. A posição contrária, principalmente dos representantes de defesa de bairros da classe média, apoiava-se no fato de que o projeto oferecia brecha para a perda de áreas verdes da cidade, uma vez que parte das áreas ocupadas por favelas era aquela destinada à implantação de equipamentos públicos e/ou áreas de lazer.

A intenção do poder público, em garantir o direito à terra aos moradores que nela moravam, não prevaleceu, mas sim o pensamento dominante na sociedade brasileira sobre a propriedade privada ser um direito intocável. Parafraseando Harvey (2011), pode-se afirmar que, quando a liberdade e a autonomia que esta promete são mediadas pelos arranjos institucionais da propriedade privada, o resultado são enormes desigualdades.

O TRABALHO SOCIAL NA POLÍTICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: MARCAS

Na cidade de São Paulo, a gestão da prefeita Luíza Erundina de Souza (1989 a 1992) representou um momento de grande expectativa por mudanças em vários e complexos aspectos da política de habitação, inclusive no próprio exercício e partilha do poder decisório relacionado ao desenho de programas e destinação de recursos.

Foi um período de intensa mobilização e envolvimento de profissionais que operavam o trabalho social, à época majoritariamente assistentes sociais, mas também pedagogos, psicólogos e sociólogos. Tais profissionais contribuíram fortemente para a estruturação da própria política e dos programas habitacionais, bem como com a organização dos mecanismos e dos espaços institucionais de participação social, principalmente a partir de diálogos profícuos com os movimentos

populares. A participação não era vista como um valor em si mesmo, mas como possibilidades de fortalecimento de uma esfera pública não estatal, como processo de ruptura com relações clientelistas.

Naquele período histórico, ocorria um movimento significativo de reflexão sobre os fundamentos do trabalho social no interior do Serviço Social, sob influência de referenciais teórico-metodológicos e interventivos que passam a ser incorporados a partir dos estudos de autores do Serviço Social e das Ciências Sociais que, sustentados na teoria social de Marx, balizam as análises de apreensão da realidade social, imprimindo direção crítica ao pensamento e ação de assistentes sociais. Sob essa influência, ganham visibilidade novas perspectivas ideopolíticas nos processos analíticos da profissão, na busca de ruptura com seu histórico conservadorismo (Yazbek, 2009).

Esse debate se expressou nas experiências vividas pelos profissionais nas equipes técnicas regionais, fortemente envolvidos com as pautas populares, e que se viram instados a indagar sobre o lugar do trabalho social numa conjuntura em que os movimentos sociais passaram a pressionar o governo, ininterruptamente, no sentido do franqueamento de espaços para que eles pudessem, diretamente, apresentar as suas pautas e reivindicações.

Parte desse movimento restou apontado nos Relatórios de Balanço de Gestão, documento pioneiro no registro das ações de governo. Esse material tornou-se referência para discussões posteriores sobre o trabalho social desenvolvido na própria Superintendência de Habitação Popular, mas também para outros departamentos da Secretaria de Habitação/, como o Departamento de Regularização do Solo/ Resolo e para equipes sociais que compuseram as estruturas administrativas responsáveis pela execução e/ou acompanhamento do trabalho social nos programas de habitação de interesse social.

A riqueza dos elementos ali registrados¹⁶ compõe um mosaico de informações que nos permitem traçar algumas das marcas fundamentais do trabalho social durante aquele período histórico. Porém, para além de conter as manifestações de uma época, parte desse mosaico é expressão política e técnica de uma concepção de trabalho profissional, alicerçado em um projeto político, radicalmente democrático, que pressupõe o exercício permanente da ação-reflexão-ação e no qual a dimensão socioeducativa – necessariamente política – é constitutiva e indissociável da ação profissional. O resgate desse conjunto de elementos históricos,

16. Depoimentos de assistentes sociais em entrevista grupal, realizada pela equipe do Nemos, para a pesquisa em desenvolvimento, anteriormente sinalizada (Nota 4), que atuaram nas diferentes gestões, reforçam as informações coletadas em documentos e referências bibliográficas.

que consubstanciaram as marcas do trabalho social na política de habitação pode contribuir com a formação de novos profissionais, nutrindo-os com uma crítica à lógica neoliberal fractal, e com o reconhecimento das possibilidades do exercício do trabalho social na política de habitação.

REFLEXÃO CONSTANTE E COLETIVA SOBRE O TRABALHO SOCIAL

Sob coordenação da Divisão de Trabalho Social, na Superintendência de Habitação Popular da Sehab, durante a gestão 1989-1992, encontros periódicos permitiram, de um lado, a avaliação permanente dos aspectos técnico-operativos da ação profissional, a reflexão sobre os conflitos, os dilemas e contradições presentes na relação com as famílias moradoras e com os movimentos sociais e, de outro lado, mobilizaram desenhos coletivos de possibilidades concretas de intervenção, em cada um dos programas e projetos.

Como dinâmica de trabalho, a Divisão de Trabalho Social estruturou o chamado Colegiado Social e os Grupos de Trabalho (GT) específicos; em ambos, estavam representadas todas as coordenações sociais regionais e coordenações sociais de programas, que assumiram o papel de multiplicadores daquelas diretrizes, reflexões e decisões acordadas, junto às equipes sociais específicas.

Dinâmicas de formação continuada, com processos de aprimoramento e troca de experiências também estiveram sob coordenação do Colegiado Social. A reflexão e o aprimoramento tinham como suporte a compreensão de que a construção de políticas públicas pressupunha não apenas fluxo regular de recursos financeiros, mas o fortalecimento das estruturas públicas e recursos humanos bem-preparados, política e metodologicamente, para sua operacionalização. A dimensão pública é reforçada nas palavras de Pereira (2011, p. 174; grifos da autora):

Por ser *pública* (e não propriamente *estatal* ou *coletiva* e muito menos *privada*), ela, assim como todas as suas espécies (aí incluída a política social) tem dimensão e escopo que ultrapassam os limites do Estado, dos coletivos ou corporações sociais e, obviamente, do indivíduo isolado. Por isso, o termo “público” que a qualifica como política tem um intrínseco sentido de *universalidade* e de *totalidade*.

A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO TRABALHO SOCIAL

Naquele período, o trabalho social era desenvolvido por profissionais efetivos concursados e com vínculo estatutário. Apenas no Programa Funaps Comunitário, a ação era executada¹⁷ por profissionais das Assessorias Técnicas, contratados pelas Associações de Moradores e supervisionados por integrantes das equipes técnicas regionais e do próprio programa, relação que trataremos mais adiante.

Entretanto, é importante registrar que o papel do profissional, tanto na ação direta como indireta, se desenvolvia:

A partir do reconhecimento das formas de organização presentes no cotidiano da população, do estímulo à construção de um processo democrático de organização, da garantia da participação da população em todas as etapas de ações e projetos a serem desenvolvidos e na priorização da ação coletiva. (Relatório de gestão 1989-1992 Sehab/Habi 2, p. 15)

Os documentos e narrativas de profissionais registram que o trabalho social pressupunha um profissional com domínio teórico-metodológico, visão crítica e com compromisso social, tanto em relação à defesa da participação popular como da necessária preservação da autonomia popular. Parte desse compromisso se expressava no engajamento profissional na estruturação da política pública e dos mecanismos e instâncias de exercício da participação popular; mas também no reforço dessa participação como método de trabalho e na forte e constante presença no território.

Por princípio, o trabalho social se iniciava mesmo sem previsão de intervenção física, a partir de algum tipo de solicitação por parte da população e se desenvolvia procurando priorizar o atendimento coletivo no local de moradia, ou seja, no cortiço, favela ou conjunto habitacional.

17. Os documentos e depoimentos de profissionais que desenvolviam o trabalho social, à época, registram os termos “trabalho social direto” e “indireto” como a terminologia empregada no período para diferenciar as ações exercidas pelos profissionais funcionários efetivos ou contratados diretos do poder público – o corpo técnico com vínculo direto com o poder público e, portanto, que respondia hierarquicamente à Secretaria Municipal de Habitação – e os profissionais contratados pelos movimentos e associações de moradia conveniados no Programa Funaps Comunitário e às Assessorias Jurídicas conveniadas – os chamados trabalhadores/as indiretos/as. Trabalho direto, portanto, era empregado para referir-se àquele trabalho em que a ação pública – primária e essencial – era operada diretamente por funcionários do Estado. Trabalho indireto era aquele complementar à ação pública primária e exercido por corpo técnico conveniado, tanto pelos profissionais do direito nos convênios de apoio jurídico, quanto pelas assessorias técnicas nos convênios com associações de moradia.

O trabalho no território envolvia reconhecimento de possíveis lideranças locais, articulação com outros serviços ou equipamentos públicos – secretarias e serviços no campo da assistência social e educação, por exemplo – e desenvolvimento de atividades de mobilização para discussão das demandas e organização de moradores, identificando e criando pontes com possíveis apoios sociais existentes no território, como organizações e movimentos sociais, embrionários ou não.

O entendimento do trabalho social como processo desenvolvido essencialmente no território, conjugado à percepção de que era papel do trabalhador social estimular a população a encontrar formas participativas de expressar suas reivindicações por direitos, conferia forte significado à defesa da presença profissional, mesmo sem a perspectiva imediata de realização de obras.

Não se tratava de manter formalmente um plantão social no local, mas do desenvolvimento de um trabalho constante de visitas técnicas, reuniões com lideranças e moradores, participação em atividades de confraternização e, processualmente, construção de vínculos de confiança. Registra-se que cada uma das tarefas realizadas – a mobilização de moradores, o cadastro, as vistorias técnicas – envolvia também esclarecimento de dúvidas, estímulo à reflexão e incentivo para organização autônoma das famílias.

Importante salientar que os temas propostos para o desenvolvimento do trabalho social expressavam uma perspectiva de atuação que tomava forma para além das intervenções físicas – urbanização de favelas e construção de unidades – ou da preparação para convivência nos conjuntos habitacionais. Quando houvesse uma intervenção física, cada um dos temas específicos – discussão do projeto, impactos em termos de remanejamento ou remoção de famílias, cuidados necessários durante as obras, entre outros – deveria estar suportado na “dimensão socioeducativa da ação, voltada para os setores populares, na perspectiva da consolidação da democracia e da cidadania” (ibid., p. 14), ou seja:

As políticas de financiamento, de contratos, de repasse de terras públicas, as diretrizes específicas dos programas, de gestão pública dos empreendimentos devem se materializar em discussões amplas com o conjunto da população demandatária dos programas, quer seja no trabalho direto ou indireto. (Ibid., p. 15)

O trabalho desenvolvido como processo, fortemente arraigado na relação com os moradores e no conhecimento do território, implicava o encadeamento de atividades e tarefas e, fundamentalmente, continuidade. Implicava na compreensão de que as fases de trabalho não evoluem linearmente nem são estanques no tempo. Podiam ocorrer avanços e retrocessos, e mesmo que se estabelecesse algum

faseamento – por exemplo, pré-obra, obra e pós-ocupação – seria fundamental evidenciar a leitura político-social de toda a movimentação, ou seja, o histórico das iniciativas, conflitos e encaminhamentos acordados, incluindo aí as lutas e movimentos organizados pelos próprios moradores.

Além disso, o trabalho processualmente desenvolvido tinha como princípio norteador o desenvolvimento de práticas interdisciplinares, ou seja, de ações planejadas e executadas conjuntamente pelos especialistas envolvidos – arquitetos, advogados, assistentes sociais e demais trabalhadores sociais. Reuniões ou assembleias com a população, vistorias técnicas, contatos com lideranças eram, prioritariamente, realizados pelo trabalhador social junto com outro especialista, de acordo com o tipo de demanda ou objetivo da atividade. Ainda que essas relações interdisciplinares não fossem isentas de contradições e conflitos, havia direcionamento e estímulo institucional no sentido de execução do trabalho de forma conjunta e articulada.

O TRABALHO SOCIAL E A AUTONOMIA POPULAR

Contrariamente ao que ocorre nos tempos atuais, quando o gerencialismo acompanhado da terceirização estruturam as relações de trabalho, a prestação dos serviços públicos e a execução do trabalho social, no período objeto da presente reflexão compreendia-se que o trabalho social em Habi realizava-se de forma direta e indireta. “O trabalho direto prevê a execução pelo poder público de todo o processo da política habitacional, com construção de parceria com os agentes envolvidos: população demandatária, movimentos populares e seus representantes, os apoios, as entidades , etc.” (ibid.).

O trabalho social direto era operado em todos os programas de Habi por funcionários públicos com vínculos estáveis. Exceção apenas se aplica aos Programas Funaps Comunitário e ao Subprograma de Cortiços, nos quais o trabalho social era definido como indireto, pois envolvia outros agentes: as assessorias técnicas ou profissionais contratados pelas associações comunitárias.

O trabalho indireto envolvia também organizações sem fins lucrativos, conveniadas com Sehab/Habi, para prestar assessoria jurídica à população. Em ambos os casos, assessorias técnicas e organizações sociais conveniadas para apoio jurídico eram compreendidas como organização de trabalhadores, com compromisso político de apoio às lutas populares, capazes de maximizar recursos e atendimentos públicos, sendo reconhecido o seu caráter popular, bem como “o papel político, produtivo e multiplicador dessas organizações” (ibid.).

Com os convênios jurídicos, estabeleceu-se um trabalho conjunto por meio do qual essas entidades contribuíam para o trabalho social nos processos de esclarecimento da população em relação às possibilidades de regularização fundiária.

Em relação às assessorias técnicas, às equipes regionais e à equipe social dos programas, estabeleceu-se um acompanhamento do trabalho dos profissionais seguindo um modelo de supervisão profissional, entendido no contexto da relação de parceria entre os três agentes envolvidos (Associação de Moradores, Assessoria Técnica e Habi) na discussão e implementação de um Plano de Trabalho Social. Aos técnicos supervisores caberia acompanhar a dinâmica da obra, participar das reuniões e/ou assembleias com moradores e ambos, supervisor e supervisionado, estabeleciam uma relação de troca como sujeitos no processo.

Cabe registrar que os recursos para o desenvolvimento do trabalho social estavam previstos no valor total pago à assessoria técnica, cabendo a cada assessoria, em comum acordo com a associação de moradores contratante, definir quais profissionais e quais valores seriam pagos a cada um deles.

O trabalho de supervisão não incluía o controle financeiro da despesa, que era realizado pelo setor contábil de Habi. Entretanto, como o programa foi se estruturando, paralelamente à implementação dos projetos, também as regras de execução financeira e prestação de contas dos recursos recebidos pelas associações foram sendo alteradas e ajustadas pelo setor contábil, durante a própria execução das despesas. Isso causou enormes dificuldades para as associações de moradores entenderem e atenderem às exigências, gerando uma série de conflitos. Por outro lado, algumas associações e profissionais reivindicavam mais autonomia popular em relação à execução dos gastos, em um momento em que não havia aparato legal que respaldasse tal autonomia.

As dificuldades em atender às exigências que não foram devidamente definidas ou esclarecidas, quando da assinatura dos convênios, geraram significativos atrasos na liberação de parcelas e insatisfação das associações. Geraram também, ainda que pontualmente, desconfiança dos associados em relação às lideranças. Parte desses conflitos acabou tendo reflexos no desenvolvimento do trabalho social, exigindo a construção de mediações, envolvendo a atuação conjunta dos profissionais da assessoria técnica e da equipe regional.

Importante ressaltar que, durante a gestão democrática popular de 1989-1992, o foco do trabalho entre esses trabalhadores com vínculos empregatícios diferentes – profissionais supervisores e aqueles contratados pelos movimentos populares – era de complementação e rica troca de saberes, ainda que não isenta de conflitos.

Particularmente, o Programa Funaps Comunitário inaugurou um novo formato de operação do trabalho social, que envolvia os três agentes – movimento social, técnico contratado pelo movimento e técnica supervisora – e foi implementado, como já apontado, sem que todos os normativos que orientassem sua execução estivessem prontos, inclusive aqueles relacionados às atribuições de cada um desses agentes em relação ao trabalho social.

Uma proposta argumentava que os arquitetos pudessem desenvolver o trabalho social e era defendida por alguns profissionais e parte dos movimentos sociais, que desenvolveram forte questionamento à ação de acompanhamento social realizado por profissionais supervisores, temendo sua interferência na construção da autonomia dessas associações.

Por sua vez, havia lideranças que esperavam que as atividades do trabalho social fossem desenvolvidas pelo próprio movimento, cabendo aos profissionais contratados pelas associações tarefas pontuais como cadastramento para levantamento do perfil dos moradores e administração de conflitos familiares.

Um outro conjunto de trabalhadores sociais, que vinha de uma experiência de trabalho no qual os profissionais eram efetivamente responsáveis por realizar atividades de formação nas comunidades não organizadas, mobilizando e incentivando sua auto-organização, tinha certa dificuldade em partilhar essa função com as novas lideranças.

O debate se estabeleceu também com assistentes sociais que defendiam a construção de uma relação de parceria com liderança e base dos movimentos populares, com divisão de atribuições e diálogo franco quanto às contribuições que o profissional poderia oferecer ao movimento, partilhando conhecimento técnico e experiência socioeducativa. Esses profissionais faziam uma forte defesa, franca e solidária, das pautas do movimento, porém aliada à proposta de contratação de técnicos especializados para o desenvolvimento do trabalho social.

Do nosso ponto de vista, a defesa de que as tarefas do trabalho social deveriam ser executadas exclusivamente pelos movimentos populares e suas lideranças, refletia a firme disposição em ocupar todos os novos espaços que se abriam no processo de construção da política pública; além disso, expressava uma visão ainda restrita em relação à contribuição que um profissional, política e metodologicamente preparado, poderia oferecer ao movimento.

O conflito de posições e o debate em torno dessa questão permaneceram até o final da gestão; o programa foi parcialmente suspenso pelas duas gestões seguintes (governos Maluf/Pita) e quando retomado, o movimento já reconhecia e defendia a importância do trabalho social no apoio e fortalecimento das associações conveniadas ao programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reconhecemos, como autoras, uma nítida intencionalidade nas escolhas feitas, ao discorrermos sobre o trabalho social desenvolvido na política de habitação na gestão da prefeita do município de São Paulo, Luiza Erundina de Souza, durante os anos de 1989 a 1992. O exercício reflexivo foi construído a partir de algumas referências: as mudanças ocorridas no contexto mundial dos anos 1980 e na particularidade histórica brasileira, cujas alterações nas relações de forças políticas, econômicas e sociais levaram à promulgação da Constituição Federal em 1988 e à eleição de uma mulher nordestina para assumir a gestão municipal da maior cidade do Brasil, com suas contradições e diversidades econômicas e territoriais. Entretanto, outro componente foi fundamental em nossa análise: o enriquecimento do debate profissional em curso nesse período histórico, alterando a compreensão da profissão na sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, nas suas formas de intervenção, na sua relação com os movimentos sociais e com segmentos da classe trabalhadora.

A confluência entre o interesse da prefeita Luiza Erundina de Souza em priorizar, na sua gestão, o enfrentamento dos problemas sociais e, entre eles, o problema do acesso à moradia para parte significativa dos segmentos populares pauperizados, e os princípios e a direção política que redimensionaram a intervenção profissional na política de habitação, tensionada pelos movimentos sociais, nas suas exigências de maior participação nas agendas institucionais, plasmou um riquíssimo exercício profissional que revelou as múltiplas contradições presentes naquele momento histórico. Também nos apontaram inúmeras possibilidades que precisam ser recuperadas como subsídio para repensarmos a realidade atual do trabalho social em habitação.

Apreendendo os momentos históricos e considerando os movimentos políticos na (re)construção metodológica do trabalho social, contemplamos a relevância da afirmação de Raichelis:

A profissão é resultado de relações sociais contraditórias engendradas pelo capitalismo dos monopólios, ela é ao mesmo tempo um produto vivo de seus agentes, do protagonismo individual e coletivo de profissionais organizados a partir de um projeto ético-político que solda suas projeções e hegemoniza sua direção social, não sem tensões em determinadas circunstâncias, aparecem na autorrepresentação profissional como manifestações de crise profissional. (Raichelis, 2018, p. 32)

Ainda que as condições concretas de desempenho do trabalho nos espaços sócio- ocupacionais venham, cada vez mais, limitando a autonomia profissional, a recuperação do lugar profissional na defesa dos direitos nos impele a busca de aprimoramento da leitura de realidade, de fortalecimento dos vínculos com as lutas populares e coletivas, bem como a recuperação da história do trabalho social em habitação; todos movimentos estratégicos no sentido de construir contraposição ativa e propositiva à intensa fragmentação do trabalho nessa área.

Os tempos atuais, de mercantilização das relações sociais, de destruição dos direitos, de precarização das condições de trabalho, fazem emergir novos desafios profissionais. O neoliberalismo, interpretado como uma ideologia e como uma política econômica no período histórico dos anos 1980, na atualidade se impõe como razão do capitalismo contemporâneo, nos dizeres de Dardot e Laval (2016). Sob a lógica do mercado, desenvolvem-se visões de mundo, interesses e projetos políticos que alicerçam o “crescimento das formas abertas de coerção que caracterizam a dominação de classes contemporânea” (Mattos, 2019, p. 148).

E sob o tripé da privatização, flexibilização e terceirização, cujas bases políticas incorporam a ideologia do gerencialismo (Raichelis, 2018, p. 56), o trabalho social na política de habitação se vê premido entre as fragilidades da formação profissional e as exigências de qualidade nos serviços prestados. Resgatá-lo nas suas referências históricas e políticas pode inspirar profissionais na sua recusa aos (des)mandos da lógica utilitária e controladora, que torna o trabalho social fracionado e restringe sobremaneira a dimensão socioeducativa, política e mobilizadora de sua ação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria da Conceição (2016). “Participação, democracia e direitos de cidadania: aproximação conceitual ao debate contemporâneo” In: NEVES, Ângela Vieira. *Democracia e participação social: desafios contemporâneos*. Campinas, Papel Social, cap. 2.
- BLANCO, Marisa et al. (2018). Atuação profissional na política habitacional nas décadas de 1970 e 1980: memórias, marcas e contribuições. In: 16º ENPESS. *Anais...*
- BONDUKI, Nabil (2014). *Os pioneiros da habitação social*. São Paulo, Editora UNESP; Edições SESC.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (2015). “A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). *Crise urbana*. São Paulo, Contexto, pp. 25-35.

- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (2016). *Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão*. Brasília, CFESS.
- COUTINHO, Carlos Nelson (2008). *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. 2. ed. edição revista e atualizada. São Paulo, Editora.
- DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (2006). “Por uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. In: DAGNINO, Evelina (org.) et al. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra; Campinas, SP, Unicamp, pp. 13-91.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2019). *A nova fase do neoliberalismo*. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/dardot-e-laval-a-nova-fase-do-neoliberalismo/?fbclid=IwAR0hupjsEjog0yE099f5aweSq3y52CI9pQGdczK7m5dhQR5y1Dbx1VulXcM>>. Acesso em: 11 jul. 2021
- DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi (2010). “Sobre a participação: desafios para o seu exercício na atualidade”. In: STUCHI, C. G. et al. (org.). *Assistência Social e Filantropia: novo marco regulatório e o cenário contemporâneo de tensões entre o público e o privado*. São Paulo, Giz Editorial, pp. 289-306
- HARVEY, David (2011). *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Tradução João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo Editorial.
- IAMAMOTO, Marilda Villela (2009). “Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social”. In: CFess/Abepss. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFESS/Abepss, pp. 341-375
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. (1982). *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo, Cortez.
- IANNI, Octavio (1988). A questão nacional na América Latina. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 2, n. 1.
- JACOBI, Pedro (2002). Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. *Ciência da Saúde Coletiva*. São Paulo, v. 7, n. 3.
- MIGUEL, Luiz Felipe (2017). Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. *Lua Nova, Revista de Cultura e Política*. São Paulo, n. 100. pp. 83-118.
- PEREIRA, Potyara (2011). *Política Social: temas e questões*. 3. ed. São Paulo, Cortez.
- RAICHELIS, Raquel et al. (2018). *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo, Cortez.
- RELATÓRIO de gestão 1989-1992. Apêndice A. Trabalho Social Desenvolvimento da Política Habitacional em Habi, volume XIII, Sehab/Habi 2.
- SÃO PAULO (1989-1992). PMSF. Prefeitura do Município de São Paulo, Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano/ Sehab, Superintendência de Habitação Popular/ Habi. *Relatório de Gestão*.

- SÃO PAULO (1991). PMSP. Prefeitura do Município de São Paulo. *Da Utopia à Construção: A Participação Popular na Política Habitacional em São Paulo*. São Paulo, Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano.
- SZWAKO, José (2012). “Participar vale a pena, mas: a democracia participativa brasileira vista pelas lentes da utopia”. In: SOUTO, Ana Luiza Sales; PAZ, Rosângela Oliveira Dias da. (orgs.). *Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios*. São Paulo, Instituto Pólis, pp. 13-44
- VENTURA, Tiago (2016). Democracia e Participação: inovações democráticas e trajetória participativa no Brasil. *Cadernos EBAPE, BR*. São Paulo: FGV.
- YAZBEK, Maria Carmelita (2009). “Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social”. In: CFess/Abepss. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, CFess/Abepss, pp. 144-163.

ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COM MOVIMENTOS DE MORADIA: REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO SOCIAL NA EXPERIÊNCIA COM A UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO (UMM-SP)

Cleonice Dias dos Santos Hein¹
Rosângela Dias Oliveira da Paz²

INTRODUÇÃO

A UMM-SP foi fundada em 1987, com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelos direitos à moradia e à cidade, pela reforma urbana e autogestão na produção habitacional. É uma articulação de movimentos que atuam na área de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões de ocupações e loteamentos.

A reestruturação das cidades brasileiras, nos anos 1970, período da ditadura militar, com a urbanização marcada pela periferação das cidades de médio e de grande porte, contribuiu para o crescimento de favelas, cortiços e todas as formas de habitação precária, ao lado da concentração de renda, e da negligência quanto às necessidades sociais. Na década de 1980, os recursos para habitação popular vinham do Banco Nacional de Habitação (BNH), mas pouco atenderam à população de baixa renda. As obras eram executadas por construtoras, sem a participação dos moradores nas decisões acerca de sua moradia. Kovarick (1993, p. 28) ressalta

-
1. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Mestra em Serviço Social pela PUC-SP. Bacharel em Serviço Social pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, Brasil.
 2. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP. Professora e coordenadora do Nemos. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.

que, no pensamento elitista, a população não deve participar dos processos de decisão, já que não tem conhecimento para isso e, obviamente, “deve ser guiada por um minguado grupo de esclarecidos”. O cenário de reconstrução democrática no Brasil, pós-ditadura militar, fez surgir um modo de atuação dos movimentos sociais que combinou a luta direta com a negociação e a atuação em espaços de participação. Registra-se, nos anos 1990, a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), importante espaço de articulação política de pautas e lutas, e de encontro entre lideranças, profissionais, pesquisadores e professores.

A partir de 2003, com o governo Lula, tem-se um novo momento político, para a política urbana, da implantação do Ministério das Cidades, reivindicação dos movimentos sociais e do FNRU. Além da adoção de novos marcos legais, como a aprovação do Plano Nacional e do Sistema Nacional de Habitação, em referência aos programas de Habitação de Interesse Social (HIS), em âmbito federal, foi lançado o programa Crédito Solidário, em 2005, conquista dos movimentos de moradia, por destinar recursos públicos para a provisão habitacional por autogestão. Em 2009, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida e sua modalidade Entidades (PMCMV-E), destinada à população de baixa renda, organizada em associações. Além da possibilidade de gestão via movimentos, já disponível no programa Crédito Solidário, o PMCMV-E prevê a compra antecipada de terrenos e o recurso para o trabalho social, consideravelmente superior ao programa anterior³. Sua atuação começou na cidade de São Paulo e hoje há representação em âmbitos estadual e nacional⁴.

A UMM-SP, na luta pela moradia, atua direcionada à construção por meio de mutirão autogerido; pela possibilidade de incidir nos modos de produção e no processo como um todo: indica o terreno e a demanda; decide sobre a organização do trabalho; faz a gestão da obra e do pessoal que trabalha; articula com o governo. A autogestão na área habitacional envolve o trabalho coletivo que democratiza as relações entre seus componentes, que é o sentido para essa forma de trabalho. A autogestão não é apenas a construção de moradia e gestão de recursos, mas também de espaços nas cidades, para que possam ser geridos pela população, pelas comunidades, na busca da construção de cidades sustentáveis e melhor qualidade de vida.

3. Os recursos para o trabalho social dos movimentos de moradia, em programas anteriores, eram escassos ou não existiam.

4. A UMM-SP contribuiu para a criação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), que se consolidou, em 1989. Hoje atinge 23 estados brasileiros e está articulada também à Central de Movimentos Populares (CMP) e movimentos internacionais.

Para contribuir ao objetivo do estudo, foi considerada a experiência de trabalho profissional, elementos da pesquisa de doutorado e as narrativas de Leila Bomfim da Silva e Valter Silva, participantes no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste de São Paulo, que compõe a UMM-SP. Ambos são futuros moradores do projeto Alexios Jafet⁵. O espaço de contato mais direito que possibilita essa atuação é a assessoria técnica Ambiente Arquitetura⁶.

A metodologia escolhida para a reflexão é a da História Oral, pois sua utilização possibilita identificar elementos, na história de vida de um indivíduo, que se relacionem com a memória pública. Porém, não é tarefa fácil para o pesquisador. “É uma relação que tem a configuração de um mosaico, onde cada peça tem o seu significado, pois ali se articulam acontecimentos passados, lembranças narradas e vidas presentes” (Martinelli, 2015, p. 8).

No projeto Alexios Jafet, dentre as diversas particularidades que o envolve, ressalta-se que, para o trabalho social, foram contratados profissionais e estagiários/as apenas de Serviço Social pela particularidade da profissão, conforme destacado em Santos (2016, pp. 151-152), quando apresenta em seus estudos a narrativa de Isabel Cabral, uma das fundadoras da assessoria Ambiente Arquitetura:

Foi uma opção também que a gente teve, uma condição importante que a gente teve, essa oportunidade de ter, considerando o técnico social, mas de formação de assistente social, com um viés mais político, vamos dizer assim, que vem de uma trajetória também com movimento social, isso para nós é importante.

Importante salientar que, a defesa do trabalho do assistente social, com viés mais político, tem relação com um processo histórico de lutas e embasamento nas diretrizes da profissão que, pode ser observada no cotidiano dos profissionais que atuam com compromisso, no contexto dos movimentos sociais, e que utilizam

-
5. Está localizado no bairro do Jaraguá. É uma conquista da UMM-SP, por meio de três movimentos que se organizaram para construir 1.104 unidades habitacionais em mutirão e autogestão; é o primeiro projeto nessa proporção e modalidade no Brasil. Os três movimentos envolvem um grupo de famílias que participa do projeto por meio da Associação dos Trabalhadores Sem-Teto da Zona Noroeste (400 famílias); Anjos da Paz da Vila Santista (404 famílias); Associação por Habitação com Dignidade (300 famílias). Iniciado em 2008, o contrato foi assinado com a Caixa Econômica Federal, em 2010; no entanto, apenas em fevereiro de 2017 a obra foi iniciada. Atualmente, 2021, está em andamento.
 6. Assessoria técnica fundada em 1992 presta serviços técnicos (de arquitetura, nas áreas social e jurídica) especificamente a movimentos de moradia em projetos de HIS com autogestão. Atua com a UMM em âmbito nacional.

do arcabouço da profissão para realizar ações transformadoras. Em Hein, (2021, pp. 152-153) observamos o depoimento da arquiteta Renata Miron, que atua na assessoria Ambiente Arquitetura.

Eu trabalho há dez anos com a assessoria técnica [...] e eu acredito que o assistente social se diferencia dos outros técnicos sociais, porque ele vai trabalhar com as famílias, antes de tudo, a consciência crítica, buscando politizar os problemas cotidianos, no movimento de tentar emancipar pensamentos sem criar vínculos de dependências e não se limitando a fazer com que aquelas pessoas convivam bem no coletivo, o que já é um ganho muito grande, mas que elas consigam levar essas reflexões para a vida e que não fique só na questão da moradia. Eu acho que ele tem um papel importante também, dentro da equipe [...] alinhando projetos políticos e reafirmando as nossas ideologias, estimulando que a gente não se distancie muito e não deixe de criticar o que a gente vive, não deixe de criticar o que a gente reproduz [...] mediante as urgências dos próprios canteiros, que tudo é pra ontem, o assistente social nos ajuda [...] a não cair na alienação da reprodução do trabalho [...] não é uma ajuda, no sentido de conselho [...] quando a gente participa do trabalho com as famílias, enquanto ouvintes, inclusive, a gente também aprende [...] aí é impossível não refletir as questões [...] no nosso cotidiano profissional. (Diálogos de Renata Miron com a pesquisadora, 2020)

Este artigo é construído a partir da experiência acadêmica e profissional da autora, no projeto Alexios Jafet, Leila e Valter destacam-se por apresentar em suas narrativas muitos elementos reflexivos, que demonstram forte incorporação dos valores coletivos da formação política e podem contribuir de forma rica para o presente estudo.

O TRABALHO SOCIAL DO ASSISTENTE SOCIAL: LUTA POR DIREITOS E PIONEIRISMO NA ATUAÇÃO COM HABITAÇÃO SOCIAL

No Brasil, os profissionais de Serviço Social compõem o processo histórico de luta por direitos e são pioneiros no trabalho social em Habitação de Interesse Social. O profissional atua no contexto de contradições econômicas, sociais, políticas e culturais, sendo desafiado a efetivar medidas para seu enfrentamento. “A profissão é um produto histórico e, como tal, adquire sentido e inteligibilidade na história da sociedade da qual é parte e expressão” (Iamamoto, 2007, p. 203).

O trabalho técnico social é um processo de construção coletiva e um dos principais canais para fomentar ações que potencializem o fortalecimento da

atuação dos sujeitos políticos, na perspectiva de direitos e emancipação. O trabalho social em HIS, com ações voltadas para as famílias de baixa renda, deve ser compreendido no “contexto da configuração da questão urbana, a partir da segunda metade do século XX, marcada pela desigualdade social e segregação socioespacial, decorrentes do modelo político e econômico adotado nos diferentes momentos históricos” (Paz e Taboada, 2010, p. 45).

Na trajetória das políticas habitacionais, em especial no período de ditadura militar, era forte a convocação de profissionais para um trabalho social que possibilitasse a aceitação e adaptação das pessoas às formas de intervenção que eram oferecidas pelo governo. As remoções da população de baixa renda, para áreas distantes e sem participação e discussão de alternativas foram recorrentes no período. Nesse contexto, está o profissional de Serviço Social, pioneiro na atuação em HIS, conforme aponta Costa (2009, p. 3):

Os programas habitacionais, organizados mais intensamente desde a década de quarenta, buscaram apoio no trabalho social para a implementação das ações governamentais. Um dos primeiros profissionais envolvido nesse trabalho foi o Assistente Social, os quais se tornaram um dos principais protagonistas desse processo, exercendo o papel da mediação entre a população mais pobre, alvo dos programas, e o Estado; desenvolvendo uma prática tutelar e educativa que visava a aprovação, o aceite e a adaptação da população aos modelos dos programas habitacionais.

Essa forma de limitar as ações do trabalho social e dos profissionais, além de compor questões estruturais, culturais e responder ao mercado, também se utiliza do fato de que o assistente social é um trabalhador assalariado e, portanto, há que suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. De acordo com Yamamoto (2007, p. 28):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. [...] É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebelião e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

Nas décadas de 1950 e 1960, no campo da habitação, os profissionais atuavam em programas habitacionais na realização do trabalho social, que constituía

um processo de seleção e cadastro de famílias, uma prática de trabalho do Serviço Social tradicional, que, nas palavras de Netto (2001, p. 6), é “a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, orientada por uma ética liberal-burguesa”.

As décadas de 1960 e 1970, século XX, são marcadas pelo regime militar autoritário e punitivo; a conjuntura era de lutas e organização dos movimentos sociais contra essa forma de governo. O enfrentamento ao regime também foi feito por assistentes social, contudo: “Efetivamente, na imediata sequência do golpe de 1º de abril de 1964, dezenas de assistentes sociais foram objeto de perseguição, e muitas agências de formação (escolas, faculdades) sofreram constrangimentos ponderáveis, envolvendo seus corpos docentes e discentes [...] (Cefess, 2009, p. 29).

Abramides (2017, p. 183) destaca que os assistentes sociais se organizaram em sindicatos, como por exemplo, a “Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), em 1978, e, posteriormente, na Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983” e, deste modo, se reconheceram enquanto trabalhadores assalariados; participaram de mobilizações, greves e paralisações. Os profissionais de Serviço Social, influenciados pelo Movimento de Reconceituação⁷, (ponto de partida para a crítica ao Serviço Social tradicional) também organizados nas lutas sociais, passam a repensar seu papel na sociedade e buscam posições ideológicas que favoreçam os trabalhadores; novas práticas e novas discussões acerca da formação profissional.

No contexto da Constituição Federal de 1988 e mediante os avanços das conquistas profissionais, o Serviço Social busca romper com o pensamento conservador, assistencialista, e passa a afirmar a atuação dentro da perspectiva de direitos. Somam-se, ao amadurecimento desse projeto profissional, os acontecimentos que culminaram na conquista da Constituição de 1988, e a necessidade de revisão do Código de Ética de 1986. Assim, os profissionais de Serviço Social organizaram-se em seminários e congressos, na década de 1990, contribuindo para o novo Código de Ética de 1993⁸.

7. O Movimento de Reconceituação é um dos marcos do Serviço Social que propõe o rompimento com as práticas tradicionais conservadoras. Por meio desse movimento, foi possível a construção de pensamentos e ações de profissionais mais críticos, capazes de atuar a partir do desvendamento da realidade (Netto, 2005).

8. Lei 862/1993 de Regulamentação da Profissão de Serviço Social. Atualmente está na edição n. 10, revista e atualizada. Em 2010, no 39º Encontro Nacional Cfess/Cress, na cidade de Florianópolis/SC, foram aprovadas alterações no código com ampliação e revisão, introduzidas pelas Resoluções Cfess n. 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011. A Lei 12.317/2010 institui a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução salarial para assistentes sociais.

O profissional de Serviço Social atua no contexto de contradições econômico-sociais e é capaz de efetivar medidas eficientes para seu enfrentamento. É fundamental que sua atuação tenha o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (Brasil, 2011, p. 24).

As ações no campo profissional são permeadas por uma dimensão política, uma vez que “toda atividade social possui uma dimensão política e assim é com a profissão de Serviço Social” (Rossatto, 2017, pp. 134-135). A dimensão política do Serviço Social, “é um processo, assim, não se apreende isoladamente, mas no conjunto das relações humanas”. No entanto, é um desafio para o profissional atuar no contexto em que há ausências de respostas, por parte do Estado, às demandas de trabalho, saúde, educação, equipamentos, serviços públicos e, especialmente, moradia.

A carência de moradia explicita a questão urbana, que é uma das expressões da “questão social”. Em sua trajetória, o profissional de Serviço Social constrói e reconstrói pautas e formas de intervenções; produz conhecimento; e utiliza-se das experiências do cotidiano para abrir um leque de possibilidades na atuação no contexto das contradições capitalistas. Ainda que na conjuntura dos programas habitacionais, o Estado tenha direcionado e limitado as ações do trabalho social voltadas a “amenizar” situações de conflitos e realizar trabalhos pontuais que contribuam para a manutenção da ordem existente, os profissionais de Serviço Social dispõem de atribuições específicas e de fundamental importância no enfrentamento à segregação das cidades, contribuindo para as lutas pela garantia de direitos dos trabalhadores. A profissão tem estreita relação com as causas sociais e, no campo da questão urbana, compõe as lutas pela Reforma Urbana, pelo direito à cidade e moradia digna. A seguir, apresenta-se o Quadro 1, com o resumo dos programas de habitação e a participação dos assistentes sociais.

Quadro 1 – Quadro resumo da trajetória do trabalho social em HIS (2019)

Anos	Programas / Financiamentos	Atuação Profissional e Trabalho Social
1930	Estímulo ao aluguel e à casa própria e a Financiamentos, por meio de Institutos de Aposentadoria e Pensão	Profissionais atuavam em favelas
1946 1960	Fundação da Casa Popular (FCP)	Ausência de respostas do Estado, os profissionais atuavam por práticas imediatistas
1964 1970	BNH; Cohabs	Os profissionais buscam romper com práticas imediatistas; compõem as lutas sociais do período
1970 1986	BNH; Cohabs; Inoocops	Atuação comprometida com ações na perspectiva de direitos e com as lutas sociais
1989 1990	Foram criados programas de Mutirões Autogeridos, sendo a cidade de São Paulo, a que teve habitações realizadas nesta modalidade.	Atuação em processos de mutirão com movimentos sociais, tanto por contratação direta dos movimentos, como via poder público
1990 1992	Paih; Prohap; PEP	Atuação em processos de mobilização e participação no espaço de construções de moradias
1993	Habitar	Atuação na organização comunitária; educação sanitária; e geração de renda
1999	Habitar Brasil; BID	O trabalho social era contrapartida das prefeituras
2004	Crédito Solidário	Possibilidade, em âmbito federal, de recursos para o trabalho social em HIS com movimentos de moradia
2007 2009	PAC	Intervenções de provisão habitacional, e em intervenções de urbanização de assentamentos precários. Trabalho social orientado pela Instrução Normativa 8/2009 que regulamenta o trabalho social nas ações e programas geridos pelo Ministério das Cidades no PAC, em todo o Brasil
2009 2019	PMCMV; PMCMV-E, com a possibilidade de construir com mutirão e autogestão na produção habitacional	Os profissionais atuam via poder público no PMCMV; com os movimentos sociais no PMCMV-E; normatização do trabalho social; maior recurso para o trabalho social com movimentos de moradia; conquista das lutas sociais; o trabalho social é componente da política urbana (conquista)

Fonte: Elaboração Hein, C. D. S com base nos estudos de Paz (2017).

A ideologia capitalista fomenta a injustiça social à medida que é fundamentada na exploração das classes dominadas, criando mecanismos de dominação e de controle social que impedem as classes dominadas de reagir. Por isso, é importante que os profissionais sejam capazes de interpretar a realidade no cotidiano, identificando esses mecanismos: ter visão crítica; cultivar conhecimentos e habilidades de investigação e com engajamento político para desmistificar os fundamentos da ideologia capitalista e traçar estratégias de luta para a superação das desigualdades e enfrentamento da luta de classes.

A profissão tem estreita relação com as causas sociais e, no campo da questão urbana, compõe as lutas pela Reforma Urbana, pelo direito à cidade e moradia digna.

Trabalho social do assistente social

O trabalho social é aqui compreendido como um processo de construção coletiva e um dos principais canais para fomentar ações que fortaleçam a atuação dos sujeitos políticos, na perspectiva de direitos e emancipação. Defende-se, no presente estudo, a ideia de emancipação humana, que difere da emancipação política e resulta da revolução burguesa, compondo, portanto, a emancipação da burguesia em específico, não da humanidade (Marx, 2010).

No trabalho social em habitação, há produtos estabelecidos nos programas e financiamentos públicos, mas defende-se que o trabalho social não é um produto. Ele é composto de processos, que não são visíveis e palpáveis, como o avanço de uma obra.

O trabalho social é essencialmente um processo de trabalho em territórios, centrado na participação e organização coletiva [...]. Implica conhecer as relações que se estabelecem nos territórios, as disputas e os conflitos e intervir junto à população, as famílias, os movimentos sociais, as redes e organizações, respeitando as características socioculturais. (Paz, 2019, p. 46)

Nessa perspectiva, a “medição” do trabalho social não pode ficar restrita à lógica financeira que pré-estabelece produtos, em que, muitas vezes, o investimento para o trabalho social fica relegado ao “possível” e não ao “necessário. Mas sabe-se que: “Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem em coisas materiais autônomas, ainda que tenham uma objetividade social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços” (Iamamoto, 2007, p. 68).

O trabalho social deve ser um trabalho que permita a apreensão da realidade de forma crítica, e com as ações alinhadas aos valores da classe trabalhadora. Defende-se o pensamento crítico como aquele que possibilita enxergar o real, para além daquilo que está sendo mostrado. Além da atuação embasada por um projeto político em defesa da classe trabalhadora, o profissional de Serviço Social conta com a instrumentalidade, assim definida por Guerra (2000, p. 1): “[...] a instrumentalidade no exercício profissional refere-se, não ao conjunto de instrumentos e técnicas (neste caso, a instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico”.

Assim, por meio do conhecimento adquirido na atuação profissional, o assistente social pode intervir na realidade, ou, nas palavras da autora, os assistentes sociais “modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano” (Guerra, 2000, p. 2). Os profissionais utilizam, criam e adequam as condições existentes, transformando-as em instrumentos que concretizam as intencionalidades.

Considera-se que, no contexto da sociedade capitalista, a atuação com os movimentos de moradia em projetos de habitação pode ser um dos caminhos para tentar a transformação social. O arsenal da profissão de Serviço Social contribui para potencializar as ações críticas transformadoras de profissionais comprometidos com a luta por direitos.

LEILA BOMFIM E VALTER SILVA – NO COTIDIANO DOS TRABALHADORES SEM-TETO DA UMM-SP: TRAJETÓRIAS NA CIDADE

Iniciamos este tópico com as narrativas de Leila Bomfim, que nasceu no bairro Jardim Maria Luiza, **zona sul** de São Paulo, onde morou até os 5 anos de idade, em casa cedida pela tia. Relatou que, um dia, seu pai, sem motivo aparente, reuniu-a com os irmãos e fugiu com eles de charrete pela cidade de São Paulo, no entanto, logo foram localizados pela mãe.

Ela, cansada de ficar na casa do meu tio, aproveitou que meu pai estava fora, passou a mão na gente e foi embora para a casa do irmão dela em São Miguel [zona leste]. Ela atravessou a cidade com cinco crianças pequenas sendo eu a

*mais velha, com seis anos. Meu pai acabou nos achando [...]. Meu pai chegou com a grande notícia de que ele tinha arrumado uma casa e que iríamos nos mudar para a **zona norte** de São Paulo. (Leila, depoimento em 2018)*

A moradia deve ser compreendida como necessidade fundamental do ser humano e considerada para além da casa, ou seja, na sua inserção urbana; em um espaço com infraestrutura, com qualidade de serviços e equipamentos públicos. No contexto do capital, a moradia é considerada mercadoria, com vínculo de propriedade. Já para o trabalhador, a moradia é o espaço onde a vida acontece. É o abrigo, o lugar de descanso, vivências, alegrias e tristezas. Conforme destaca Valter:

Eu tô na luta aí desde 2004, pela moradia, pela minha casa própria devido a muitos acontecimentos na minha vida. Quando eu era criança, morei minha infância inteira na vila Brasilândia. E lá é um bairro pobre, não tinha asfalto, não tinha água, não tinha luz, mas era um lugar feliz de morar porque a gente tinha quintal grande, a gente tinha criação de bichos, galinha, porcos e outras coisas. E eu era feliz pra caramba! meu pai trabalhava, minha mãe ficava em casa com a gente. (Valter, depoimento em 2020)

Além da violência urbana e dos deslocamentos em busca de condições melhores de sobrevivência, há ainda as dificuldades vivenciadas pelas mulheres, que, historicamente, são vítimas de violência e preconceito. A globalização⁹ impõe, as pessoas, a ideologia burguesa; culpabiliza o indivíduo por seu fracasso, ou “conquista” de objetivos e sonhos, muitas vezes relacionados ao consumo (desejo provocado no homem pela ideologia capitalista), além de criar nos indivíduos um mundo de ansiedades.

O meu pai bebia muito e já não trabalhava. Quem sustentava os filhos e meu pai, era minha mãe. Quando o meu pai bebia, ele era muito violento tanto com minha mãe quanto com meus irmãos. Meu pai reproduzia o racismo, pois, mesmo ele sendo negro, tinha comportamento racista. Ele dizia para minha mãe que a família dele não gostava dela porque ela era negra demais para ele. (Leila, depoimento em 2018)

9. A globalização é uma das saídas encontrada pelas classes burguesas para a expansão e manutenção do sistema capitalista. É comumente relacionada ao processo de produção neoliberal, no entanto, Marx sinalizou em diversos estudos que esse processo já existia nos períodos iniciais do capitalismo. “Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda, parte” (Marx e Engels, 1999, p. 12).

Meu pai começou a tretar com minha mãe devido a ciúmes porque ela queria estudar e queria trabalhar, e foi doando partes do terreno que era nossa casa, deu pra um amigo, vendeu outro, pegava o dinheiro e ia pra Bahia, gastava, voltava e vendia outra parte. Até que chegou um dia que ele vendeu a casa com a gente dentro. [...] A gente falou: - E agora o que fazer? (Valer, depoimento em 2020)

Nas narrativas apresentadas, reproduz-se a lógica do preconceito, da opressão e da violência. Todos nós estamos sujeitos a essa reprodução, considerando que “as ideias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes”. (Marx e Engels, 1999, p. 72). Os setores da classe dominante sustentam a construção de representações sociais acerca das favelas e das pessoas que vivem ali, suscitando no imaginário social a ideia de que na favela residem os criminosos, malandros, a vagabundagem, enfim, um aparente contexto de desordem social. Também há o imaginário da população que mora nas favelas, como aquelas pessoas que usurpam os recursos públicos, por viverem em espaços na cidade que poderiam ter utilidades mais lucrativas. A narrativa indica a ideologia da culpabilização dos sujeitos.

Nós, morando na favela do Dionísia, veio a notícia que a prefeitura iria tirar todo mundo de lá e ia dar um apartamento para essas famílias. Aí minha mãe acabou vindo morar no Jaraguá, zona noroeste. Senti mais medo quando eu tive que sair da minha casa e fui morar na favela, pois, para mim, naquela época, era uma vergonha morar num barraco. Minha transição da favela para um apartamento no Jaraguá, eu senti mais, pois, como era longe, eu acabei ficando afastada da minha família. (Leila, depoimento em 2018)

Eu morava numa casa que só tinha um corredorzinho e a rua da frente era uma avenida movimentada e atrás tinha um escadão que era ponto de venda de droga, então minhas crianças ficavam em casa o dia inteiro. Ficava trancada o dia inteiro dentro de casa, era da escola pra casa ou quando chegava do trabalho para levar na praça para dar uma voltinha eu via muita coisa que eu queria que eles não vissem né? (Valter, depoimento em 2020)

O indivíduo é responsável pelo fracasso ou a “conquista” de objetivos e sonhos, muitas vezes, relacionados ao consumo. O medo, colocado ao trabalhador que reside em ocupações irregulares, é aqui compreendido como o medo socialmente partilhado, embasado na cultura da classe dominante.

O fato de ser favelado tem desqualificado o indivíduo da condição de habitante urbano, pois retira-lhe a possibilidade de exercício de uma defesa que

se processa entorno da questão da moradia. Ocupante de terra alheia, o favelado passa a ser definido por sua situação de ilegalidade. (Kowarick, 1979, pp. 91-92)

Observa-se nas narrativas de Valter e Leila que ambos demonstram compreender os processos que levam o trabalhador às condições de vulnerabilidade. Está presente a capacidade de ambos para reflexões a respeito da reprodução da violência e da possibilidade de mudança, o olhar crítico dos participantes no estudo para a realidade é algo que só pode ser compreendido pela perspectiva do processo histórico.

Trajetória de Leila e Valter no movimento de moradia: a herança de luta

Devido à sua condição de trabalhadoras que passaram a vida em busca de um lugar na cidade para morar, as mães de Leila e Valter os estimulam para que tenham seu “teto”.

Minha mãe, passando em um projeto do Movimento de Moradia, [...] perguntou para alguém lá como é que o pessoal fez para conseguir entrar naquele projeto. Ai eles falaram para minha mãe, que era através de inscrição lá na Barra Funda. (Leila, depoimento em 2018)

Eu tô desde 2004 no movimento, participo desde as reuniões de bairro, desde quando minha mãe passou pro meu nome e falou: Oh, é pra você! agora você tem que tocar. (Valter, depoimento em 2020)

Leila e Valter, inicialmente, não acreditam nas ações dos movimentos de moradia, mas, as identidades de classe “se formam quando há reações concretas de lutas para não aceitar passivamente aquilo que está estabelecido por força da classe dominante” (Bogo, 2010, p. 116).

Minha mãe pegou e falou assim: Leila, eu falei com pessoal e eles falaram que tem inscrição e eu quero que você vá. Eu falei assim: “Eu não vou porque eu não acredito nisso” e minha mãe falou: “Você vai, [...] porque você mora no meu teto”, então, você vai porque um dia você tem que ter a sua casa. [...] Eu saía do serviço e ia para o grupo de base¹⁰ mais próximo do meu serviço, que era na Casa

10. Os grupos de base, conforme já destacado, são compostos de famílias do movimento.

Verde. [...] Aí, como foi passando os anos, eu fui tomando conhecimento, eu fui amadurecendo. Eu comecei a participar um pouquinho mais. Eu comecei a participar, eu comecei a ajudar a coordenar e aí eu fui aprendendo a falar um pouco mais. (Leila, depoimento em 2018)

No começo eu não acreditava não, aí comecei a ir para a manifestação, vê como é que as coisas andam, entender um pouco mais de política devido ao movimento, comecei a prestar atenção mais no que acontece na cidade, no que acontece pela moradia, por exemplo CDHU, Cingapura, ocupações. Eu comecei a entender um pouco mais disso, porque era uma coisa que não passava pela minha cabeça. Eu achava que quem que ocupava terreno era porque queria ganhar alguma coisa em cima, não pela necessidade da casa própria. Aí eu comecei a prestar atenção e eu vi que São Paulo tem mais casa vazia do que a gente imagina e ninguém toma uma providência sobre isso, e se a gente entrar a gente leva uma borracha da polícia, e sei lá é mais ou menos isso aí. (Valter, depoimento em 2020)

Ambos narram como chegaram ao movimento sem confiança, contudo, após compreenderem mais aspectos da política, é que começaram a prestar atenção à realidade da cidade. Indicam essa realidade como algo que não passava por suas cabeças, pois ela estava oculta pelas ideologias burguesas e, a partir dos elementos de formação política que apreenderam nos espaços de trabalho e formação da UMM-SP, é que conseguem realizar as análises críticas acerca da realidade, elementos necessários à consciência de classe. “O ser humano só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado, como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira” (Lefebvre, 2008, p. 79).

Os participantes apresentam os espaços coletivos estimulados pelo movimento de moradia, como dimensão de identidade entre os trabalhadores e o fortalecimento das potencialidades dos envolvidos. A participação na construção e autogestão da moradia evidencia valores que desconstroem a ideia de relações humanas como coisa ou mercadoria.

Às vezes, você tá com sede, vem uma pessoa que você nem imagina e empresta o copo pra você beber água, às vezes te dá água, te dá as coisas, então tipo, essa união faz o diferencial do movimento de outras coisas, porque além de a gente tá aprendendo a conviver um com o outro, aqui a gente tá aprendendo a ser um pouco mais humano, porque a gente se põe no lugar do outro, a gente vive a angústia do outro aqui. E é isso aí. Isso é uma das coisas que me fez acreditar aqui no movimento também. (Valter, depoimento em 2020)

Para ambos, a moradia não é um objeto sem vida, mas um espaço de relações humanas com valores, como amizade, amor, união, companheirismo, que estimula a sociabilidade coletiva; e respeito às decisões dos trabalhadores sobre os temas que envolvem suas vidas. Destaca-se a solidariedade entre os trabalhadores que criam identidade de luta e afetividade entre si e compartilham a mesma realidade, no reconhecimento como classe. “A classe é definida pelos homens ao viver sua própria história e, ao final, é a única definição” (Thompson, 1984, p. 34).

Os valores coletivos e humanizados do movimento estão na consciência de Leila e Valter e são evidenciados quando narram suas trajetórias, suas ações e nas suas ideias de coletivo, de que não é possível fazer isso sozinhos.

Nas narrativas, há elementos comumente destacados pelas lideranças e profissionais do Serviço Social, durante a formação política com as famílias.

Uma obra deste porte, ela não afeta somente as famílias que vão morar ali, né? Ela afeta o bairro, ela afeta a cidade porque da noite para o dia haverá mil cento e quatro famílias morando lá dentro daquele bairro [...]. Em nossa luta, ali dentro do projeto, a gente está aprendendo que não é uma luta só por moradia, a moradia é uma consequência. Então, assim, o movimento de moradia, ele ajuda para que a gente se conscientize e pense sempre no mais, então, a gente não vai querer só a moradia. A moradia vai sanar parte dos nossos problemas, porque depois de nós conseguirmos nossa moradia, nós vamos querer um transporte de qualidade [...]. Vamos querer ter uma educação de qualidade, nós vamos querer que tenha escola, faculdade, vamos querer algo que ajude na evolução. Na evolução mental, psicológica, em toda a evolução de nossos filhos, né. (Leila, depoimento em 2018)

Eu gosto do movimento, às vezes a gente briga, a gente discute, mas a democracia é isso, acredito no movimento. Assim que terminar a minha casa eu vou continuar no movimento ainda. Eu não vou virar as costas não porque da mesma forma que a gente tá conseguindo tem outras pessoas que passam pela mesma situação que eu passei ou até pior. (Valter, depoimento em 2018)

As narrativas expressam a discussão realizada na formação política, que trata a moradia como a porta de entrada para conquistar os demais direitos. Observa-se a consciência de que há dificuldades impostas aos trabalhadores que têm seus direitos negligenciados e, como alternativa, indicam o caminho da luta.

No cotidiano dos trabalhadores, a herança que se pode almejar é, muitas vezes, a possibilidade de obter trabalho, moradia e mudança da condição de vulnerabilidade, mas, no espaço do movimento, esses desejos se ampliam, não para a lógica do consumo, mas pelo projeto coletivo. Os processos vivenciados no

movimento possibilitam que a história de vida de um forneça elementos para a antecipação da luta do outro. No caso das famílias de Leila e Valter, há visivelmente o processo de herança de luta e construção de história:

Com a vinda do Gabriel, eu levo ele em todos os momentos do nosso projeto para ele crescer aprendendo qual foi a luta que nós tivemos. Quais foram as dificuldades que nós tivemos para conquistar o nosso projeto. Então, assim, ele já tem um pouco de noção, mesmo ele tendo cinco aninhos, do que é o projeto para nossa família. Ele sabe um pouquinho das dificuldades, porque não é fácil tirar ele da cama cedo em pleno final de semana e levar ele pra lá, para obra. Eu tento explicar para ele o quanto é importante essa participação lá dentro do projeto. O quanto é importante a participação das mil cento e quatro famílias ali dentro. Cada um, ali dentro, tem uma representatividade muito forte. Cada pessoa, ali dentro, ela tem uma importância muito grande [...]. E as crianças lá dentro, elas têm a sua importância, elas também estão construindo a sua história. (Leila, depoimento em 2018)

Meu moleque entende esse negócio do social, melhorou até a parte da aprendizagem deles na escola, devido história, nem tudo que ele vê na tv ele acredita! Por causa disso aí, porque a gente começou a ter uma convivência com pessoas que têm ideias que eram diferentes das minhas. E aí nessa discussão de ideias a gente acaba criando um senso crítico, a gente começa a prestar atenção nas coisas. (Valter Silva, depoimento em 2020)

Os aprendizados de luta e dos valores que contribuem para a sociabilidade coletiva, aprendida por Leila e Valter, agora são repassados para seus filhos, que já vêm compreendendo a importância da união em prol dos interesses coletivos.

Trajatória dos participantes nos espaços de trabalho social com o assistente social

Defende-se o trabalho social com as famílias que participam dos movimentos vinculados à UMM-SP, como uma das possibilidades de contribuir com o trabalhador para que seu “tempo para a formação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o cumprimento de funções sociais, para relações sociais, de trabalho” (Marx, 2013, p. 337) seja compreendido de forma diferente dos interesses do capital que trata o tempo do trabalhador como “futilidade”, onde:

Em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais-trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de

trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. [...] O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. (Marx, 2013, p. 337)

Nesse contexto, estão inseridos os assistentes sociais, que compõem a equipe social da assessoria técnica Ambiente Arquitetura, e atuam com a UMM-SP, que realiza o trabalho com relativa autonomia, considerando que ainda que a atuação seja com movimentos de moradia:

Durante o período em que trabalha, sua atividade é socialmente apropriada por outro: o sujeito que trabalha não tem o poder de livremente estabelecer suas prioridades [...] direcionar o trabalho segundo suas intenções. [...] Simultaneamente o assistente social tem como base de sustentação de sua relativa autonomia [...] o próprio caráter contraditório das relações sociais. (Iamamoto, 2008, p. 422)

Milton Santos (2004, p. 39) chama atenção para a possibilidade de “desmistificar o homem”, que seria, na concepção do autor, “revalorizar o trabalho e revalorizar o próprio homem, para que ele não seja mais tratado como valor de troca”.

O trabalho dos assistentes sociais, que atuam com a UMM-SP, é pensando em olhar para a realidade de forma crítica as ações são alinhadas com os valores da classe trabalhadora. A equipe mantém o registro dos processos e das narrativas dos participantes nas atividades. Desse modo, para contribuir com a reflexão do artigo, apresentam-se as narrativas autorizadas e as reflexões de Leila e Valter, que ocorreram durante as ações do trabalho social, entre os anos de 2011 e 2020.

Em 2010, teve início o trabalho social com as famílias no projeto Alexios Jafet. Uma das primeiras atividades da equipe social foi o debate sobre o trabalho social do assistente social na perspectiva de direitos e, portanto, relacionado a processos que contribuam para as mudanças sociais, que é diferente do trabalho assistencialista, que atende ao imediato, além disso, favorece os interesses da classe burguesa. Leila questiona:

Eu não concordo. As pessoas não sabem fazer as coisas e sempre me pedem, por exemplo, daí eu faço tudo que eu posso para elas. Acho que o assistente social do movimento tem que fazer as coisas para ajudar as pessoas. (Leila, depoimento em 2018)

Com o passar do tempo e no decorrer das atividades do trabalho social, no final do ano de 2011, Leila procurou a assistente social para revelar:

[...] As pessoas não aprendem com trabalho assistencialista, né? Alguém vai lá, faz e acabou. Daí a pessoa não participa e não aprende e, sem aprender, não dá para mudar a mente. (Leila, depoimento em 2018)

O aprendizado é um processo e, portanto, não é palpável e fácil de ser visualizado no dia a dia do trabalho. Muitas vezes, as narrativas trazem esses processos, e, portanto, são importantes também no cotidiano da atuação profissional.

Durante um ano, foi observado que os participantes, ainda que parecessem contrariados com determinadas decisões, não se manifestavam durante as colocações da coordenação do movimento. Ainda que a coordenação não os impeça, a ideologia de “permanecer calados” é muito difícil de ser desconstruída no imaginário dos trabalhadores.

No início de 2012, após uma atividade do trabalho social que tratou de “posicionamentos e neutralidade”, o grupo passou a debater as dificuldades de se organizar para construir a casa do caseiro no terreno do projeto. O debate durou horas, pois o grupo não conseguia chegar a um consenso, e Leila, então, dirigiu-se à coordenação:

Ah, não serei mais neutra não, então vou falar: se não conseguimos nem nos organizar para levantar a casa do caseiro que é algo simples e de madeira, como faremos para levantar os prédios de treze andares? (Leila, depoimento em 2012)

Leila parece ter compreendido ainda mais que aquele é o espaço dela, bem como de todos os presentes. Parece ter compreendido o debate acerca da neutralidade e o quanto isso poderia afetar as decisões coletivas. Avançando um pouco no tempo, em 2015, a equipe social realizou uma dinâmica com as famílias participantes para elaborar coletivamente uma linha do tempo, com as atividades já realizadas até então e como foi, para eles, o processo de aprendizado.

Quando o trabalho social começou, eu mal conseguia elaborar uma planilha, mas quase todas as atividades demandavam ter esse conhecimento. Eu consegui até fazer umas fórmulas que facilitaram a vida e na convivência com a coordenação do movimento, com os profissionais da assessoria, agente financeiro e poder público, eu aprendi coisas que eu jamais teria se não tivesse participado de um processo assim. Hoje eu sei os termos técnicos. (Leila, depoimento em 2015)

A narrativa indica que os aprendizados de Leila estão vinculados ao processo de troca com as outras pessoas. Desconstrói a ideia de que o trabalhador não é

capaz de compreender “termos técnicos”¹¹ e de que a linguagem não deve ser tão técnica. A ideia de que é preciso ter uma linguagem menos rebuscada e com poucos termos técnicos para trabalhar com a população é uma forma de evitar que o trabalhador compreenda facilmente os próprios direitos. Nesse sentido, os assistentes sociais, que atuam na assessoria técnica, utilizam os termos técnicos e explicam seu significado, contribuindo para o aprendizado e, principalmente, o enfrentamento das ideais contrárias à realidade dos trabalhadores.

Em 2017, os profissionais utilizaram a imagem da pirâmide capitalista para ilustrar, aos participantes, as formas de poder na sociedade, a questão da exploração do trabalho e quem estava na base da pirâmide. Acerca desta temática, destaca Valter:

O trabalho social é superimportante no projeto, porque além da gente não ficar só naquele negócio de mão na massa, trabalhar e construir, com o trabalho social a gente tá aprendendo o que engloba a gente, o que é sociedade, o que é o entorno da obra, o que engloba onde a gente vai morar, e referente a tudo à política, economia, o conceito, como lidar com as diferenças, como lidar com as coisas que a gente não conhece e entre outras. Por exemplo, essa semana eu tava lembrando com meus amigos aqui, um trabalho social que passou que foi muito importante que explicava sobre a pirâmide do capitalismo, de quem levava o maior peso, quem ficava com o peso do capitalismo que é nós, os trabalhadores, a classe operária. E aconteceu um fato engraçado que eu peguei e falei assim: “Nossa isso aqui tá igualzinho o que foi passado no social, a hierarquia tá lá em cima só colhendo os frutos e a gente tá aqui trabalhando e sem poder reclamar dos nossos direitos”, devido à política que tá acontecendo no nosso país, a forma que tá sendo conduzida as coisas. (Valter, depoimento em 2020)

A compreensão do mundo em que ele está inserido contribui para o papel de protagonismo, fugindo do papel de mero espectador que a cultura capitalista tenta impor aos trabalhadores. Tal compreensão é fundamental para o enfrentamento dos ardis capitalistas. O trabalho social contribui para a ruptura do cotidiano e a transgressão da ordem estabelecida pelo sistema capitalista. “Pois é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão. E aí a desordem é outra, como é outra a criação” (Martins, 1998, p. 6).

11. Um trabalhador participante no movimento de moradia comparece às reuniões em órgãos públicos, cartórios, ou com agentes financeiros. Nesses espaços, as falas são conforme as portarias e legislações criadas com termos complexos, de forma que chegam a ser incompreensíveis.

Pode-se considerar que Valter apreendeu, pelo trabalho social, elementos que estimularam o pensamento crítico e, a partir das situações que ele vivencia em seu cotidiano enquanto trabalhador, realiza as reflexões acerca da realidade e de como as coisas são na sociedade. “A reforma da consciência consiste unicamente no fato de deixar o mundo interiorizar sua consciência, despertando-o do sonho sobre si mesmo, explicando-lhe suas próprias ações” (Marx, 2010, p. 72).

Em 2018, durante reunião para avaliar o trabalho social com as comissões CAO, CRE e a coordenação do movimento, uma das coordenadoras apontou que o trabalho da profissional não estava cumprindo sua função, e que o trabalho social tem a função de realizar dinâmicas que deixem as pessoas felizes. A colocação da coordenadora, ao mesmo tempo que incorpora a imagem social da ideologia burguesa em relação ao assistente social, que realiza esse trabalho, revela a necessidade de que a profissional elabore, proponha e propague estratégias que possibilitem a desconstrução da imagem do “profissional assistencialista”. A equipe estimulou o grupo a refletir sobre a avaliação realizada, afinal, são espaços democráticos e de aprendizados, salientando a importância da opinião do grupo. Leila manifesta-se:

Eu acho assim, o que é importante, para nós, é o conteúdo. Não adianta nada fazer dinâmicas para deixar o povo feliz e o que realmente precisa ser dito e feito não é. Então, o trabalho social está cumprindo, em minha opinião, o papel dele, já que o conteúdo é bom e as pessoas estão entendendo e até praticando. Para mim tá ótimo e eu acho que, para as outras pessoas também, ao menos do grupo Verde¹³ sim, estão até fazendo mais perguntas. (Leila, depoimento em 2018)

O assistente social contribui também para a formação política do movimento, ao trabalhar os interesses coletivos, em contraposição às ideias que transformam as relações em coisas. O profissional de Serviço Social tem a possibilidade e capacidade de politizar os instrumentos. Pode utilizar de assembleias, reuniões, comissões, uso de imagens, nas festas, assembleias e em todos os instrumentos que são criados e utilizados com intencionalidade política.

NOTAS CONCLUSIVAS

A luta histórica dos movimentos de moradia, em especial a UMM-SP, no enfrentamento às respostas insuficientes do Estado, em relação aos direitos básicos dos trabalhadores, culminou em propostas de programas habitacionais, tornando o mutirão com autogestão uma política pública, e o trabalho social um componente da política urbana. No contexto de lutas, inserem-se os assistentes sociais, primeiros profissionais a atuarem na área de HIS com trabalho social, mas que também

têm sua trajetória marcada por fortes enfrentamentos políticos às ações conservadoras e em prol da classe trabalhadora. O trabalho social tem direção política, voltada à formação de sujeitos autônomos, críticos, que lutam por direitos sociais e qualidade de vida para todos. Entretanto, a formação de valores coletivos está na contramão dos valores neoliberais que perpassam toda a vida em nossa sociedade capitalista. Os valores neoliberais reforçam a perpetuação das desigualdades sociais e mascaram seus verdadeiros interesses para a classe trabalhadora, em prol dos privilégios de uma minoria dominante. Assim, a presença dos profissionais de Serviço Social agrega questões importantes ao processo, visto que essa profissão possibilita intervir na realidade a partir da perspectiva crítica.

É possível, ao profissional de Serviço Social, por meio de seus conhecimentos teóricos e práticos, e da perspectiva da instrumentalidade e, em especial, por ser uma profissão com direção política para a organização da classe trabalhadora, a contribuição para a formação política; ações transformadoras e para a sociabilidade coletiva. Destaca-se que, para o assistente social, no trabalho com grupos, “não basta educar e politizar o ser social, é preciso intervir na circunstância em que ele vive para criar novas circunstâncias” (Bogo, 2010, p. 155).

Se o foco de formação política dos participantes na UMM-SP não estiver embasado na consciência de classe para que a organização política dos trabalhadores seja fortalecida rumo à autonomia e emancipação das amarras do capital, podem surgir riscos de perda política nos processos de luta. Por outro lado, as contribuições do Movimento, e suas lideranças, possibilitam aos trabalhadores a apreensão de elementos que os fazem avançar dentro e fora dos espaços do movimento.

Então, por mais que o capital queira, a expressão da verdadeira cultura não está na televisão, por mais que tente impor padrões de consumo e influir no comportamento. Na informalidade, as massas são desobedientes à ordem e [...] estabelecem relações de afetividade e convivência. (Bogo, 2010, p. 158)

A compreensão dos participantes acerca dos elementos que lhes são apresentados pelo trabalho social não ocorre em apenas uma atividade, ao contrário, é no processo desse trabalho, na participação deles nas atividades, na vontade e disposição em debater, questionar, enfrentar e propor. E, no caso do projeto Alexios Jafet, ao passo que o tempo de espera colocado pelo Estado, para atender aos trabalhadores com moradia, contribui para a violação dos direitos, o trabalho social pode contribuir com os enfrentamentos a essas violações de direito.

São narrativas que criam identidade de luta e afetividade entre os que compartilham a mesma realidade, no reconhecimento como classe. “A classe é definida pelos homens ao viver sua própria história e, ao final, é a única definição” (Thompson, 2004, p. 34).

No contexto das contradições do capital, é possível, ao trabalhador, romper com a lógica da sociedade burguesa, pois “não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História”. Na prática é que estão as condições de “transformação do impossível em possível” (Martins, 1998, p. 6).

REFERÊNCIAS

- BOGO, Ademar (2010). *Identidade e luta de classes*. São Paulo, Expressão Popular.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO (2011). *Código de ética do(a) assistente social*. Lei n. 8.662/1993, de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília, Conselho Federal de Serviço Social.
- COSTA, Solange Maria Gayoso da (2009). Política habitacional e trabalho social: um olhar crítico sobre o projeto de trabalho técnico social. Artigo. *IV JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas*. São Luís, UFMA. v. 1. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/9_estados-e-lutas-sociais/politica-habitacional-e-trabalho-social-um-olhar-critico-sobre-o-projeto-de-trabalho-tecnico-so.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- GUERRA, Yolanda (2000). “A instrumentalidade no trabalho do assistente social”. Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Capacitação em Serviço Social e Política Social, *Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais*, Cfess/Abepss- UNB.
- HEIN, Cleonice Dias dos Santos (2020). *Qual a contribuição do Trabalho do Assistente Social para a sociabilidade coletiva?* Tese de doutoramento em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- IAMAMOTO, Marilda Villela (2007). *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 11. ed. São Paulo, Cortez.
- KOWARICK, Lúcio (1979). *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LEFÈBVRE, Henri (1991). *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes.
- MARTINELLI, Maria Lucia (2015). *A história oral: o exercício democrático da palavra*. Texto didático. São Paulo, PUC-SP.
- MARTINS, José de Souza (1998). O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social, Rev. Sociol. USP*. São Paulo, pp. 1-8.

- MARX, Karl (2009). *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon*. São Paulo, Expressão Popular.
- _____. (2010). *Sobre a questão judaica*. São Paulo, Boitempo.
- NETTO, José Paulo (2001). *Ditadura e serviço social. Uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 5. ed. São Paulo, Cortez.
- _____. (2005). O movimento de reconceituação, 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 84, pp. 5-19.
- PAZ, Rosângela Dias Oliveira e TABOADA, Kleyd Junqueira (2010). “Trajetória do trabalho social em habitação”. In: *Trabalho social em programas e projetos de Habitação de Interesse social*. Brasília, Secretaria Nacional de Habitação.
- _____. (2019). “Habitação e Trabalho Social: Desafios para a atuação profissional”. In: *Psicologia e Moradia: Múltiplos olhares sobre a questão habitacional*. São Paulo, Conselho Regional de Psicologia São Paulo – 6ª Região.
- ROSSATTO, Tuane Aline (2018). *A dimensão política do serviço social: um estudo do trabalho profissional com a união dos movimentos de moradia de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- SANTOS, Cleonice Dias dos (2016). *Trabalho social e movimentos de moradia: um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. Dissertação de mestrado em Serviço Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP.
- THOMPSON, Edward Palmer (2004). *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo, Paz e Terra.

JUVENTUDES EM PROTAGONISMO NO BRASIL

Aline Paes de Araujo¹

Paloma Azevêdo de Oliveira²

INTRODUÇÃO

As “juventudes”, diversas e plurais, têm protagonizado as principais manifestações sociais no Brasil nos últimos anos, com diferentes formações, organizações, repertórios e pautas. A presença dos jovens é notória nas importantes questões políticas do país, acentuada, principalmente, na última década. A análise desse “novo” movimento se tornou um desafio pela heterogeneidade e organização digital, novidades no debate sobre os movimentos sociais.

Este artigo pretende apontar algumas das questões atuais sobre essa temática e, para tanto, iniciaremos retomando os principais momentos da participação sócio-histórica da juventude no país, como um processo dinâmico, começando com o contexto da crise econômica mundial de 2008, até chegarmos aos acontecimentos que marcaram o ano de 2013.

E é a partir das manifestações de 2013, que um sujeito social já conhecido retorna ao cenário político nacional: a juventude, a qual se mantém em destaque até o momento atual. Porém, esse sujeito reaparece com novas demandas, novas configurações, novos repertórios e novas formas de organização, se tornando uma novidade para os estudos sobre movimentos sociais. Analisaremos os momentos de manifestação e os acontecimentos no país, a partir desse marco temporal, apontando algumas dessas novas configurações do protagonismo juvenil.

-
1. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e doutoranda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Nemos/PUC-SP.
 2. Assistente Social e mestranda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – Nemos / PUC-SP.

A análise desse período histórico, 2013-2016, se fará necessária para a compreensão do atual contexto nacional e para entender a importância da retomada das ruas pela juventude, sobretudo pelos jovens da periferia. Essa nova juventude será denominada por alguns autores, com os quais concordamos, de “juventudes” pela sua diversidade de pluralidade.

Isso posto, concluímos a análise relatando a presença histórica da juventude e seu protagonismo como objeto de estudo do Nemos. Atualmente, o Núcleo desenvolve duas pesquisas acadêmicas, sendo uma delas voltada, exclusivamente, para a juventude, com os objetivos de: identificar e conhecer os processos de formação política voltados para a juventude nos movimentos sociais e coletivos, analisar, a partir do relato das experiências formativas quais as contribuições e quais as lacunas para a ação política, e produzir uma sistematização das experiências pesquisadas.

A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE EM PROCESSOS SOCIAIS E HISTÓRICOS NO BRASIL

Ao ser considerada apenas um marco temporal na vida cronológica do ser humano ou uma demarcação etária, a juventude é simplificada em seu significado e representação social. Diante disso, a análise a que este artigo pretende realizar sobre o protagonismo juvenil, em nossa sociedade, compreende a juventude como um processo de construção social e histórica.

Segundo Dayrell e Carrano (2014, p. 110): “a categoria juventude é parte de um processo de crescimento totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social”. Os autores afirmam, ainda, que é um período de inserção social que ocorre de maneira diferenciada a partir das condições sociais, culturais, territoriais e de gênero de cada jovem.

Associada a essas particularidades de concretização do “ser jovem”, a juventude também é condicionada às determinações históricas e sociais, partindo do pressuposto deixado por Marx (2011): “Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram (Marx, 2011, p. 25).

Diante disso, para analisarmos o protagonismo dos jovens nos diversos momentos da história brasileira, faz-se necessário apresentar algumas das características da formação social do país, para que as circunstâncias herdadas possam explicitar as possibilidades de reação juvenil. Historicamente, o Brasil passou de colônia

à situação de submissão do seu desenvolvimento ao capital internacional, sendo a sua sociedade constituída de maneira desigual, com marcas profundas de uma economia com base escravocrata que perdurou por três séculos e meio.

Segundo Sofiati (2008), a primeira organização juvenil no Brasil se refere ao período imperial, no século XIX, com a participação no movimento abolicionista. Posteriormente, identificamos a alteração do perfil juventude e de suas ações, de acordo com o contexto sócio-histórico, passando por movimentos como: Semana de Arte Moderna, Tenentismo e criação do Partido Comunista Brasileiro (na década de 20), juventude integralista, União Nacional dos Estudantes (1938), a Ação Católica Especializada (Juventude Agrária, Estudantil, Independente, Operária e Universitária Católica) e diversas participações em entidades partidárias e sindicais de 1930 a 1960. Na década de 70, já em contexto de Ditadura Militar, a juventude protagonizou o movimento de maior resistência ao regime ditatorial, participando de movimentos clandestinos, tendo muito de seus membros presos, torturados, mortos ou exilados.

Nos anos 80 e 90 do século XX, já em um período de redemocratização do país, o perfil da atuação da juventude assume outras características, no qual podemos destacar o surgimento do movimento Hip-Hop, a Pastoral da Juventude e o movimento dos Caras Pintadas, sendo este último, fortemente engendrado pelos grandes meios de comunicação, como resposta ao esquema de corrupção do governo Collor. Para Quintão (2010), o uso das mídias introduziu no período uma nova forma de contestação política e a elaboração de um novo estilo, criado por jovens, simbolizando relações de identidades culturais e o descontentamento com a política anteriormente vigente.

Com a massificação das redes sociais e o desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação, Novaes e Alvim (2014) apontam que a conectividade dos jovens foi o principal impulsionador para a reivindicação de participação nos espaços públicos, o que explicaria, em parte, a nova forma de atuação e organização nos anos seguintes.

O CENÁRIO BRASILEIRO A PARTIR DE 2013

O ano de 2008 foi marcado por uma intensa crise econômica mundial. Ao redor de todo o mundo, esse ano foi marcado por diversos movimentos sociais que tomaram as ruas expressando o descontentamento com o sistema capitalista vigente. Com o sentimento de frustração generalizada, decorrente da crise de 2008, o ano de 2013 foi considerado um marco nos protestos populares ocorridos

mundialmente. O relatório da *The Economist Intelligence Unit*³ relata protestos ocorridos em 69 países, desde 2009 a 2013, com motivações diferenciadas, e com abrangências tanto regionais como inter-relacionadas a outras situações mundiais.

O referido relatório aponta, ainda, uma análise interessante sobre o potencial das manifestações, afirmando que a crise econômica explica de maneira parcial a motivação para os protestos, concorrendo com a crise na confiança nos governos. Porém, o documento ressalta que o potencial revolucionário das manifestações é baixo, tendo em vista que não há uma liderança, sendo os protestos difusos, com rejeição à política e à ideologia, essas características particularizam a ação desses novos atores sociais diferenciando-os dos movimentos sociais do século XX.

Essa concepção diverge do que Castells (2013) analisa sobre as manifestações mundiais nesse período, para as quais atribui um sentido político, como segue:

[...] são movimentos sociais voltados para a mudança dos valores da sociedade, e também podem ser movimentos de opinião pública, com consequências eleitorais. Pretendem transformar o Estado, mas não se apoderar dele. Expressam sentimentos e estimulam o debate, mas não criam partidos nem apoiam governos, embora possam se tornar alvo do marketing político. Mas *são muito políticos num sentido fundamental*. (Castell, 2013, p. 133)

Já a análise expressa no Relatório Mundial do Trabalho de 2013 – Reparando a Economia e o Tecido Social⁴, da Organização Mundial do Trabalho, aponta, após análise empírica, que o crescimento econômico e o desemprego são fatores importantes para a ‘agitação social’, e ressalta que o desemprego juvenil, bem como o global, são importantes fatores que desencadeiam tal situação nos países, sobretudo naqueles classificados como “em desenvolvimento”.

Particularmente no Brasil, o ano de 2013 é marcado pelo início de uma série de manifestações populares que tiveram suas características e motivações alteradas durante o percurso. Inicialmente, elas foram motivadas pelo aumento no custo do transporte público e, conseqüentemente, no custo de vida em diversas capitais do país.

3. Rebeldes sem causa – O que significa o aumento dos movimentos de protesto para a política global – Um relatório da *The Economist Intelligence Unit*, que é uma divisão de pesquisa da *The Economist Group*. Disponível em: <http://archive.battleofideas.org.uk/documents/RebelsWeb.pdf>. Acesso em: 13 fev.2020.

4. Relatório Mundial do Trabalho de 2013 – Reparando a Economia e o Tecido Social, disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/-omm/documents/publication/wcms_214476.pdf. Acesso em: 13 fev.2020.

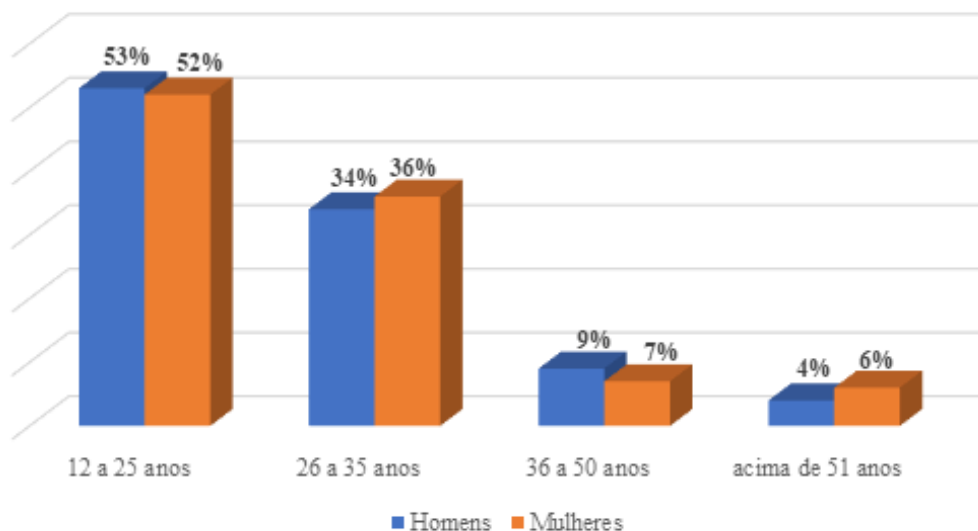
Sob a bandeira da gratuidade desse serviço como direito social ao transporte, o Movimento Passe Livre (MPL)⁵ mobilizou muitos manifestantes durante o mês de junho de 2013. Como cenário coadjuvante, naquele momento, havia um grande investimento em obras públicas e de infraestrutura para a realização de eventos esportivos mundiais no país (como a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e as Olimpíadas em 2016), e as denúncias nos atrasos e nos processos licitatórios geraram grande insatisfação da população com os governos em todas as suas esferas.

Além disso, o ano seguinte traria um novo período eleitoral no âmbito federal (para eleição de membros do executivo e do legislativo), o que já sinalizava um período de ampla e acirrada disputa política pelo poder.

Contudo, a maior novidade do período foi a participação de jovens nas manifestações, sem que houvesse uma organização política “clássica” na mobilização (por meio de sindicatos, movimentos estudantis e movimentos sociais organizados). Segundo pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa DataFolha⁶, 53% dos manifestantes que foram às ruas no ano de 2013 tinham idade até 25 anos, como demonstra o gráfico abaixo. Podemos considerar esses manifestantes como representantes de uma geração nascida em um período já democrático no país, tendo como marco a Constituição Federal de 1988.

-
5. O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre, mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Disponível em: <https://www.mpl.org.br/>. Acesso em: 13 fev.2020.
 6. Pesquisa DataFolha, realizada no dia 17 de junho de 2013, com 766 manifestantes reunidos no Largo da Batata, em São Paulo. Essa pesquisa possui margem de erro máxima de 4%, e está disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/19/contagem-manifestacao-lgo-da-batata.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

Gráfico 1 – Perfil por idade e sexo dos manifestantes em 2013



Fonte: Elaborado pelas autoras – Dados extraídos da Pesquisa DataFolha, realizada em 17 de junho de 2013.

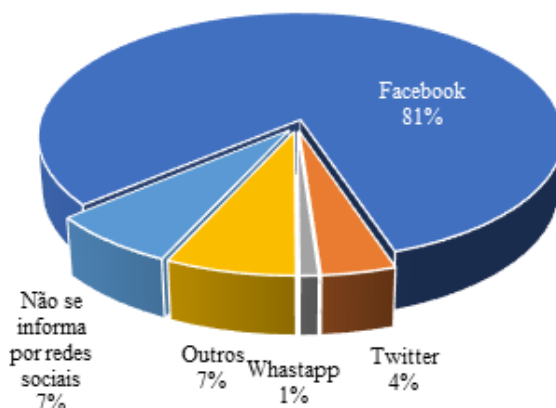
Outro dado relevante que a pesquisa aponta é que a maioria dos manifestantes, 71% da amostra pesquisada, estava participando de uma manifestação pela primeira vez. Em relação à filiação partidária ou preferência por algum partido político, 84% afirmaram não possuir vinculação ou afinidade/preferência. Além desse fator que reafirma a informação trazida pelo Relatório da *The Economist Intelligence Unit*, sobre a crise da representatividade dos governos expressa por essa postura “apartidária”, pois os governos eleitos democraticamente são produtos, mundialmente, das organizações partidárias; outro fator relevante que traz semelhanças ao apontado pelo relatório é a organização sem uma liderança única, cuja maior forma de divulgação e adesão foi realizada pelas redes sociais.

A articulação pelos meios digitais foi documentada por duas pesquisas distintas: a primeira realizada pelo Instituto DataFolha, apresentada anteriormente, e a segunda pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – Ibope⁷, ilustradas nos gráficos comparativos a seguir:

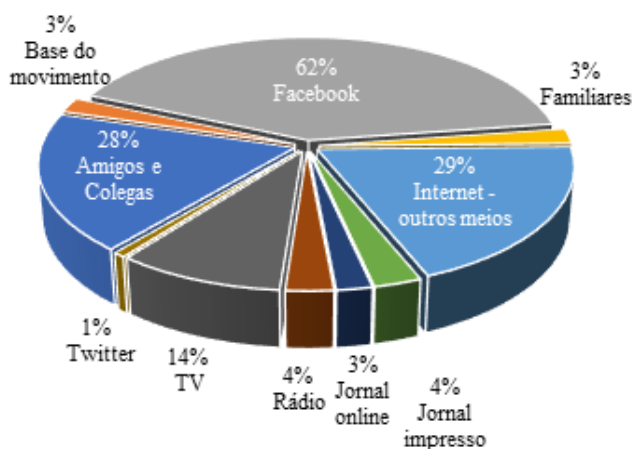
7. Pesquisa realizada pelo Ibope em sete capitais do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará e Bahia), em 20/6/2013, sendo entrevistados 2002 manifestantes. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 20 fev. 2020.

Gráfico 2 – Comparação entre as pesquisas DataFolha e Ibope sobre o uso das redes sociais

Pergunta realizada pelo DataFolha aos entrevistados:
As redes sociais são ou não a sua principal fonte de informação sobre essas manifestações? Qual das redes sociais é sua principal fonte de informação?
(Resposta estimulada e única, em %)



Pergunta realizada pelo IBOPE aos entrevistados:
Como você soube da manifestação de quinta
(dia 20 de junho/2013):
(Resposta com mais de uma opção, sendo a soma maior que 100%)



Fonte: Elaborado pelas autoras – Dados extraídos da Pesquisa DataFolha e Ibope, realizada em junho de 2013.

Segundo Gohn (2017), o conjunto de manifestações que ocorreram de 2013 a 2016, no Brasil, pode ser dividido em ciclos com três momentos distintos, sendo: o primeiro “Novíssimos atores em cena em junho de 2013”, o segundo “Surgimento de contracorrentes nos novíssimos” e o terceiro “A multidão retorna às ruas em 15 de março de 2015”.

Com o grande impacto causado pelo início das manifestações de 2013, sobretudo pelo protagonismo do Movimento Passe Livre (MPL), surgem, no cenário nacional, outros dois movimentos com objetivos diferenciados: o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Vem Pra Rua (VPR), ambos representantes de uma contracorrente conservadora aos protestos iniciados pelo MPL. Correspondendo ao segundo momento do conjunto de manifestações iniciadas em 2013, segundo Gohn (2017), esses dois novos movimentos foram criados em 2014, com uma pauta bem clara: oposição ao governo federal, exercido há três mandatos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e reeleito para mais um mandato, em 2014.

Sob a bandeira: “Fora PT”, o MBL e VPR conjugaram: a crise econômica mundial, as denúncias de corrupção, as ações estrategicamente divulgadas da Operação Lava Jato⁸, a defesa de uma agenda liberal para a economia, a divulgação de valores conservadores e um discurso moralizante sobre ética na política. Com um amplo repertório de mobilização por meio de comunicação digital (redes sociais, aplicativos e propagandas com técnicas de marketing), esses movimentos tiveram papel relevante na articulação e pressão pelo processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff.

Contando com financiamento⁹ internacional, os dois movimentos, MBL e VPR, permitiram uma ampla participação de candidatura de seus militantes no

8. A Operação Lava Jato é uma investigação da Polícia Federal, com início em 17 de março de 2014, que tinha por objetivo investigar a lavagem de dinheiro de políticos e empresários brasileiros. Teve como juiz responsável pelo julgamento, em primeira instância, que foi Ministro da Justiça do Governo de Jair Bolsonaro, Sergio Moro. Recentemente foram divulgadas informações sobre a atuação do Ministério Público em parceria com o Juiz Sérgio Moro no direcionamento das ações da Operação Lava Jato, conforme denunciado pela agência de notícias *The Intercept* Brasil.

9. O Movimento Vem Pra Rua teve a página na internet criada pela Fundação Estudar, vinculada ao empresário Paulo Lemman, conforme reportagem da BBC Brasil, disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150313_financiamento_protestos_rs. Acesso em: 20.fev.2020. Já o Movimento Brasil Livre tem como um de seus fundadores e membro Fábio Ostermann. Ele foi cofundador do Estudantes pela Liberdade (EPL) no Brasil. O EPL é uma organização estudantil internacional, fundada nos Estados Unidos da América, apoiada por fundações de grupos empresariais que defendem o ideário liberal para a economia.

processo eleitoral de 2018. A resposta a esse movimento foi iniciada ainda no ano de 2015, denominado por Gohn (2017) como “a retomada da rua”, configurando o terceiro momento do ciclo.

Nessa resposta, os movimentos sociais clássicos e novos se uniram para lutar em defesa do governo eleito democraticamente e que foi submetido a um processo de *impeachment* (processo esse articulado pelos partidos representantes da elite brasileira, derrotados na eleição de 2014) e, assim, combater a ameaça de golpe contra a democracia. Para tanto, foram organizadas frentes populares compostas por movimentos, associações e sindicatos, das quais podemos destacar a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo.

Com a concretização do processo de *impeachment*, o governo interino de Michel Temer deflagrou ações que levaram à destituição de direitos sociais já constituídos, como: a aprovação da reforma trabalhista, o encaminhamento de uma proposta de reforma previdenciária e, ainda, a reforma do ensino médio.

A juventude mais uma vez se fez presente nas ruas e, posteriormente, ocupando os espaços escolares, para reivindicar a ilegitimidade do governo Michel Temer, a revogação da Reforma do Ensino Médio¹⁰ (e outras pautas regionais), a defesa da democracia, a contraposição às Propostas de Emendas Constitucionais¹¹ que propunham congelar gastos com educação e saúde e, ainda, a arbitrariedade do Projeto Escola Sem Partido¹², em tramitação em diversas instâncias legislativas no país.

Segundo a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), foram 1.154 unidades de ensino ocupadas por estudantes até o ano de 2016, sendo os locais ocupados: escolas, institutos federais, universidades e núcleos regionais de educação. As ocupações ganharam um sentido mais amplo de ocupação do espaço público pela juventude:

Ao que parece, ocupar uma escola foi ocupar o coração do espaço público na sociedade, o que permitiu aos estudantes se apropriarem de um espaço que não estava efetivamente em suas mãos e que lhes atribuiu legitimidade

10. A Reforma do Ensino Médio foi realizada pela Medida Provisória nº 746/2016, pelo governo Michel Temer, em setembro de 2016.

11. As propostas de congelamento dos gastos com saúde e educação, por vinte anos, tramitaram no Congresso e no Senado sob a numeração 142 e 55, sendo aprovadas e culminando com a Emenda Constitucional nº 94/2016.

12. Diversos projetos de lei tramitavam, nas várias instâncias do legislativo brasileiro, sob o lema: “Escola Sem Partido”, visando a eliminação da “doutrinação ideológica” no conteúdo escolar. Em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, declarou que os projetos são inconstitucionais.

e reconhecimento por parte de diversos setores sociais. O movimento de ocupação das escolas cresceu e se generalizou em grandes centros urbanos do estado, o que demonstrou que além de um movimento secundarista foi também um movimento urbano em defesa do espaço público importante na sociedade: a escola pública. (Oliveira, 2016, p. 2)

O Observatório da Sociedade Civil, em um artigo sobre as lições que ficam após as ocupações de 2016, conclui que o legado político mais relevante foi a demonstração da capacidade juvenil de intervenção na sua própria realidade, de elaboração de projetos de vida e de organização e participação coletiva.

“AS JUVENTUDES” DA ATUALIDADE

*“Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério.
O jovem no Brasil nunca é levado a sério...”*

— Charlie Brown Jr., 2000 —

A letra da música, escrita por um jovem, expressa o sentimento, a percepção e a reflexão da juventude sobre a sua desconsideração social. A denúncia é a de que essa ignorância sobre o protagonismo e o potencial de participação dos jovens na sociedade é proposital, pois sua imagem é sempre associada como um período turbulento da vida social, de falta de maturidade e de fácil influência em suas convicções.

Nesse sentido, Abramo (1997) aponta que a abordagem dirigida à juventude, pelos meios de comunicação de massa, ocorre de dois modos: o primeiro é relacionado ao conteúdo produzido diretamente para os jovens, nele são abordados temas voltados à cultura e comportamento, como: “música, moda, estilo de vida e estilo de aparecimento, esporte e lazer”. O segundo modo, afirma a autora, é o conteúdo direcionado ao público adulto, no qual se destaca que: “no noticiário, em matérias analíticas e editoriais, os temas mais comuns são aqueles relacionados aos ‘problemas sociais’, como violência, crime, exploração sexual, drogadição, ou as medidas para dirimir ou combater tais problemas”.

A autora segue analisando que, contrário ao que ocorria no mundo, o Brasil não possuía políticas governamentais direcionadas, diretamente, à juventude, e pontua que somente há pouco tempo esse cenário foi revertido. Apesar disso, a conclusão da autora indica que os programas desenvolvidos abordam, apenas, ações de ressocialização e de capacitação profissional com o objetivo de inserção no mercado de trabalho.

Grosso modo, no entanto, pode-se dizer que a maior parte desses programas está centrado na busca de enfrentamento dos ‘problemas sociais’ que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social. (Abramo, 1997, p. 26)

Para Souza e Paiva (2012), a “(real) juventude contemporânea” necessita ser visualizada e compreendida através de indicadores sociodemográficos, que correspondem às taxas de alfabetização, à renda per capita, à escolarização adequada, à condição socioeconômica, à inserção formal e informal no mercado de trabalho, à condição de desemprego, de vulnerabilidade, de violência e desenvolvimento juvenil.

O *slogan*: “Não é só por vinte centavos!” revelou a insatisfação da juventude na luta pela efetivação dos direitos sociais, e a ausência de espaços para sua participação social concreta. Esse protesto foi reconhecido pelo Governo Federal, como assinala Gohn (2017):

O então governo federal reformulou sua agenda política, priorizando a temática da participação social, a inclusão dos jovens, etc. Passou a lidar com esses novos sujeitos sociais com identidades específicas, cujas demandas não tinham sido incorporadas nas agendas dos governos, passando a se constituir como grande desafio no campo das políticas públicas. Alguns líderes do MPL foram convidados para ir ao Palácio, em Brasília, pós-junho de 2013. (Gohn, 2017, p. 57)

O atendimento a essa demanda por participação resultou na criação do Estatuto da Juventude, por meio da Lei 12.852 de agosto de 2013, e na assinatura do decreto que instituiu o Sistema Nacional de Participação Social, em maio de 2014 (Decreto nº 8.243, que foi revogado pelo Decreto nº 9.579, de abril de 2019, o qual estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados na administração pública federal).

Segundo Novaes e Alvim (2014, p. 280) a participação da juventude, no século XXI, é resultado da combinação entre: demandas gerais, vinculadas aos direitos sociais e pautas específicas, geralmente identitárias. Essa configuração, oriunda das diferentes trajetórias dos jovens, possibilita múltiplas possibilidades de protagonismo.

Novaes (2018) aponta, ainda, algumas características dessa juventude, tais como: a heterogeneidade, o que leva a autora a denominar como “juventudes” pelos diferentes perfis que a compõem; a conexão global aos acontecimentos e

pautas, mas, também, a vinculação às demandas do seu território. Esses “novos” jovens, segundo a autora, explicitam as contradições, desigualdades e diferenças da sociedade atual; isso porque os direitos pautados em suas lutas: o acesso à educação, o ingresso no mercado de trabalho e segurança pública, são exatamente as principais negligências da sociedade contemporânea.

Essa concepção de “juventudes” é compartilhada também por Dayrell e Carrano (2014), quando expressam que a juventude é uma categoria dinâmica, pois:

Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vêm ocorrendo ao longo da história. Na realidade, não há tanto uma juventude, e sim, jovens enquanto sujeitos que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existente. (Dayrell e Carrano, 2014, p. 112)

Essas juventudes seguem o direcionamento das formas organizativas sinalizadas por Bringel (2018): “mais abertas e com tendências à horizontalidade, bem como a constituição de coletividades menores em tamanho – em vez de criar grandes movimentos nacionais – têm desafiado os formatos mais tradicionais dos movimentos populares”. A denominação dessas organizações também é variada: coletivo, frente, comitê, levante, dentre outras. A liderança é descentralizada e o repertório variado, passando por ações com agendas transversais.

O PROTAGONISMO DAS JUVENTUDES

Uma forte corrente do pensamento autoritário-conservador teve início ao final do ano de 2016, culminando, no Brasil, com a eleição da extrema direita nas eleições de 2018. No mundo, essa corrente também marcou presença em países como Estados Unidos (com a eleição do presidente Donald Trump), Itália, Polônia e Hungria.

As primeiras ações do governo do presidente Jair Bolsonaro foram: estabelecimento de limites para a participação da sociedade civil nas instâncias da administração pública federal, por meio de decreto; a diminuição dos orçamentos e autonomia de universidades e institutos federais; restrição de conteúdo crítico no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem (que é a ferramenta de acesso ao

ensino superior público); erro na emissão de nota do Enem, em 2019; incentivo para a abertura de escolas cívico-militares e alteração constante nos ministérios da educação.

Todas essas ações, somadas a inúmeras outras que não possuem correlação direta com o tema deste artigo, consolidam uma ameaça à democracia estabelecida no país com a promulgação da Constituição Federal de 1988, gerando conflitos constantes com os poderes Legislativo e Judiciário. O presidente chegou a afirmar, em declaração pública, que ele era a personificação¹³ da Carta Magna e, constantemente, participa de manifestações que fazem apologia à volta do período ditatorial brasileiro.

Além de todos esses desafios, o ano de 2020 trouxe um cenário mundial atípico com o avanço da pandemia do novo coronavírus Covid-19, que tem dizimado parte da população brasileira, sendo atingida de maneira majoritária a população mais pobre e vulnerável. Com postura negativista, o presidente Jair Bolsonaro minimizou, por várias vezes, a gravidade da crise de saúde pública, incentivando e propondo medidas para reativar a economia do país, contrariando todas as recomendações dos organismos internacionais de saúde, como a Organização Mundial da Saúde. O Brasil, atualmente, encontra-se isolado mundialmente pelas diretrizes políticas do atual governo.

O movimento estudantil vem realizando diversas ações de enfrentamento a essa atual política do governo federal, sobretudo em relação às ações do Ministério da Educação. Algumas vitórias foram obtidas, após muita mobilização, como: o adiamento da realização do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, a revogação das medidas provisórias que instituíram poder de nomeação dos Reitores em Universidades e Institutos Federais e, finalmente, a saída do segundo ministro da educação do governo, iniciado no ano de 2019.

Os jovens da periferia, mobilizados por meio dos coletivos de torcidas organizadas dos times de futebol¹⁴, mesmo em um contexto no qual o isolamento social (que tem se configurado como a política de saúde mais efetiva para conter o avanço da pandemia, pela ausência de uma ação governamental efetiva na compra de

13. A fala do Presidente Jair Bolsonaro sobre ser a personificação da Constituição Federal foi documentada por diversos meios de comunicação brasileiros. Um desses registros pode ser verificado em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/democracia-e-liberdade-acima-de-tudo-diz-bolsonaro-apos-participar-de-ato-pro-golpe.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2020.

14. No mês de junho de 2020, torcidas organizadas saíram às ruas para lutar contra a ameaça à democracia, no Brasil. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-06-01/torcidas-antifascistas-assumem-linha-de-frente-da-mobilizacao-contrabolsonaro-e-atraem-oposicao.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

vacinas), saíram às ruas em defesa da democracia, contra os discursos fascistas (crescentes no país) e contra a violência policial, que tem se intensificado nos últimos anos, sempre havendo como vítimas os moradores da periferia, em sua maioria, pretos e pobres.

Muito tem se questionado sobre essa “saída” da juventude para a rua, visto que, teoricamente, eles não fazem parte do grupo de risco para a pandemia. Sobre isso, Abramo (2020) sinaliza a importância da resistência:

É muito bom que as pessoas estejam descobrindo que os jovens da periferia são atores importantes na sociedade brasileira; que eles têm consciência política, que se organizam e manifestam. É muito importante que se reconheça que muitos desses jovens têm uma visão crítica da sociedade, uma posição contrária ao governo atual, contra a violência policial e outras violências que se abatem cotidianamente sobre seus corpos, como o racismo e sexismo, assumindo agora uma posição claramente antifascista. (Abramo, 2020, p. 2)

A pauta da juventude, nesse contexto, contempla grande parte da demanda de vários movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil que encontram dificuldades para retornar ao espaço público para suas manifestações.

Outra importante ação de destaque da juventude, em contexto de pandemia, é a solidariedade de classe, organizada junto aos movimentos sociais e coletivos na busca pela sobrevivência (distribuição de produtos de higiene, alimentício e orientações sobre prevenção da Covid-19), tendo em vista o aumento da fome, a demora do Governo Federal na concessão do auxílio emergencial e o crescente desemprego no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O último Censo Demográfico, realizado no Brasil, apontou que os jovens correspondem a 26,1% da população brasileira, em números absolutos eram 51,3 milhões de jovens no país. Para além da expressividade numérica, a importância da juventude se traduz na perspectiva de mudança social da realidade hoje vivenciada, bem como na perspectiva de uma construção de projeto nacional.

A demanda apresentada nas manifestações de 2013, em que os jovens plei-teavam maior espaço para participação social no debate e na elaboração das políticas públicas, despertou o interesse por esse público, tanto dos setores progressistas, que a acolheram, como dos setores conservadores em ascensão no cenário nacional de 2013.

Contudo, uma expressiva porcentagem da juventude tem se apresentado como resistência aos retrocessos em vigência no Brasil (a ofensiva neoconservadora, a intensificação das políticas neoliberais e os constantes ataques à democracia), a partir do ano de 2016. E, por isso, surgem como protagonistas de novas formas de manifestação, sobretudo nos lugares mais esquecidos e negligenciados pelo Estado: a periferia.

A pauta desses novos atores é a mesma luta pela sobrevivência da classe trabalhadora e pela efetivação dos direitos sociais, porém, apresentada de maneira mais atualizada, com novas características identitárias em uma sociedade que também possui novas características: globalizada e conectada virtualmente.

A proximidade virtual, possibilitada pelas novas ferramentas de comunicação, por meio da internet, confere uma nova “militância” que possui a facilidade da velocidade de informação, contudo, pode ser uma ferramenta de desinformação ou, o que é ainda mais preocupante, de notícias falsas.

E, é diante desse novo cenário social virtual e real, desafiador, e com limites e potencialidades ainda desconhecidos, que a juventude também atua, se relaciona, se forma politicamente e articula seu protagonismo. Para os pesquisadores acadêmicos sobre movimentos sociais, dentre os quais está o Nemos, essa nova realidade e como essas juventudes se relacionam com ela são um campo a ser observado, analisado e compreendido em seu processo histórico.

A pesquisa desenvolvida, atualmente, pelo Nemos, é denominada: “Experiências e Trajetórias de Formação Política – Juventudes e Movimentos Sociais na cidade de São Paulo”; e busca conhecer o processo e experiências de formação política da juventude em quatro movimentos sociais que atuam na cidade de São Paulo: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), União Nacional de Moradia Popular (UNMP), Levante Popular da Juventude e Central de Movimentos Populares (CMP).

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel (1997). Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 5-6, pp. 25-36, dez. 1997.
- _____. (2020). Jovens da periferia no centro da cena política. *Teoria e Debate*. Disponível em: <<https://teoriaedebate.org.br/2020/06/12/jovens-da-periferia-no-centro-da-cena-politica/>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

- ALVIM, Rosilene e NOVAES, Regina Reyes (2014). “Movimentos, Redes e Novos Coletivos Juvenis: um estudo sobre pertencimentos, demandas e políticas públicas de juventude”. In: LOPES, José S. L. Heredia e ALASIA, Beatriz Maria (orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro, CBAE. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/2014%20-%20movimentos%20sociais%20-%20seminario%20participacao.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- BRINGEL, Breno (2018). Mudanças no ativismo contemporâneo: controvérsias, diálogos e tendências. In: Fase. *A Luta Popular Urbana por seus Protagonistas: Direito à Cidade, Direitos nas Cidades*. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/02/PUBLICACAO-FINAL-DIGITAL-PARA-SITE.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- BRITO, Gisele (2016). As lições que ficam. 26 nov. 2016. *Observatório da Sociedade Civil*. Disponível em: <https://observatoriosc.org.br/noticia/as-licoes-que-ficam/> Acesso em: 13 fev. 2020.
- CASTELLS, Manuel (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Zahar.
- DAYRELL, Juarez e CARRANO, Paulo (2014). “Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola”. In: DAYRELL, Juarez et al. (orgs.). *Juventude e Ensino Médio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 101-133.
- GOHN, Maria da Glória (2017). *Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo, Cortez.
- MARX, Karl (2011). *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Boitempo.
- NOVAES, Regina Reyes (2019). Conectados globalmente, coletivos juvenis agem na realidade de seus territórios. Entrevista concedida a João Vitor Santos, em: 22 maio 2019. *IHU On-line*. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/589351-conectados-globalmente-coletivos-juvenis-agem-na-realidade-de-seus-territorios-entrevista-especial-com-regina-novaes>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- OLIVEIRA, Sandro Barbosa (2016). As Ocupa-Ações Secundaristas em SP: da autodefesa do espaço à escola autogerida. *Le Monde Diplomatique Brasil*, jan. 2016. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-ocupa-acoes-secundarista-em-sp-da-autodefesa-do-espaco-a-escola-autogerida/>. Acesso em: 13 fev. 2020.
- QUINTÃO, Thales Torres (2010). Os media e a construção dos Caras-Pintadas. *Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação*, Ano 3, Ed. 4, jun./ago. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anagrama/article/download/35460/38179/41754>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- SOFIATI, Flávio Munhoz (2005). *A juventude no Brasil: história e organização*. Disponível em: <http://www.apebfr.org/passagesdeparis/editione2008/pdf/14%20Flavio%20Munhoz%20Sofiat.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

- SOUZA, Candida e PAIVA, Ilana Lemos (2012). *Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real*. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n3/02.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- SPOSATI, Aldaíza e LOBO, Elza (1992). Controle social e políticas de saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p. 366-378, dez. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1992000400003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 fev. 2020.

O PROTAGONISMO DO MOVIMENTO NEGRO E DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

Matilde Ribeiro¹

O artigo – O protagonismo do Movimento Negro e das organizações de mulheres negras na construção de políticas de igualdade racial – é composto por três partes: estudo, ativismo e gestão pública; as políticas de igualdade racial no Brasil, e; ações do Movimento Negro e das organizações de mulheres negras. Tem como objetivo refletir sobre o papel das políticas públicas de igualdade racial e o processo de negociação das reivindicações do Movimento Negro e as organizações de mulheres negras perante as estruturas do Estado Brasileiro.

ESTUDOS, ATIVISMO E GESTÃO PÚBLICA

O racismo está vivo após 122 anos da abolição da escravização, mesmo com incessantes vozes clamando por justiça racial. Nesse sentido, é importante ressaltar que grande parte do esforço no tratamento da questão racial como tema de estudo tem sido desenvolvida por negras/os (militantes ou não), que ingressam na academia; por iniciativas de instituições não governamentais (em geral vinculadas ao Movimento Negro, Organizações de mulheres negras ou Feminista); por instituições governamentais de estudos e pesquisa, por universidades, e, ainda, em alguns casos, a partir do envolvimento de estudiosos e pesquisadores brancos.

Pelo fato de, ao longo da vida, me dar conta dessa situação, fui me envolvendo com os estudos e o ativismo político, simultaneamente. Realizei graduação,

1. Doutora em Serviço Social, professora da Unilab – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, em Redenção, no Ceará.

mestrado e doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), o que somado à militância, me proporcionou o interesse pela institucionalização das políticas públicas voltadas às mulheres negras e à população negra em geral.

O mestrado, realizado entre 1996 e 1999², teve como título: *Gênero e raça no processo do orçamento participativo: Santo André, 1997-1998*. O pano de fundo foi o estudo da proposição e implementação de políticas públicas municipais, investigando em que medida as dimensões de gênero e raça são incorporadas, com base na visão dos sujeitos integrantes do processo de Orçamento Participativo (OP) no município de Santo André, SP.

Em uma perspectiva psico-sócio-histórica, o estudo apoiou-se na reflexão sobre as relações entre indivíduo e sociedade, bem como nas dimensões de gênero, raça e classe que as permeiam, examinando como tais relações se desenvolvem no âmbito de ações institucionais, governamentais ou não. A visão das entrevistadas revelou a valorização do espaço do orçamento participativo enquanto *lôcus* de aprendizado e sociabilidade, demonstrando alto grau de envolvimento político, mas uma escassa percepção das necessidades de gênero e raça.

O doutorado³ foi a atividade acadêmica mais duradoura em que estive envolvida, com dois turnos: de 2001 a 2003 e de 2008 a 2013, tendo como tema: *Institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial no Brasil: percursos e caminhos – 1986 a 2010*. Foi feita a reflexão política e teórico-crítica acerca da sociedade brasileira, a partir do reconhecimento da existência do racismo e das perspectivas de superação por parte do Estado brasileiro, via relação Movimento Negro-Sociedade-Estado, por meio do encadeamento de lutas e negociações das políticas públicas de igualdade racial. O período escolhido para a pesquisa (1986-2010) demarcou importantes momentos da realidade social e política brasileira, são diversos os posicionamentos políticos a partir das gestões do governo federal. Nesse sentido, evidenciam-se conquistas de direitos sociais, mas também fortes conflitos de interesses entre visões progressistas e conservadoras na sociedade brasileira.

A tese assentou-se no pressuposto de que o Movimento Negro e as organizações de mulheres negras têm sido, nas últimas décadas, referências estratégicas para a abertura de canais de negociações com o Estado e a sociedade, o que tem possibilitado o desenvolvimento das políticas de igualdade racial, sob a forma de ações afirmativas, visando atender às necessidades históricas da população negra

2. Sob orientação de Bader Sawaia, do Programa de Psicologia Social.

3. Sob orientação de Maria Lúcia Carvalho da Silva (Malu) que foi integrante do Programa de Estudos Pós-graduados da Faculdade de Serviço Social e coordenadora do Nemos – Núcleo de Estudos dos Movimentos Sociais.

brasileira. Esse pressuposto reforça a perspectiva de um Estado democrático apresentando possibilidades de avanços no exercício do controle social das políticas de igualdade racial.

No intervalo entre os dois momentos do doutorado, fui ministra da igualdade racial. E, em relação a isso, na apresentação do livro, derivado da tese – *Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil (1986-2010)*, a orientadora enfatizou que:

Ao dizer, comumente, que não é o pesquisador quem escolhe o tema de estudo, mas este que acaba por escolher o pesquisador, a temática pelo reconhecimento por parte do Estado da existência do racismo e perspectiva para sua superação impulsionado pela atuação do Movimento Negro e da organização de mulheres negras, por meio de lutas e negociações da população das políticas de igualdade racial, só podia encontrar em Matilde Ribeiro uma intérprete “histórica” por ter exercido o cargo de Ministra da Igualdade Racial, no período de 2003 a 2008, condição que lhe permitiu vivenciar intensamente a experiência inovadora de estruturação de política de igualdade racial no Brasil, assumida pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir.

Diante da ênfase dada para a Seppir, na formulação de Malu, resolvi desenvolver este artigo, como forma de aprofundar reflexões, partindo do princípio de que o Movimento Negro e as organizações de mulheres negras, no período contemporâneo, as políticas de igualdade racial, constituíram-se como canais de negociações com o Estado e a Sociedade.

AS POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

A Seppir – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), criada⁴ em 21 de março⁵ de 2003, teve por base a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação, o Programa Brasil

4. Criada pela Medida Provisória n. 111/03, em 21/05/2003; transformada na Lei n. 10.678, em 23 de maio de 2003; e, em 24 de maio de 2010 foi feita a alteração transformando em ministérios a Seppir, a SPM (Secretaria de Políticas para Mulheres) e a SEDH (Secretaria Especial de Direitos Humanos), ampliando suas condições de funcionamento.

5. A data de 21 de março foi escolhida tendo em vista ser, por resolução da ONU, o Dia Internacional para Eliminação da Discriminação Racial (Resolução 2.142 de 26/10/1966), como lembrança aos 69 negros mortos no massacre de Shaperville, praticado por forças policiais de Pretória, na África do Sul. Essa medida é um alerta contra a violência do *Apartheid* e, por consequência, toda a violência étnico-racial.

sem Racismo e a Declaração e Plano de Ação de Durban⁶. Expressou-se a visão de que essa política “não pode ser viabilizada por um único órgão público ou somente pelo governo, mas por uma conjugação de esforços que una o Estado, sociedade civil, setor empresarial e todos os envolvidos e comprometidos com a justiça social no Brasil” (Brasil, 2003).

Com a missão de formular, articular e coordenar políticas para a superação do racismo e a promoção da igualdade racial, a Seppir teve como foco a população negra, somando-se a esse papel a responsabilidade de garantir nos aspectos da cidadania e de direitos o relacionamento com os indígenas, os ciganos, os judeus, os palestinos e demais grupos discriminados do ponto de vista racial, étnico e cultural.

A perspectiva apontada foi para a necessidade de o Estado brasileiro acelerar, como parte do processo democrático, a consolidação das políticas de igualdade racial. Em outras palavras, ressaltou-se a celeridade dos processos nas áreas executivas, legislativas e judiciárias, partindo da criação de novas estratégias que visem à inclusão da população negra na vida política, econômica, social e cultural do país, como forma de redistribuição e reconhecimento. De maneira otimista, foi apontada a necessidade de fortalecimento das ações de igualdade racial, elevando-as a uma política de Estado, construindo um caminho para a justiça social e racial na estrutura da administração pública e na sociedade.

Com isso, iniciou-se um novo ciclo na administração pública, no que diz respeito às políticas de promoção da igualdade racial. Em meu discurso de posse, em 21/3/2003, ficou constatada a reafirmação de um compromisso institucional e um chamamento para o cumprimento da agenda de trabalho do novo órgão de governo federal:

Este momento expressa um amadurecimento da sociedade brasileira, pois fica evidente que o racismo não é problema só dos negros ou dos que sofrem na pele a discriminação e o preconceito. É responsabilidade do Governo e de toda a sociedade. [...] O reconhecimento da pluralidade da população brasileira e o desenvolvimento de políticas para promoção da igualdade racial são passos importantes para a construção da democracia e de uma sociedade mais humana.

Em 20 de novembro de 2003, foi criada a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), por meio do Decreto n. 4.886, que concretiza condições normativas e executivas. Também foram publicados – o Decreto

6. III Conferência Mundial contra discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas, realizada em pela ONU – Organização das Nações Unidas, em 2001, em Durban – África do Sul.

nº 4.885, que criou o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR); e o Decreto nº 4.887, sobre a Regularização para as Comunidades Quilombolas.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPiR) referencia-se por três princípios: a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática. A PNPiR é base para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), apresentado como “uma estratégia de gestão pública, cujas bases estão na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e no Plano Plurianual em todas as suas dimensões [...]” (Planapir, 2009, p. 15).

A partir de convocação do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foram realizadas pela Seppir, em conjunto com o CNPiR, as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). A sistematização das conferências foi integrada ao conteúdo do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir) e do Estatuto da Igualdade Racial.

O Estatuto da Igualdade Racial foi instituído em 20 de julho de 2010, por meio da Lei 12.288/10, como referência para a constituição de uma ação efetiva do Estado brasileiro, como base legal para a igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Ocorreu, também, a promulgação de leis como a da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira no ensino público e privado (10.639/03); o Programa Universidade para Todos – Prouni (concessão de bolsas a alunos pobres, indígenas e negros – 11.096/05); as Cotas nas Universidades Públicas (acesso a alunos pobres, indígenas e negros – 12.711/12); a PEC das Domésticas (66/2012) e a Lei Complementar 150, referindo-se à conquista de jornada de trabalho de 8 horas, licença e salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, idade e tempo de contribuição, auxílio acidente de trabalho, pensão por morte, entre outras.

Ainda, foram apresentados caminhos para as relações internacionais, no que diz respeito ao continente africano. O ponto central colocado pelo Brasil foi a contribuição ativa para o desenvolvimento de suas enormes potencialidades. O comprometimento político com o continente africano reforçou, também, a positividade dos propósitos da política de igualdade racial em âmbito nacional e internacional. Nesse contexto, o ex-ministro das relações exteriores, Celso Amorim, afirmou que o Brasil se importa com o continente africano, porque a “África é aqui” (Ribeiro, 2015). Ainda, a embaixadora Irene Vida Gala (2019), em seu livro *Política Externa como Ações Afirmativas*, informa que o presidente Lula, entre 2003 e 2006, esteve presente em dezessete países africanos, o que supera referências históricas,

pois, somados, todos os presidentes anteriores tinham visitado apenas dez países africanos. Reafirma-se que as visitas são acompanhadas de formatação de acordos e normatizações, que geram políticas públicas.

A Seppir tem como âncora o Estatuto da Igualdade Racial que induz à aplicação de políticas de igualdade racial por todos os estados e municípios brasileiros e sinaliza para o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir) que foi se construindo desde a PNPIR e o Planapir. São essas as peças-chave para a garantia de direitos e “amarrações” de execução de maneira setorial, visando garantir a transversalidade, descentralização e gestão democrática, no rol da administração pública brasileira.

Mário Theodoro (2008, p. 11) afirma que tem ampliado o questionamento à democracia racial. Assim como, também, têm tomado corpo o reconhecimento das desigualdades raciais e a reflexão sobre as causas do racismo. A partir de meados dos anos 90, verifica-se que é:

Reconhecida a injustificável desigualdade racial que, ao longo do século, marca a trajetória dos grupos negros e brancos, assim como sua estabilidade ao correr do tempo, a discussão passa progressivamente a se concentrar nas iniciativas necessárias, em termos da ação pública, para o seu enfrentamento.

Esse enfrentamento leva a um despertar da sociedade e do Estado, pelo reconhecimento e desenvolvimento de mecanismos visando à superação das desigualdades. Marcus Vinicius Peinado Gomes (2009), na dissertação de mestrado – *O Movimento Negro e a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial no Brasil avalia* o processo de criação da Seppir a partir da pergunta: *Será que a constituição de uma Secretaria com status de Ministério de Estado é capaz de promover mudanças na visão de desigualdade racial institucionalizada pelo Estado brasileiro?*⁷

Vários são as reflexões e questionamentos sobre o nascedouro das políticas de igualdade racial em âmbito federal, desde as funções diretas das instituições públicas, até as ações transversais e de participação social.

Em 2015-2016, no Governo Dilma Rousseff, passou a existir o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, isto é, a Seppir, a SPM e SEDH passaram a ser uma secretaria, dando continuidade às missões estabelecidas desse a primeira gestão do presidente Lula.

7. Gomes enfatiza o termo “desigualdade racial” para designar as políticas desenvolvidas pela Seppir, o que enfatiza o resultado perverso da exclusão. No entanto, a maioria dos pesquisadores utiliza o termo “igualdade racial” como uma forma de apontar perspectivas de ruptura no ciclo das desigualdades.

Posteriormente, nos governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro, foi mantido o mesmo formato, porém o trabalho foi minimizado, perdendo em qualidade e quantidade. Sendo que, no governo Bolsonaro, mal se ouve falar dessas políticas, como parte do processo vivenciado de desmonte das políticas de igualdade e direitos sociais.

Mesmo com a atual perda de espaço na construção de políticas de igualdade em âmbito federal, é possível afirmar que, na contemporaneidade, o Movimento Negro e a organização de mulheres negras têm elaborado e reelaborado proposições por direitos e justiça social.

Esses são breves *flashes* para a reflexão da construção da política de igualdade racial, demonstrando que, na contemporaneidade, o Estado e o Movimento Negro têm elaborado e reelaborado proposições por direitos e justiça social. O período entre 1986 e 2010 foi momento de grande protagonismo do Movimento Negro, demarcando importantes situações e estratégias de pressão e negociações políticas com o Estado brasileiro.

ACÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO E DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS

Segundo formulações de Nancy Fraser (2007, p. 120), pode-se considerar o Movimento Negro como porta-voz das proposições e reivindicações da população negra e um propagador das perspectivas de paridade de participação, entendendo essa perspectiva como um canal para a justiça social, buscando garantir redistribuição e reconhecimento, de maneira simultânea.

Roger Bastide e Florestan Fernandes (2008) mencionam a existência de “reações espontâneas contra preconceito de cor”, que têm se desenvolvido tanto entre os brancos quanto entre os negros. Consideram que tais reações e manifestações assumiram “forma de movimentos sociais”⁸, entre os negros, devido a seus interesses específicos. Assim, apresentam a reflexão de que, entre os brancos ou negros,

8. Essas formulações constam do livro *Branços e Negros em São Paulo*, de Roger Bastide e Florestan Fernandes – Capítulo V (4ª edição ampliada, 2008). É importante ressaltar que a 1ª edição é de 1955; portanto, passados mais de 50 anos, existem mudanças significativas na sociedade em relação à construção teórica e política sobre os movimentos sociais. Como processo histórico, é significativa a menção sobre os movimentos sociais no contexto dessa obra, possibilitando diálogo com a produção atual.

as reações têm produzido efeitos positivos “contribuindo seja para combater o sentimento de inferioridade dos indivíduos de cor, seja para uni-los através da consciência social de interesses comuns” (ibid., p. 225).

Desde 1955, Roger Bastide e Florestan Fernandes (2008, p. 155) apontaram “a falta de uma política governamental a favor da ascensão do homem de cor na sociedade”. Mas, as políticas, nesse campo, passam a existir apenas a partir dos anos 1980, por meio das negociações entre Movimento Negro e Estado.

Ao longo da história, Ilse Sherer-Warren (2012), Sônia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (2000) alegam que, sobretudo a partir dos anos 70, são reafirmadas as reflexões do Movimento Negro que se posicionou “de costas para o Estado”, como estratégia de reação e crítica à repressão estatal e à omissão quanto ao racismo, e também de desconstruir o mito da democracia racial. Além do posicionamento avesso à repressão estatal, reforça-se a valorização da emergência de expressão política dos movimentos sociais, entre eles o Movimento Negro.

No período contemporâneo, uma nova estratégia é adotada, vê-se explicitamente processos de negociação do Movimento Negro e das organizações de mulheres negras e o Estado Brasileiro, mesmo em meio a tensões e conflitos.

As políticas de promoção da igualdade racial passam a existir a partir dos anos 1980, primeiro nos municípios e estados, expressando quatro formatos diferenciados: Conselho Consultivo; Coordenadoria vinculada à outra secretaria considerada estratégica; Secretaria Estadual; e, Secretaria Municipal. Destaca-se como dificuldade a fragilidade estrutural e financeira, entre outras.

Após as experiências locais são impulsionadas as federais – a Fundação Cultural Palmares (em 1988); o Grupo de Trabalho Interministerial – GTI (em 1996); e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir (em 2003), sendo essa a resposta mais efetiva por parte da gestão do presidente Luís Inácio Lula da Silva às demandas do Movimento Negro e as organizações de mulheres negras.

As estruturas foram acompanhadas de várias iniciativas de normatização, leis e procedimentos, nas várias áreas da administração pública. Como exemplo, pode-se destacar atividades simbólicas, como a consagração de Zumbi dos Palmares como Herói Nacional, inscrito no Livro dos Heróis da Pátria e a oficialização da data de sua morte – 20 de novembro, como o Dia Nacional da Consciência Negra, que também demarcaram sua importância.

Considerando os momentos históricos que se diferenciam em relação às formas de enfrentamento do racismo, discriminação racial e preconceito, Gomes (2009, p. 129) destaca: “O *lugar* das políticas de desigualdade racial alterou-se ao

longo dos últimos anos, em paralelo a um Movimento Negro que não apenas se posicionou contrário ao Estado, mas que também optou por atuar na institucionalidade que este seu aparato democrático oferece [...]”.

Vários foram os passos que levaram o Movimento Negro e as organizações de mulheres negras ao protagonismo e à institucionalidade, destacando-se as mobilizações no período Pré-Constituinte (1986/88); a Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida (MZP – 1995); e a Campanha Eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (com o Programa Brasil sem Racismo, 2002).

Durante a campanha para presidente, em 2002, fui convidada pela SNCR/PT para representá-la na elaboração do programa de governo. A Coordenação foi composta por 23 integrantes, de vários estados brasileiros e com diversificada representação política.

Entre a posse do presidente Lula, em 1/1/2003, e a criação da Seppir, foi formado um Grupo de Trabalho com a tarefa de elaborar a proposta dessa Secretaria. Por parte do Movimento Negro, estiveram representadas, nesse Grupo de Trabalho, composto por cinco instituições nacionais – a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen); o Movimento Negro Unificado (MNU); a União de Negros pela Igualdade (Unegro); o Partido dos Trabalhadores/Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR/PT); e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O PT organizou cinco seminários regionais e do Seminário Nacional de Combate ao Racismo, que embasaram a elaboração do Programa Brasil sem Racismo.

Nesse processo, construíram-se novos horizontes, novos mecanismos e instrumentos são apresentados como possibilidades tanto para a execução das políticas, como para a participação social, podem ser considerados mecanismos para as políticas de promoção da igualdade racial. Com a ampliação de direitos e construção de possibilidades democráticas, a partir de leis e desenvolvimento de políticas, programas e projetos, visualizou-se o posicionamento do Estado brasileiro de assumir as políticas de igualdade racial, destacando-se as ações afirmativas, principalmente na última década.

Nilma Lino Gomes (2017) destaca o papel educador do Movimento Negro, tendo como elemento histórico a persistência na luta antirracismo e a relação construtiva com toda a sociedade, independentemente do pertencimento racial.

Kabenguele Munanga (2010, p. 61) situa como marco da ampliação do debate e ações públicas sobre a questão racial a conscientização política e alega:

Havia uma época em que dizer que há racismo no Brasil era considerado como um crime de lesa-pátria. Ninguém se atrevia a dizê-lo, com medo de sofrer repressão política. [...] Antigamente o debate ocorria somente nos meios acadêmicos, mas hoje é difundido no tecido da sociedade,

principalmente no seio das entidades do movimento negro. Apesar de o movimento negro ter atuação a longas datas (desde que os negros aqui pisaram como escravizados), creio que nos últimos anos – graças ao debate sobre ação afirmativa, a questão do negro foi ampliada.

Na trajetória de democratização do Estado brasileiro, Luciana Jaccoud et al. (2005, p. 375) argumentam que, embora com muitas dificuldades, buscou-se ampliar o envolvimento dos atores sociais nos processos de decisão e implementação das políticas públicas. São sinalizados caminhos para participação no que se refere aos direitos sociais, à proteção social e à democratização das instituições com a CF:

[...] a participação social promove transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório; a participação social permite maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade de políticas públicas; e, a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações e é capaz de executá-las no interesse público.

Na ação coletiva, em que o Movimento Negro e as organizações de mulheres negras têm protagonismo, são várias as correntes de pensamento e de ação política visando à superação do racismo, tendo como pontos de convergência entre as diferentes formas de organização o confronto com a visão elitista e assimilacionista da presença dos negros na sociedade brasileira (do ponto de vista da sociedade e do Estado).

Mesmo com as dificuldades, que sem dúvida devem ser superadas, o Movimento Negro e as organizações de mulheres negras empreenderam importantes esforços, ao longo da história, e o protagonismo atual, na construção das políticas públicas, reflete a decisão de mudança de posicionamento político.

Contudo a história não é linear e tampouco totalmente previsível. Justamente por isso é possível afirmar que, mesmo em condições adversas, os negros organizados politicamente têm demonstrado uma incansável capacidade de reação ao racismo, têm se colocado de maneira propositiva no cenário político nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência das experiências acima relatadas foi, sem dúvida, a tarefa mais desafiante da minha vida profissional e política. Os aprendizados foram intensos,

não apenas para mim, mas para as pessoas e instituições envolvidas. Lembro-me de conselhos/profecias que recebi de duas figuras ilustres: a primeira foi do presidente Lula que, em seu discurso na solenidade de minha posse afirmou: “*Peça licença aos seus colegas ministros para entrar em suas salas apenas por educação, pois você é tão ministra quanto eles*”. A segunda foi de Abdias do Nascimento, que foi o primeiro ativista político a quem eu procurei, logo após a posse, para conversar sobre o futuro da ação na SEPPIR. Na oportunidade, ele me disse: “*Menina, saiba que não se faz omeletes sem quebrar os ovos*”. Ambos me preparavam para um futuro de muitos desafios pessoais (questionamentos dos mais diversos quanto ao reconhecimento, representação, competência, etc.) e político-profissionais (quanto à importância do órgão, sua pertinência e legitimidade, etc.).

A agenda de trabalho, nesse período, foi extremamente diversificada, sendo que a prioridade foi a instalação da Seppir, tendo como tarefas mais intensas a estruturação da política de quilombos, a construção da transversalidade junto aos demais órgãos de governo e o relacionamento com os movimentos sociais, em especial, o Movimento Negro e as organizações das mulheres negras. Novos horizontes se abriram e seguindo os lastros indicados pela professora Nobuko Kameyama⁹: “Nós assistentes sociais somos bons sistematizadores, formulamos teoricamente sobre o que está ao nosso redor”. Como assistente social e gestora pública, apresento uma “sistematização” sobre o processo de institucionalização das políticas de igualdade racial no Brasil, com a pretensão de contribuir para o diálogo com os diferentes setores da sociedade brasileira, a partir dos processos políticos estimulados pelos movimentos sociais (em especial o Movimento Negro, Movimento Feminista e as organizações de mulheres negras), instituições políticas, acadêmicas e sociais.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Artur (2000). “O cultural e o político nos movimentos sociais”. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Artur. *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (2008). *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*. 4. ed. São Paulo, Global.

9. Ilustre pesquisadora que faleceu em 2012.

- BRASIL (2009). *Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR*. Brasília.
- FRASER, Nancy (2007). Reconhecimento sem ética. *Revista Lua Nova*. São Paulo, n. 70, pp. 101-138.
- GALA, Irene Vida (2019). *Política externa como Ação Afirmativa: projeto e ação do Governo Lula na África (2003-2006)*. Santo André, SP, EdUFABC.
- GOMES, Marcus Vinicius Peinado (2009). *O movimento Negro e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil*. Dissertação de mestrado em Administração Pública e Governo. São Paulo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.
- GOMES, Nilma Lino (2017). *O Movimento Negro educador: saberes construídos em lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie (2005). *Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental*. Brasília, IPEA.
- MUNANGA, Kabengeue. “Lutas contínuas concretizam mudanças sociais e raciais”. In: RIBEIRO, Matilde (org.). *Direitos Humanos como direitos de todos, sem exceção*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. pp. 61-71. v. 6.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT) (2002). *Programa de Campanha*. Programa Brasil sem Racismo.
- RIBEIRO, Matilde (1999). *Gênero e raça no Orçamento Participativo em Santo André 1997-8*. Dissertação de mestrado em Psicologia Social. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ____ (2014). *Políticas para Igualdade Racial no Brasil (1982/2010)*. Rio de Janeiro, Garamond.
- ____ (2015). Brasil e África: desafios das políticas de igualdade racial em âmbito nacional e internacional. *Diálogos Africanos*, n. 1, jul./set.
- SCHERER-WARREN, Ilse (2012). *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. 1. ed. Curitiba, Appris.
- SILVA, Maria Lucia Carvalho et al. (2012). Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer- Warren. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Editora Cortez, n. 109, pp. 112-25.
- THEODORO, Mário (2008). *A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. As políticas públicas e desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA FAMILIAR: PROJETOS AGRÍCOLAS EM DISPUTA NO CAMPO

Marize Rauber Engelbrecht¹

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado parcial do pós-doutorado² realizado na PUC-SP e, para tanto, objetiva contribuir com debates acerca da questão agrária. Nesse sentido, trata dos distintos projetos produtivos agrícolas em disputa no contexto atual, agronegócio e agricultura familiar camponesa.

O texto apresenta características dos dois projetos em disputa. Assim, considera como pano de fundo o contexto da modernização agrícola enquanto propulsora de uma agricultura capitalista, a qual impõe uma forma diferenciada de produzir. Essa condição exige novos comportamentos dos agricultores, e em especial dos agricultores familiares, que ou se adequam às regras ou tendem a serem expulsos do campo. Nesta abordagem, também será explicitado que uma minoria de agricultores familiares camponeses resiste e persiste no campo, mesmo diante das pressões da “modernidade”.

Nesse contexto, as características a seguir vão identificar as diferenças no modo da produção agrícola da agricultura empresarial (agronegócio) e da agricultura familiar. A primeira é direcionada à exportação, produz uma mercadoria/comida, devasta o meio ambiente, desrespeita a cultura dos povos tradicionais e objetiva lucro. Em contrapartida, há a agricultura familiar camponesa, que

1. Assistente Social, Docente da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social – *campus* Toledo, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/PR).

2. Pós-Doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a supervisão da professora Mariangela Belfiore Wanderley, no período de 2019 a 2021.

direciona a produção para o mercado interno, produz alimentos saudáveis, tem o cuidado e a preservação com o meio ambiente e, por fim, utiliza a terra como meio de vida e geradora de renda.

Nesse embate, há resistência da agricultura familiar camponesa que luta para permanecer e sobreviver no campo. Apesar de todos os enfrentamentos, vem desvelar sua identidade, dar visibilidade à sociedade e mostrar sua relevância na produção de alimentos, como mostraram os dados do Censo Agropecuário de 2010. Isso revela a continuidade e a permanência do trabalho agrícola familiar diante das adversidades impostas pelos agentes do capital, que ocorre por meio de tensões e conflitos, os quais caracterizam a resistência anticapitalista, como resistência à expropriação e à espoliação.

CARACTERÍSTICAS QUE COMPÕEM A AGRICULTURA DO AGRONEGÓCIO

Há em curso na agricultura brasileira dois modelos de desenvolvimento agrícola em plena disputa política e econômica. O agronegócio³ e a agricultura familiar camponesa apresentam características distintas no seu modo de produzir e de se relacionar com a terra, sobretudo, o modelo agrícola do agronegócio é distinto do modelo agrícola do produtor familiar. Enquanto no agronegócio as principais referências são a monocultura, trabalho assalariado e produção em grande escala, produzindo mercadorias; na produção familiar, estão a biodiversidade, predominância do trabalho familiar e produção em menor escala, em que os agricultores familiares⁴ organizam o território para sua existência, conforme explicitam Welch e Fernandes (2008).

Ademais, o agronegócio à brasileira tem sua gênese no sistema de *plantation*, período da colonização brasileira em que grandes propriedades produziam para

-
3. A primeira formulação do conceito de agronegócio é de John Davis e Ray Goldberg em 1957, dos Estados Unidos, com a expressão inicial de *Agribusiness* e significava um complexo de sistemas, que compreendiam agricultura, indústria, mercado e finanças. Segundo Junqueira e Bezerra (2013), esta expressão foi usada no Brasil desde a década de 1980, por meio do termo Complexo Agroindustrial (CAI), porém, em 1990, é que a expressão agronegócio passa a se difundir intensivamente na academia, mídia e política, do vocabulário brasileiro.
 4. Na definição de Fernandes; Welch e Gonçalves (2014), o agronegócio ou agricultura patronal e agricultura familiar são conceitos criados para se referir à agricultura capitalista e à agricultura camponesa. As diferentes denominações é que vão explicitar o embate entre os paradigmas nas posturas em retirar ou destacar o caráter de classe social no desenvolvimento territorial rural.

exportação. A dominação e subordinação do Brasil no circuito mundializado de mercadorias é de longa data, desde quando fornecia bens primários como pau-brasil, café, açúcar, borracha e tabaco, entre outros.

Estes ciclos alimentaram o processo de acumulação primitiva do capital em favor dos países que puderam se apropriar dos excedentes monetários gerados pela geopolítica do colonialismo, que evoluiu para o neoliberalismo sem romper com as regras nas quais está assentado o mecanismo das trocas desiguais. (Paulino e Almeida, 2010, p. 77)

Não obstante, o capital tanto quanto seus proprietários capitalistas, estão aplicando em todo mundo o modelo produtivo do agronegócio que busca maior taxa de lucro em menor tempo.

Stédile (2013), afirma que as principais características presentes no agronegócio são: a) organização da produção agrícola monocultural em áreas cada vez maiores; b) uso intensivo de máquinas agrícolas e, conseqüente, desemprego na área rural; c) uso intensivo de venenos agrícolas; d) uso cada vez maior de sementes transgênicas, agredindo intensamente o meio ambiente, destruindo a fertilidade natural da terra e contaminando os lençóis freáticos e a atmosfera.

Delgado (2012) acrescenta, ainda, que o agronegócio ao superexplorar os recursos naturais, provoca os seguintes aspectos – aumento do consumo de agrotóxicos; desmatamento e queimadas acelerando o efeito estufa; deterioração dos recursos hídricos; perda da biodiversidade e a contaminação e riscos crescentes.

Diante disso, a política do agronegócio performa um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais, as quais trabalham com uma ou mais *commodities* deixam e atuam em diversos setores da economia (Welch e Fernandes, 2008). Por conseguinte, ao optarem pela produção de *commodities*, deixa de produzir alimentos e utilizam e dominam terras férteis para a “produção de agrocombustíveis, para “alimentar” os tanques dos automóveis de transporte individual, a plantação industrial de árvores homogêneas para celulose, destinadas às embalagens industriais e a energia na forma de carvão vegetal” (Stédile, 2013. p. 33)

Para Oliveira (2015), citado por Santos (2018), esta forma de produzir aponta o caráter monopolista e financeiro da agricultura capitalista mundializada. Esse processo se estrutura a partir de três fatores fundamentais: a) a produção de *commodities*; b) as bolsas de mercadorias e de futuro; c) os monopólios mundiais (grandes corporações transnacionais). O primeiro fator se refere a vários produtos agrícolas, pecuários e minerais, que se transformaram em *commodities*; ou seja, em mercadorias padronizadas comercializadas no mundo inteiro e negociadas em

bolsas de valores, como por exemplo, milho, trigo, arroz, soja, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja, entre outras. No Brasil, acrescenta-se o etanol e o boi gordo. O segundo aspecto, é caracterizado pelas bolsas de mercadorias, que se tornam o centro regulador dos preços mundiais de commodities. O terceiro, está relacionado ao controle monopolista da produção, da logística e da comercialização das commodities por empresas mundiais, como a Bunge, a Cargill, a Archer Daniels Midland (ADM) e a Louis Dreyfus Company (LDC).

Dessa forma, a agricultura científica globalizada se expande com maior velocidade devido à demanda externa e aos investimentos públicos e privados ao inserir produtos nos mercados internacionais de forma competitiva. Afirma Delgado (2012) que isto se dá pelo viés dos recursos naturais como a mineração, a exploração petroleira e a hidroeletricidade. Assim, o monopólio se configura como causa primeira da mais elevada competitividade externa das *commodities*, produzidas ou produzíveis por esses setores e atividades. Logo, eleva lucros pelo uso dos bens da natureza.

O controle deste complexo de sistemas pelo capital (agricultura empresarial) tem se destacado com a expansão da produção agropecuária e aumento das exportações. Esse processo ocorre com o uso de tecnologias, pesquisas científicas e políticas de financiamento. Contudo, esta configuração esconde o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar importância ao caráter produtivista (Costa, 2017).

No entanto, a preocupação inicial da expansão capitalista no campo ou agronegócio se reportou outrora à integração agricultura-indústria (insumos e produtos) à medida em que o lado agrícola foi perdendo importância e o aspecto industrial passou a ser a referência. Portanto, a indústria passou a ser compreendida como um conjunto de atividades do grupo que a controla, bem como suas formas de gerenciamento, afirma Heredia (2010).

Destaca-se, portanto, que o agronegócio tem o “intuito de construir uma imagem perante o povo de que o latifúndio é “a *indústria riqueza do Brasil*, de que é o latifúndio que “desenvolve” o país. Desse modo, se opõe ao latifúndio ao colocar-se contra o crescimento econômico e o desenvolvimento da Nação” (Alves, 2017, p. 2; grifo nosso).

Tornam-se, conquanto, significativas as transformações que se manifestaram na agricultura decorrentes de um modelo agrícola imposto ao campo. Todavia, foi praticamente concebido nas cidades ao atender aos interesses de determinados setores da sociedade urbana, nacional e transnacional, conseqüentemente, afetando profundamente as relações do meio rural/agrícola. Nesse processo, a macro direção

transforma as diferentes formas de vida e de trabalho, subordinadas ao capital industrial⁵, local, nacional e internacional e, por conseguinte, modifica toda estrutura rural.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA ENQUANTO PROPULSORA DO AGRONEGÓCIO

A “modernização agrícola”⁶, conhecida como Revolução Verde com influência dos países europeus, desde a década de 1950, tem provocado mudanças profundas na economia agrícola brasileira. Nesse contexto, criaram-se novas configurações, rearranjos e seletividade no campo. Os proprietários passaram a dar um destino rentável e capitalizado às terras e a decorrente expulsão dos “moradores das fazendas”⁷ retirando as terras que os trabalhadores usavam para produzir seus próprios alimentos.

Portanto, com a centralidade no sistema econômico impulsionado pela modernização da agricultura, ampliou-se a produtividade e a tecnificação, o que afetou os agricultores de forma desigual⁸. Houve uma seletividade intencional, justo porque a modernização atingiu parcialmente os agricultores em termos de regiões, tipo de produtores e de produto. Atualmente, o campo está dominado pela imposição da modernidade agrícola e em todas as etapas do processo produtivo, diferentes categorias de agricultores e regiões.

Nesse sentido, a modernização da agricultura pode ser compreendida:

[...] em termos de um processo social, histórico, econômico, político e cultural que alcança as diferentes formas de vida e de trabalho não com a mesma

-
5. O capital industrial reestrutura e integra o espaço rural, fator que ocorre na inovação industrial e técnica da agricultura e amplia o mercado, aumenta a produtividade agrícola e, conseqüentemente, transforma a economia política do campo.
 6. Grifo nosso. Ressalta-se que houve a modernização na produção agrícola, mas mantiveram-se os mesmos agricultores, que tinham capital e a continuidade da reprodução de agricultores pobres, portanto, mudou, mas conservou, sem promover a justiça social no campo.
 7. Grifo nosso. Se refere aos trabalhadores e famílias rurais, que viviam e trabalhavam nas fazendas e que possuíam pequenas áreas de terra para produzir sua subsistência. Com a pressão pelo mercado fundiário, venderam suas terras sendo obrigados a se dirigirem à área urbana para se tornarem assalariados.
 8. A desigualdade é o traço mais constante do processo e do ritmo da modernização, pois a intensidade destes processos – aprofundamento das relações mercantis e ampliação do uso de inovações técnicas – traduziu o caráter excludente e parcial da distribuição dos mesmos, como ressalta Aguiar (1986).

intensidade, nem ao mesmo tempo, nem no mesmo espaço [...] a modernização agrícola brasileira é um processo longo, contraditório, heterogêneo e como processo, ainda está em curso. (Vitule, 1997, p. 46)

O capital financeiro globalizado com a modernização da agricultura em curso tem sido o agente controlador da agricultura capitalista atual. Essa condição, segundo Stédile (2013), ocorre por meio dos seguintes mecanismos: a) os bancos compram ações de centenas de médias e pequenas empresas que atuam em diferentes setores da agricultura (comércio, insumos, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos, ferramentas), entre outros; b) O processo de dolarização da economia mundial permite aquisição de empresas nacionais por internacionais dominando os mercados produtores e o comércio de produtos agrícolas; c) O livre comércio imposto pelos organismos internacionais, como por exemplo, a Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e acordos multilaterais normatizam o comércio dos produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas, tornando os governos servís; d) O crédito bancário, por meio dos bancos financia a implantação e o domínio da agricultura industrial; e) os governos liberalizam os mercados e as políticas neoliberais de subsídios para a grande produção agrícola capitalista.

Articuladas a estes mecanismos, as grandes empresas capitalistas, que controlam agricultura e que compõem o agronegócio, podem ser agrupadas em três partes, na afirmação de Paulino e Almeida (2010), sendo: a) negócios agropecuários, que envolvem atividade dos produtores rurais (agricultores ou pecuaristas), pequenos, médios ou grandes; b) negócios pré-produção, que envolvem setores industriais e comerciais sendo fornecedores do consumo produtivo; c) negócios agropecuários pós-produção, envolvem compra, transporte, beneficiamento e venda dos produtos agropecuários, compondo a cadeia logística que vai desde os primeiros intermediários até o consumidores.

Por isso, a utilização do termo “negócio” vai além de comércio, tem uma lógica articulada entre sujeitos agrícolas distintos e com formas de apropriação e divisão de riqueza diferentes. Dessa forma, o agronegócio compreende a soma de todos os segmentos econômicos ligados de alguma forma à produção agropecuária.

Há um domínio sobre todos os estágios de produção, seja pelo controle vertical da produção, semente, comercialização, passando pelo empréstimo, agrotóxico e colheita, seja pela expansão territorial com aquisição de terras, sendo, portanto, uma expansão internacional do capitalismo na agricultura (Junqueira e Bezerra, 2013). Logo, o agricultor ao aderir a qualquer produto agrícola a ser investido em sua propriedade, compra o “pacote” tecnológico imbuído de regras e normas, que vão desde o plantio até a comercialização.

Para Delgado (2013), o agronegócio é definido empiricamente como soma dos negócios “no” e “com” o agro. Não obstante, a economia do agronegócio se configura como um sistema de relações de produção das cadeias agroindustriais com a agricultura. Por fim, é também alavancado pelo sistema de crédito público e pela renda fundiária – mercado de terras.

No entanto, entender a perversa concentração fundiária e o grau de extrema pobreza, que ainda hoje se verifica no meio rural, só é possível por meio do Estado que intervém e viabiliza a expansão da agricultura capitalizada. Desse modo, tornando-se o guardião da grande propriedade.

A economia do agronegócio requer, portanto, a ação do Estado. Sem essa estrutura não existiria e não teria sentido no aspecto da economia política.

No início essa presença [do Estado], se traduziu na política de terras (assentamentos), mas logo se manifestou na política de inovações tecnológicas e de pesquisa, naquilo que alguns autores denominam “recriação dos solos” [...] a presença do Estado não elimina, por certo, aquelas dos grandes grupos empresariais, que se somaram aos fazendeiros tradicionais, aos colonos também presentes ou ainda, a atuação *in loco* das empresas multinacionais (*tradings*), etc. (Heredia, 2010, p. 165)

A articulação do Estado – como agente regulador e financiador do modelo produtivo do agronegócio – remonta ao período do processo de “modernização conservadora”, como já descrito. Em especial, a partir dos anos de 1970, em que foi promovida pelo regime militar, no período da ditadura. Isso possibilitou a “integração técnica da indústria com agricultura, permitindo aos capitalistas o controle do território e da produção” (Junqueira e Bezerra, 2013, p. 3).

Nessas circunstâncias, de fato, conforma-se um patamar de acumulação e uma nova forma de articulação entres os diferentes setores e o aparato estatal em que se viabilizam a origem e a expansão do agronegócio. Nessa lógica, as ações do Estado, em consonância com os interesses de grandes empresas (indústrias de bens de capital e de produção agrícola, agroindústrias, cooperativas, *tradings*, etc.) e latifundiários, têm reforçado os processos de expropriação socioeconômica, contribuindo definitivamente para a “expulsão” da população empobrecida do campo (Santos, 2016).

Esse modelo, fortemente assentado na captura e superexploração das vantagens comparativas naturais ou da renda fundiária, organiza-se com vários aparatos ideológicos, ausentes na modernização conservadora dos militares, construídas e consolidadas a partir de 2000, sendo:

- Uma bancada ruralista ativa, ousada ao construir leis casuísticas e desconstruir regras constitucionais;
- Uma Associação de Agrobusiness (ABAG) para mover os aparatos de propaganda e ideologizar o agronegócio na percepção popular;
- Um grupo de mídias – imprensa, rádio e TV nacionais e locais, com formação ideológica explícita do agronegócio;
- Uma burocracia do Sistema Nacional do Cadastro Rural (SNCR) na expansão do crédito público (produtivo e comercial), para expandir e centralizar capitais às cadeias do agronegócio (BNDES);
- Uma operação passiva das instituições vinculadas à regulação fundiária (Incra, Ibama e Funai), desautorizadas a aplicar os princípios constitucionais da função social da propriedade e demarcar terra indígena;
- Uma forte cooptação de círculos acadêmicos impregnados pelo pensamento empirista e completamente avesso ao pensamento crítico. (Delgado, 2013, p. 64)

Afirma o autor que, diferentemente da “Modernização Conservadora” dos militares, suportada pelo crescimento industrial e pelas Armas da República, a economia do agro – negócio se estruturou ao abrigo da “inserção primário exportadora de uma economia mundial em ciclo de forte expansão do comércio internacional de *“commodities”* e forjou-se internamente como bloco hegemônico, manipulando com grande competência a arma ideológica do consenso político” (Delgado, 2013, p. 67)

Sob este prisma, o capitalismo agrário brasileiro qualificou a modernização da agricultura – uma modernização sob o comando da terra. Ademais, “é também responsável em grande parte por determinar o “lugar” social do campesinato na sociedade brasileira ao longo de sua história. Trata-se, primeiramente, de um lugar negado, não reconhecido (Wanderley, 2003, p. 56).

Nesse sentido, a participação dos agricultores familiares no agronegócio é determinada pelo capital, por meio dos setores da agroindústria, cooperativas, grandes proprietários em que a modernização representa mais uma imposição do que uma oportunidade conquistada. Enfim, a expressão agronegócio pode ser considerada um termo técnico, que segundo Sunderhus (2011), não expressa a linguagem do agricultor familiar, mas se refere às atividades agropecuárias por setores, como por exemplo, o latifúndio, a indústria de produtos químicos, a indústria dos maquinários e que, de maneira alguma objetivam, o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar.

AGRICULTURA FAMILIAR: CARACTERÍSTICAS, RELEVÂNCIA E RESISTÊNCIA

A agricultura familiar camponesa tem como premissa que a terra é o meio que assegura a continuidade e a permanência da família. Desse modo, garante a reprodução da vida, é um modo de existir, que firma laços de identidade local e ambiental.

Todavia, a terra, para as famílias não tem valor de troca. Concebem-na como dádiva divina e não como fonte de lucros e riqueza ou terra de negócios. O cuidado com o meio ambiente e a preservação dos recursos naturais é sua força matriz, justamente porque, é dela a sustentação e a continuidade da reprodução familiar. A família, nesta lógica, passa a ser o grupo que irá responder tanto pela organização técnica da produção quanto pela execução das atividades. Assim sendo, é ela quem define os rumos a serem dados pelos resultados obtidos pelo trabalho familiar. Nesse cenário, há uma combinação entre propriedade e trabalho na agricultura familiar e, diante disso, a família assume no tempo e no espaço uma expressiva diversidade de formas sociais (Engelbrecht, 2012).

A expressão agricultura familiar, no contexto brasileiro, é reconhecida como categoria de legitimidade política. Emergiu a partir de meados da década de 1990⁹ quando passou a ser compreendida dentro de um processo de mudança da situação de isolamento social e, até então, de exclusão de mercado, para outra de integração econômica. Sendo, portanto, objeto de intervenção estatal por meio de políticas públicas, até então omissas.

Destaca Schneider (2003), que o reconhecimento político da agricultura familiar ocorreu por meio de dois eventos significativos no meio rural, especialmente na região Centro-Sul. O primeiro aspecto histórico que ocorreu foi no campo político, em que a adoção da expressão foi encaminhada como nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, coordenado pelo sindicalismo rural ligado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Noutra parte estão: “Movimento Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, e em certa medida, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, que defendem políticas de resistência na luta contra o capital” (Fernandes, 2001, p. 33).

Esses movimentos produziram formas de manifestação política, as quais perduram até hoje, como por exemplo, o caso dos eventos anuais em torno do

9. É a partir deste período, que houve uma retomada dos estudos agrários e rurais no Brasil, que até então, ocasionaram pouco interesse dos pesquisadores.

“Grito da Terra”. O segundo evento está relacionado à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar, em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esse programa foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural, desde o início dos anos de 1990. Tem como objetivo prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais, que foram alijados das políticas públicas agrícolas ao longo da década de 1980 e encontravam dificuldades em se manterem no campo.

Em virtude deste programa, a agricultura familiar passa a ser a nomenclatura oficial nos documentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA¹⁰ (atualmente extinto) considerado por autores de várias matizes teóricas – como um avanço do governo federal por não direcionar apoio exclusivo à agricultura rentista capitalista que havia historicamente.

A generalização do uso da categoria “Agricultura Familiar” foi largamente facilitada pela implantação, ainda nos anos 90, do Pronaf, quando a política de crédito a juros reduzidos privilegiou de forma inédita uma faixa de agricultores de menos recursos econômicos, desvinculando-se dos grandes produtores que se haviam beneficiado, desde a modernização conservadora promovida pelo regime militar de taxas de juros subsidiadas. Esse reconhecimento oficial da diversidade de atores do mundo agrícola, quebrando o monopólio dos grandes produtores e do agronegócio, abriu a possibilidade ao desenvolvimento de uma infinidade de projetos inovadores e contribuiu para demonstrar que o leque das transformações do mundo rural admite múltiplas alternativas e possibilidades. (Garcia Jr. e Heredia, 2009, p. 215)

Assim, é possível inferir que, no Brasil, o termo *agricultura familiar* corresponde à convergência de esforços de intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), mediante apoio de instituições internacionais, mais especificamente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), cita Neves (2007).

10. O conceito de agricultura familiar passa a ser difundido com forte cunho político a partir de 1990, que foi disseminado por pesquisadores do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), que integra o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) principalmente e, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, gestão em que o Ministério foi criado. Os projetos desse governo foram criados sob uma forte influência da visão da agricultura familiar (Miranda, 2010). Quanto ao MDA, foi extinto a partir de 2016, na gestão do Governo Michel Temer, que criou a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) ligado à Casa Civil da Presidência da República para responder ao setor, fragilizando a luta e a resistência dos movimentos sociais do campo.

Estas diferentes instituições dariam visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos de interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário. A partir da conjunção dos investimentos políticos, que são os porta-vozes dos projetos, é que se fez reconhecer a racionalidade econômica e social da *pequena produção agrícola*, ou seja, da agricultura familiar como agente de capacidade produtiva.

Outra ferramenta no campo da legislação que fortalece a agricultura familiar, tem sido a regulamentação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006) que estabelece diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A partir dela houve o reconhecimento da categoria social de agricultor familiar e foi definida estrutura conceitual fomentando políticas públicas para este segmento.

É pertinente, portanto, considerar a agricultura familiar e o empreendedorismo familiar rural como práticas de atividades no meio rural e que atendem, simultaneamente, os seguintes requisitos: I – A agricultura familiar utiliza predominantemente a mão de obra da própria família nas atividades econômicas; II – Ter renda familiar originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; III – Dirigir o estabelecimento ou empreendimento com sua família; IV – Não ter área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais (ou oito hectares o que equivale a 80.000 metros quadrados, dependendo do estado federativo) (Brasil, 2006).

A lei utiliza duas categorias principais – a agricultura familiar e o empreendedor familiar rural. Evidencia o incentivo ao empreendedorismo como estratégia de ação, que objetiva dinamizar alguns setores da economia. No empreendedorismo, busca-se a potencialização do meio rural com atividades, que não se restringem somente à agricultura, mas, sobretudo, à implementação de outras atividades, as quais podem ser desenvolvidas no campo pelos agricultores e sua família. É válido ressaltar que, de um lado, o agricultor familiar descobre novas potencialidades locais, que possam ser exploradas para utilizar recursos naturais e mão de obra disponível no campo, mas por outro, pode ser o último recurso de renda que a família agricultora encontra para sobreviver no campo. Por fim, desse modo, houve como resultado a diversificação das atividades agrícolas e, principalmente, detêm o êxodo da população rural. Em contrapartida, passou-se a exigir e enquadrar todos os agricultores de acordo com as exigências do capital, padronizando a produção e homogeneizando o segmento, sem respeitar suas particularidades.

A partir de 2011, pela lei 12.512/11, foram incluídos e reconhecidos como beneficiários da Política, a população indígena, as comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. (Brasil, 2006). Destaca Costa (2017), que a categoria agricultura familiar passou a ser reconhecida pelas instituições do Estado e pelos próprios trabalhadores da agricultura familiar, mesmo que isso tenha diluído o conteúdo histórico político presente no termo camponês¹¹.

Mesmo com aprovação da legislação, reconhecimento e visibilidade da agricultura familiar camponesa, a conjuntura atual tem se mostrado pouco favorável a este segmento. Logo, tem resistido na continuidade desta forma de ser e de se reproduzir.

Historicamente, o segmento da agricultura familiar camponesa tem sido reprimido violentamente desde a origem da propriedade privada no Brasil. Passou por expressivos movimentos sociais do campo desde as revoluções agrárias, Ligas Camponesas, movimento dos sem-terra e política de colonização. Isso porque a questão não é um problema estritamente econômico, nem teórico (Martins, 1983), mas do confronto entre as classes sociais, entre exploradores e explorados.

Considerando o capitalismo enquanto modo de produção, que cria riqueza e pobreza em um movimento contraditório, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais e tendo o Estado com agente desta desigualdade, seja na cidade ou no campo, a luta e a resistência tornam-se ferramentas fundamentais de (sobre)vida. Nesse escopo, a desigualdade social e a pobreza no campo, portanto, são resultantes da concentração da propriedade da terra e da agricultura capitalista, que domina e submete os trabalhadores do campo às condições adversas a um modo de vida próprio. Ademais, coloca em confronto a luta de classes.

A resistência desponta quando, ainda, há busca de alternativas de sobrevivência dos produtores agrícolas familiares, que desejam permanecer, produzir e viver “na” terra e “pela” terra. Por isso, de fato, qualquer processo que expulsa estes produtores é uma violência contra as famílias, isso porque, nega a possibilidade de implantar novas formas de produzir no campo, que são alternativas impostas.

Nesse contexto, as resistências no campo não se restringem somente às lutas pela propriedade fundiária e pela manutenção dos valores tradicionais como – comunitarismo, familismo, solidarismo, mas se ampliam quando lutam pelo acesso

11. Não se propõe neste ensaio entrar no debate sobre a questão do camponês e agricultura familiar carregada de um expressivo conteúdo histórico conceitual no Brasil.

aos meios de produção e se transformam num processo de construção de sujeitos políticos, que recriam as relações sociais e transformam o espaço rural na constituição de uma *nova ruralidade*¹².

Diz Sauer (2010), ao citar Martins (1994), que a questão da resistência e das lutas travadas no campo pelos produtores familiares transcendem a demanda por terra, uma vez que são lutas pela liberdade e emancipação humana¹³ buscando a sobrevivência e a reprodução social. Por essa razão, a luta não se restringe apenas à dimensão econômica, contudo, deve incluir demandas por saúde, política, justiça e paz.

Ademais, a capacidade de resistência da produção agrícola familiar que adota um modo de produção camponês diferente daquele do agronegócio, constitui-se em uma das alternativas às crises econômicas, sociais, alimentares e ecológicas. Essas objeções são provocadas pela globalização capitalista, como destaca Russo (2011).

Nessa conjuntura, resistir é um ato de luta. Todavia, a agricultura familiar além de não ser atendida de forma eficiente pelas políticas agrícolas e agrárias, reproduz, gera renda e cumpre com a função social estabelecida na Constituição Federal. No entanto, mesmo diante das adversidades, conflitos e enfrentamentos, os pequenos e médios agricultores vêm demonstrando seu potencial com significado relevante na produção de alimentos saudáveis e não apenas comida-mercadoria. Sob formas diversas, continuam assegurando os lugares que hoje ocupam no meio rural e na atividade agrícola do país.

Mesmo cultivando uma área menor, a produção familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do país, gerando os produtos da cesta básica consumidos internamente. A propósito disso, a agricultura familiar responde por 87% da produção de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da produção agrícola familiar foi a soja (16%), segundo dados apresentados pelo Censo Agropecuário (IBGE, 2010a). O total desta produção compete às pequenas propriedades, consideradas com menos de dez hectares. Em relação ao Censo Agropecuário de 2017 (dados preliminares que o Censo dispõe), estas propriedades

12. Se existe um *novo rural*, na compreensão de Saquet (2010), este é um produto de suas relações com o urbano, ou seja, há mudanças no rural: um pouco mais de conforto (telefone, eletrificação, estradas, calçadas) maior complexidade em relações sociais, inovações em forças produtivas, enfim uma maior incidência do urbano, *no e com o território*, porém, estas mudanças contêm o velho.

13. Reconhecer-se como sujeitos de seu próprio destino, libertando-se dos vínculos de dependência e submissão e com isso possibilitando processos sociais e políticos de recriação no campo (Sauer, 2010).

representam metade dos estabelecimentos no país e utilizam uma área de apenas 2,2% do território produtivo¹⁴. No Censo Agropecuário (2010a) ocupavam 2,7% do total, diminuindo drasticamente em apenas dez anos, o que indica que a estrutura agrária no Brasil se concentrou ainda mais.

Por outro lado, 2,4 mil fazendas com mais de 10 mil hectares (100 km², ou 14 mil campos de futebol cada) correspondem à apenas 0,04% das propriedades rurais do país, ocupam 51,8 milhões de hectares (518 mil km²), com 14,8% da área produtiva. Significa dizer que, 2 mil latifúndios ocupam uma área maior que 4 milhões de propriedades rurais¹⁵.

Os dados expostos revelam que a produção familiar, ocupando apenas metade da área em relação aos latifundiários, responde por um número bem maior de produção e de diversidade, proporcionalmente ao uso da terra. Os dados do Censo reafirmam a capacidade de resistência da agricultura familiar, que “adota um modo de produção camponês diferente daquele do agronegócio, constituindo-se em uma das alternativas às crises econômicas, sociais, alimentares e ecológicas provocadas pela globalização capitalista” (Russo, 2011, p. 2).

Na mesma lógica:

Apesar da agricultura familiar ser a verdadeira responsável pela geração de riquezas e de alimentos para o país, de promover o desenvolvimento socioeconômico e cultural de forma sustentável nas comunidades locais, esses pequenos produtores têm acesso a apenas 14% de todo o financiamento disponível para a agricultura. (Garcia, 2020, s/p)¹⁶

É importante ressaltar que em maio de 2019¹⁷, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou a “Década da Agricultura Familiar”, com objetivo de fomentar entre 2019 e 2028 políticas que permitam o desenvolvimento e o progresso desta área de atuação. Tem-se aproximadamente 500 milhões de propriedades no mundo, que são responsáveis por cerca de 50% a 80% do comércio in

14. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/no-brasil-2-mil-latifundios-ocupam-area-maior-que-4-milhoes-de-propriedades-rurais>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

15. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/no-brasil-2-mil-latifundios-ocupam-area-maior-que-4-milhoes-de-propriedades-rurais>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

16. Disponível em: <<https://yam.com.vc/conexao/790185/agricultura-familiar-construcao-de-saberes-e-resistencia>>. Acesso em: 08 fev. 2021.

17. “Agricultura familiar e sustentabilidade” artigo escrito por José Graziano da Silva, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/agricultura-familiar-e-sustentabilidade.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2019.

natura de alimentos, conforme dados da FAO-ONU. Nesse contexto, os agricultores familiares são responsáveis pela produção de mais de 80% de toda a comida do planeta. Esse resultado mostra a relevância desse modelo agrícola no combate à fome e à diminuição das desigualdades no campo.

Os dados, portanto, evidenciam uma realidade social em mudança da produção agrícola familiar. Isso porque, os agricultores familiares saíram do anonimato estatístico expressando uma participação política e social significativa nos últimos anos, tendo um reconhecimento da sociedade, porém, ainda são poucas as políticas públicas que vem de encontro ao segmento.

Por essas razões, as políticas públicas são fundamentais para a continuidade da produção agrícola diversificada, sustentável e de geração de renda, que garanta a permanência das famílias no campo. A população brasileira, em especial aquela que vive nas cidades, deve ter conhecimento e conscientização da produção de alimentos saudáveis do referido segmento. Diante disso, é preciso que se una às lutas do campo para, inclusive, garantir a sua própria alimentação saudável. De fato, é uma luta coletiva com pauta única.

O Brasil é considerado mundialmente como um dos maiores produtores de alimentos, mas a população, ao passar fome ou ter restrições a alimentos saudáveis e nutritivos, projeta uma situação inadmissível. Este tem sido o grande paradoxo da economia do agronegócio e não porque não haja comida, mas a questão é, sobretudo, de ordem política, em que não há prioridade sobre a produção para o mercado interno e sim exportador, bem como discursou José Mário¹⁸ e que destacou Tereza Cristina, “o Brasil produz uma safra que se deixasse de exportar teríamos seis anos de alimentos para todos os brasileiros”.

Respalhada na afirmação anterior, é pertinente inferir que o modelo de desenvolvimento adotado é da modernidade no campo, a qual gera exclusão e expropriação a muitas famílias agricultoras. Por isso, entrar na pauta política em que os governos implantam a legislação, créditos e políticas próprias não lhes garante a permanência, justo porque, quanto mais o capital se apropria e se territorializa, maiores são a desigualdade e a expropriação.

Nessas circunstâncias, “estar” e “permanecer” no campo, portanto, se configura como resistência da agricultura familiar, apresentando muitas conflitualidades.

18. Dep. Fed. DEM/GO, Vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura, discursou no lançamento do Plano Safra em 17/06/2020 em Goiás e a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Tereza Cristina frisou sua narrativa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0Rc5pq5bHf0>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Entendendo-a enquanto um movimento que permanece fixado na estrutura da sociedade, aguardando o tempo de volta das condições políticas para manifestar seus interesses (Fernandes, 2004).

Nesse sentido, o autor destaca;

Para compreender a conflitualidade é fundamental considerar as contradições e os paradoxos em que na solução dos conflitos emerge tanto o desenvolvimento como os conflitos. A desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Ela também desenvolve o conflito, porque as pessoas não são objetos que compõem unidade de produção. São sujeitos históricos que resistem e a exploração e expropriação, bem como querem compartilhar os resultados da produção e de seu trabalho. (Fernandes, 2004, p. 26)

Entretanto, a ação continuada e crescente das empresas do agronegócio, que cooptam, desagregam e/ou expulsam os produtores rurais familiares da terra, não se realiza de forma passiva. Pelo contrário, resistir e lutar tem sido o instrumento da agricultura familiar camponesa para persistir na dura realidade agrária. Assim, a conflitualidade é a sua manifestação.

CONSIDERAÇÕES

Diante das raízes latifundiárias no agrário brasileiro e os reflexos de uma realidade desigual, estampam-se os embates pela luta da terra. A cada dia se descortinam novos enfrentamentos, que mostram formas de luta mais ou menos intensas e, sobretudo, constantes.

Nesse movimento, os agricultores familiares camponeses vão buscando alternativas agrícolas e não agrícolas. Criam e recriam alternativas para se manterem no campo. Todavia, essa luta nem sempre tem êxito e muitas famílias não conseguem resistir por muito tempo fazendo parte da estatística do êxodo rural. Essa realidade é um jogo de forças entre a agricultura do agronegócio e a agricultura familiar camponesa, em que a vitória tende a despontar aos que detêm capital, terra e acesso às políticas públicas, conservando, assim, a estrutura fundiária e agrária.

No entanto, aqueles agricultores familiares camponeses, que continuam e persistem minoritariamente no campo, mostram a capacidade de resistir evidenciando a importância social e econômica que possuem. Por conseguinte, as estratégias de sobrevivência, que as famílias encontram, mesmo diante das alternativas impostas pelo capital, vão além da produção. De fato, são espaços de vida que se consolidam em sua reprodução e relevância. Quanto mais as famílias se recusam a

sair do campo, mesmo diante das adversidades que lhe são postas por programas e políticas do governo, maior a possibilidade de produção de alimentos para o mercado interno e menor a pressão social às cidades.

Nesse sentido, as disputas entre os modelos agrícolas de desenvolvimento são distintas e opostas, à medida que o agronegócio caminha em sintonia com os negócios do governo e da oligarquia agrária, comprometendo a segurança alimentar e espoliação dos recursos naturais. Em contrapartida, a agricultura familiar camponesa considera como centro a reprodução social da família e não o lucro, tendo, ademais, o cuidado e a preservação da natureza como sintonia necessária para sua reprodução social e econômica.

Por fim, corroborando com o pensamento de Stédile (2004), se a opção é continuar com o modelo de produção e tecnológico excludente aplicado à agricultura – sem a defesa do Estado na construção de outro modelo agrícola – continuar sendo acentuada a pobreza, a desigualdade e a violência no campo. Diante disso, não “haverá espaço nem para agricultura familiar, nem para o camponês e nem para o médio agricultor. Sendo assim, não resistirão por muito tempo e irão todos para a cidade, configurando-se em um problema, não para os sem-terra do campo, mas para toda sociedade” (ibid., p. 80).

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Ronaldo Conde (1986). *Abrindo o pacote tecnológico*. São Paulo, Polis. Brasília, CNPQ.
- ALVES, Vinicius (2017). *Agro é pop?*: cultivando desinformação e elogiando a escravidão. Ano XVI, n. 196, set. Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/no-196/7473-agro-e-pop-cultivando-desinformacao-e-elogiando-a-escravidao>>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- BRASIL (2006). *Decreto-Lei n.11.326, de 24 de julho de 2006*. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Poder Executivo, Brasília, DF, 24 de julho de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- COSTA, Conceição de M.S.B (2017). *Agronegócio e Agricultura Familiar*: modelos agrícolas de desenvolvimento que se contrapõem. VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão, ago.
- DELGADO, Guilherme (2012). *Questão Agrária e Saúde*. (Minicurso realizado em Cascavel/PR, Unioeste). Período de 12 a 14/07 de 2012 (Material didático para o minicurso/mimeo).

- DELGADO, Guilherme (2013). Economia do Agronegócio (Anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. TEIXEIRA, Gerson; GOMES JR. Newton N (org.). *Agronegócio e realidade agrária no Brasil. Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária-ABRA*. Edição Especial. Jul./2013. Campinas, com apoio da OXFAM.
- ENGLBRECHT, Marize Rauber (2012). *A produção da viticultura no município de Toledo/PR: uma experiência em construção da agricultura familiar – 2000-2010*. Tese (Doutorado em Serviço Social). Curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo.
- FERNANDES, Bernardo M.; WELCH, Clifford, A.; GONÇALVES, Elienai, C. (2104). *Os usos da terra no Brasil*. São Paulo, Cultura Acadêmica: UNESCO.
- FERNANDES, Bernardo M. (2004). *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. 2004. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera. Acesso em: 25 set. 2019
- ____ (2001). *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo, Cortez.
- GARCIA, Renata (2020). *Agricultura familiar: construção de saberes e resistência*. 20/07/2020. Disponível em: <https://yam.com.vc/conexao/790185/agricultura-familiar-construcao-de-saberes-e-resistencia>. Acesso em: 8 fev. 2021.
- GARCIA JR. Afrânio; HEREDIA, Beatriz A. de (2009). Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, Emília P.; MENEZES, Marilda A.; MARIN, Rosa A. *Diversidade do campesinato: expressões e categorias*. São Paulo, Editora da UNESP: NEAD, v. 2. p. 213-243.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. (2010). Sociedade e economia do “agronegócio no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ANPOCS, Caxambu-MG, v. 25, n. 74, out.
- JUNQUEIRA, V. BEZERRA, M. (2013). *Projetos educacionais do agronegócio: campo e cidade em questão*. 2013. Disponível em: www.gepec.ufscar.br. Acesso em: 18 nov. 2019.
- MARTINS, José de Souza (1983). *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1983.
- NEVES, Delma P. (2007). “Agricultura familiar: quantos ancoradouros”. In: FERNANDES, Bernardo; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKI, Julio C. (orgs.). *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo, Expressão Popular, pp. 211-270.
- PAULINO, Eliane T.; ALMEIDA, Rosemeire Ap. de. (2010). *Terra e Território*. São Paulo, Expressão Popular.
- RUSSO, Osvaldo (2011). Agroecologia ou Agronegócio. *Jornal Correio da Cidadania* (virtual). São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.correiodacidadania.com.br> Acesso em: 14 fev. 2011.
- SANTOS, Henrique Faria dos (2016). Modernização seletiva da agricultura brasileira e expropriação socioeconômica no campo. *Campo-Território: Revista de geografia agrária*. Universidade Federal de Uberlândia – MG, v. 11, n. 24, ago.

- SANTOS, Henrique Faria dos (2018). A dinâmica do agronegócio e a consolidação de uma agricultura científica globalizada no município de Uberaba (MG). *Revista Caminhos de Geografia* – revista online. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- SAQUET, Marcos A. (2010). “Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paranaense”. In: SPOSITO, Maria E. B; WHITACKER, Arthur M. *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. 2. ed. São Paulo, Expressão popular.
- SAUER, Sérgio (2010). *Terra e modernidade – a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo, Expressão Popular.
- SCHNEIDER, Sérgio (2003). Teoria social, agricultura e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, pp. 100-121, fev.
- STÉDILE, João Pedro (2004). O movimento social e as políticas públicas para o campo. ROCHA, Marlene da (org.). *Segurança Alimentar – Um desafio para acabar com a fome no Brasil*. São Paulo, editora Fundação Perseu Abramo.
- ____ (2013). Tendências do capital na agricultura. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil*. n. 7, São Paulo, Expressão Popular
- SUNDERHUS, Adolfo Brás (2011). O agronegócio e a agricultura familiar, fev. Disponível em: <<https://terraeprosa.wordpress.com/2011/02/08/o-agronegocio-e-a-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- VITULE, Maria Luiza de Lima (1997). A agricultura moderna. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 11, n. 2, abr./jun.
- WANDERLEY, Maria Nazareth (2003). Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, UFRRJ, n. 21, out.
- WELCH, Clifford A. e FERNANDES, Bernardo. M. (2008). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo, Expressão Popular.

